



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

NAILA SASKIA MELO ANDRADE

ATER PARA MULHERES: AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO TERRITÓRIO
SERTÕES DE CANINDÉ - CE

FORTALEZA

2019

NAILA SASKIA MELO ANDRADE

ATER PARA MULHERES: AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO TERRITÓRIO
SERTÕES DE CANINDÉ - CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Gema Galgani
Silveira Leite Esmeraldo.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A568a Andrade, Naila Saskia Melo.
ATER para mulheres: : agroecologia e feminismo no Território Sertões de Canindé/CE / Naila Saskia Melo Andrade. – 2019.
122 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.

1. Feminismo. 2. Agroecologia. 3. Empoderamento. I. Título.

CDD 333.7

NAILA SASKIA MELO ANDRADE

ATER PARA MULHERES: AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO TERRITÓRIO
SERTÕES DE CANINDÉ - CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Políticas Públicas e Meio Ambiente.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Laeticia Medeiros Jalil
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof^ª. Dr^ª. Anna Érika Ferreira Lima
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ouvi dizer que a escrita era um momento solitário... Mas incrivelmente em nenhum momento senti que isso era o que realmente acontecia, talvez por eu ser uma pessoa atuante e estar envolvida em inúmeras atividades não consegui sentir essa solidão. Ao contrário, senti-me motivada, inspirada e impulsionada à sentar em frente ao computador para dissertar cada vez que eu saía de uma reunião do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), do Programa Residência Agrária (PRA), do Grupo de Pesquisa em Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN) e das reuniões do Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Foram nesses espaços que encontrei motivação para o meu caminhar. Meus sinceros agradecimentos às professoras, estudantes e pessoas que compõem os grupos supracitados. Em especial à minha orientadora Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, quem durante todo esse percurso não me poupou de estudos e leituras, mas que também entendeu meus processos pessoais e de maturação da escrita. Gratidão também à Profa. Dra. Maria Marlene Marques Ávila, ela não me orientou no mestrado, mas me orientou sobre a vida, a profissão, e a segurança alimentar.

Gratidão também à Profa. Dra Karla Emmanuela Ribeiro Hora que compôs minha banca de qualificação e muito contribuiu com todas as questões que trouxe, a maioria delas que deram novos rumos ao meu trabalho. Gratidão à Profa. Dra Anna Érika Ferreira Lima, com ela compartilho outros espaços de atuação, nos aproximamos por algumas afinidades identificadas durante nossa participação na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, posteriormente foi uma das pessoas que me ajudou a ingressar no mestrado e hoje está avaliando meu trabalho. Desde já agradeço também à Profa. Dra. Laeticia Medeiros Jalil e Dra. Magnólia Said por aceitar compor a banca de defesa. É uma honra ter essas três grandes Mulheres acadêmicas em minha banca.

Gratidão à Ligia Viana e à Andrea Camurça que mesmo com uma dinâmica de vida muito atuante também, pararam para ler meu texto e indicar leituras que me ajudariam na escrita. Tem também a Juliana Barros, amiga de infância, hoje formada em letras, que super ajudou na correção do meu trabalho, com ela tenho aprendido sobre os elos coesivos.

Até nas tardes em que estive sozinha em casa escrevendo esse texto, eu não sentia solidão, porque a Beatriz Fernandes me ligava ou mandava áudios no WhatsApp com

palavras de apoio ao nosso processo de estudar e vivenciar o feminismo além de consolidar o mestrado. Também as inúmeras ligações e conversas com Orisvânia Barreto sobre jardim, Plantas Comestíveis Não Convencionais (PANCS) e a gestão das políticas públicas, por isso também não tinha como eu sentir solidão. Gratidão à estas Mulheres e amigas.

A cada ida ao Escritório de Planejamento Rural (ESPLAR) – Centro de Pesquisa e Assessoria, para coletar dados da pesquisa sentia-me “em casa” novamente, o percurso por lá, em vivências anteriores não foram só de flores, mas sem dúvidas de inúmeros aprendizados profissionais e pessoais. Atrelado à minha vivência nessa ONG, não posso deixar de falar sobre meu compromisso com o trabalho de ATER, e com as agricultoras à que me refiro nessa pesquisa. Este compromisso faz tanto parte de mim que trago do campo para a academia os dizeres e saberes das mulheres que são/foram assistidas pelo ESPLAR. Meus sinceros agradecimentos à todas as pessoas que constroem e que construíram essa ONG, em especial à Magnólia Said, Andréa Sousa Lima, Sarah Luiza, Silvana Holanda, Ana Cristina e Rafaelle Virino, mulheres com quem dividi o trabalho de ATER Específica para Mulheres.

Também não tinha como me sentir sozinha porque meus colegas do mestrado da turma de 2016 estavam o tempo inteiro “dando o ar de sua graça”, somos/fomos uma turma unida e de apoio uns aos outros.

Preciso agradecer ainda à Sonia, secretária do PRODEMA, que sempre foi muito receptiva às questões e aos processos que eu levava para a secretaria do programa, sobretudo durante a minha gravidez e o regime especial durante o curso de mestrado.

Falando em gravidez... A escrita realmente não foi um momento solitário. Algumas vezes em que amamentava minha filha eu refletia sobre as possíveis situações machistas que ela poderia vir a passar um dia, e isso também me fez ter certeza de que, mesmo com os desafios da maternidade somado aos desafios de consolidar um mestrado na universidade pública, ela - ali do meu lado, brincando no chão, ou deitada no meu colo - por ela eu realmente precisava continuar a estudar e escrever sobre agroecologia e feminismo. Além disso, como me sentir só se meu companheiro estava sempre ali, à medida do possível, compartilhando comigo as responsabilidades da casa, da educação da nossa filha Mariá? Com toda sua paciência e afetividade me acalmou nos momentos de tensão/pressão que a academia traz para uma mestranda. Além disso ele leu esta pesquisa, refletiu sobre ela e ainda corrigiu meus erros gramaticais (precisamos de mais homens, pais, irmãos e amigos assim).

Impossível também se sentir só quando você tem uma mãe que pergunta todos os dias se você está bem, e ainda diz que o mestrado é meio caminho e que eu deveria continuar com o Doutorado. Lembro também do meu pai que em alguns domingos têm vindo até minha

casa tomar café da manhã e conversar comigo sobre coisas cotidianas. Minha irmã, minha sobrinha e meu cunhado que estavam sempre às quartas-feiras esperando eu dar uma passada lá depois de um dia inteiro dissertando. Essas e outras pessoas me ajudavam a desopilar, ou encarar com mais leveza, ou mesmo, a não me sentir só nesse processo da escrita.

Agradeço ainda à Universidade Federal do Ceará, ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela consolidação do que tenho construído profissionalmente desde o meu ingresso em 2008 no curso de zootecnia até hoje.

A cada dia desse ciclo que se encerra estive com essas e outras pessoas, posso estar esquecendo neste momento de citar algum nome, mas sem dúvida lembrarei de todas (os) que de forma direta ou indireta me ajudaram na construção desta pesquisa e desse percurso vivido. À todas (os) vocês minhas sinceras e afetivas palavras de agradecimento, por estar com vocês, essa escrita nunca foi solitária.

“A emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica; ela envolve dimensões profundas da condição de se tornar humano, ou melhor, envolve a profundidade antológica da construção do ser social como ser genérico. Abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas indispensáveis para a emancipação, contudo, insuficiente. A transformação da cultura e dos valores são também indispensáveis para tal propósito. Esta complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias, em parte, resulta da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico e sociocultural (Heleieth Saffioti).”

RESUMO

Em 2010, o Governo Federal implementou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), qualificando e reorganizando os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil. As mulheres rurais, ao serem incluídas nas políticas de assistência social básica à família, continuavam invisibilizadas e sem acesso à informação e aos seus direitos. Para denunciar as diferentes formas de violência sofridas e reivindicar seus direitos, as mulheres intensificaram sua auto-organização em movimentos sociais, realizando marchas, participando de conferências e de manifestações no campo e na cidade. As reivindicações apresentadas aos Ministérios do Governo Federal, desde o início do século XXI, foram decisivas para que o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), construísse políticas públicas de inclusão para as mulheres rurais, que resultaram na criação da Política Setorial de ATER Específica para Mulheres. Com essa parceria, a Instituição Escritório de Planejamento Rural (ESPLAR) – Centro de Pesquisa e Assessoria, ganhou a execução da Chamada Pública de ATER para Mulheres Rurais nº3/2013, com o projeto Agroecologia e Feminismo. Essa experiência se deu no Território Sertões de Canindé - Ceará. Diante desse contexto político-social, esta pesquisa apresenta uma experiência profissional na área da ATER Específica para Mulheres, identificando as implicações desse tipo de assessoria na vida das mulheres rurais, além de estabelecer uma construção analítica histórica da ATER no Brasil, apresenta também um quadro evolutivo das Chamadas Públicas de ATER Específica para Mulheres lançadas e acessadas no Estado do Ceará, do ano de 2009 ao ano de 2016. Para tanto utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, tais como: os documentos da política, os relatórios institucionais do projeto, e os relatos dos diários de campo utilizado pelas técnicas. Dessa forma, com base neste estudo verificamos que as mulheres assistidas por esta ATER Específica foram fortalecidas sob as seguintes dimensões do empoderamento: psicológico, político, econômico, sociocultural e interpessoal.

Palavras-chave: ATER. Feminismo. Agroecologia. Empoderamento.

ABSTRACT

In 2010, the Federal Government implemented the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), qualifying and reorganizing the Technical Assistance and Rural Extension (ATER), services in Brazil. Rural women, while being included in the policies of basic social assistance to the family, remained invisible and had no access to information and their rights. In order to report the different forms of violence suffered and to claim their rights, women intensified their self-organization in social movements, holding marches, participating in conferences and manifestations in the countryside and in the city. The demands presented to the Ministries of the Federal Government since the beginning of the 21st century were decisive for the then Ministry of Agrarian Development (MDA), in partnership with the Special Secretariat for Policies for Women (SPM) and the Women Policy Directorate Rural and Quilombola (DPMRQ) (Quilombola refers to the descendants of the enslaved people, who live in rural, suburban and urban communities), to build public inclusion policies for rural women, which resulted in the creation of the Sectorial Policy ATER Specific for Women. With this partnership, the Institution Office of Rural Planning (ESPLAR) - Research and Advisory Center, won the ATER Public Call for Rural Women nº3 / 2013, with the Agroecology and Feminism project. This experience occurred in the Territory Sertões de Canindé - Ceará. Given this socio-political context, this research presents a professional experience in the area of ATER Specific for Women, identifying the implications of this type of assistance in the lives of rural women, as well as establishing a historical analytical construction of ATER in Brazil. It also shows an evolutionary framework of public calls for Women launched and accessed in the State of Ceará from 2009 to 2016. For this we use bibliographic and documentary research, such as: the policy documents, the institutional reports of the project, and the reports of the field journals used by the techniques. Thus, based on this study, we verified that women assisted by this Specific ATER were strengthened under the following dimensions of empowerment: psychological, political, economic, sociocultural and interpersonal.

Keywords: ATER. Feminism. Agroecology. Empowerment

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos Territórios da Cidadania no Brasil.....	46
Figura 2 - Recorte do Território Sertões de Canindé – CE.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da Marcha das Margaridas do ano de 2000 ao ano de 2015...	33
Quadro 2 - Características das Chamadas Públicas de ATER Específica para Mulheres dos anos de 2009, 2013 e 2016, no Ceará.....	60
Quadro 3 - Classificação das atividades realizadas durante a execução da Chamada Pública de ATER Específica para Mulheres.....	67
Quadro 4 - Caracterização das atividades realizadas pelo projeto Agroecologia e Feminismo.....	68
Quadro 5 - Dimensões do Empoderamento das Mulheres.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de Mulheres Beneficiárias nas Chamadas Públicas de ATER de 2011 a 2014.....	38
Gráfico 2 - Raça autodeclarada das mulheres.....	52
Gráfico 3 - Relação entre as horas dedicadas aos Trabalhos Domésticos (TD), e as horas dedicadas ao Trabalho Não Doméstico – (TND).....	53
Gráfico 4 - Ocupação dos espaços públicos pelas mulheres.....	54
Gráfico 5 - Tratamento da água para o consumo.....	55
Gráfico 6 - Procedência da água utilizada para o consumo.....	55
Gráfico 7 - Produção animal para consumo e venda.....	57
Gráfico 8 - Produção agrícola para consumo e venda.....	57
Gráfico 9 - Anseios e sonhos das mulheres.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Chamadas Públicas de ATER Específica para Mulheres Rurais de 2003 a 2014.....	39
Tabela 2 - População rural e urbana do Território Sertões de Canindé.....	48
Tabela 3 - Porcentagem de mulheres beneficiárias da ATER Específica para Mulheres de 2013 em relação ao percentual de mulheres rurais existentes no município.....	49
Tabela 4 - Comunidades assistidas pela ATER Específica para Mulheres e seus respectivos municípios.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AEGRE	Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CadÚnico	Cadastro Único
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DOU	Diário Oficial da União
DPMRQ	Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMTR – NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MST	Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POP	Programa de Organização Produtiva
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Rede LAC	Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SICON	Serviços de Informações do Congresso Nacional
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
UNB	União Brasileira de Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	AS RAÍZES DESSA HISTÓRIA	22
2.1	Um breve histórico da ATER no Brasil.....	21
2.2	O feminismo e a luta das mulheres rurais	28
2.3	ATER Específica para Mulheres	37
2.4	O Empoderamento das Mulheres	39
3	ONDE OS PÉS PISAM, A MENTE TRABALHA E O CORAÇÃO ESCREVE: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	43
3.1	O Esplar	44
3.2	O Território Sertões de Canindé	45
3.3	Diagnóstico das mulheres contempladas	49
4	ATER ESPECÍFICA PARA MULHERES RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ: AS CHAMADAS PÚBLICAS NOS ANOS 2009, 2013 E 2016	59
5	CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO AGROECOLOGIA E FEMINISMO PARA O EMPODERAMENTO DAS MULHERES	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A – PROPONDO OUTRA METODOLOGIA PARA DIAGNOSTICAR AGROECOSSISTEMAS	100
	APÊNDICE B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA ATER ESPECÍFICA PARA MULHERES REALIZADA NO TERRITÓRIO SERTÕES DE CANINDÉ/CE	102
	APÊNDICE – C DINÂMICAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS NAS OFICINAS	105
	ANEXO A – CARTILHA COM DICAS PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	111
	ANEXO B – MATÉRIA DO JORNAL O POVO SOBRE DUAS MULHERES AGRICULTORAS, AMBAS, ASSISTIDAS PELA ATER ESPECÍFICA DOS ANOS DE 2013 E 2015	121

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar, ao produzir alimentos adotando o policultivo consorciado de espécies nos agroecossistemas¹, mantém a agrobiodiversidade², valoriza o consumo dos alimentos regionais, mesmo com toda a força que a indústria alimentícia e de ultra processados exercem sobre a sociedade. Contudo, esse tipo de agricultura também contribui para a soberania alimentar dos povos, quando guarda e preserva as sementes crioulas, e impulsiona as economias locais, produzindo para o autoconsumo e o abastecimento dos mercados internos (PLOEG, 2008; PETERSEN, 2009; CARVALHO, 2012). Por essas contribuições, ações organizadas da sociedade civil, juntamente com os movimentos sociais, reivindicam políticas que tratem das necessidades específicas da Agricultura Familiar.

Entre os anos 1996 e 2016, a Agricultura Familiar ganhou espaço na agenda política do governo brasileiro, sobretudo, devido às pressões dos movimentos sociais que, nas suas diferentes manifestações de luta, buscavam reivindicar a garantia de direitos para agricultores e agricultoras (MST, 2010). Nessa conjuntura, vários programas e políticas públicas foram criados e implementados. Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, em 2004 passa a receber novas linhas de crédito, como o PRONAF Mulher e o PRONAF Jovem. Em 2001, o Programa Um Milhão de Cisternas foi idealizado por entidades da sociedade civil que se organizavam na Articulação do Semiárido (ASA) e posteriormente, em 2003, incluído no programa governamental Fome Zero, durante o mandato do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2011). Ainda com esse governo, foi instaurada a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. E também, a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2009.

Além dessas conquistas, em 2011, o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2014 e 2015 - 2016) implantou o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com o objetivo de

¹ O agroecossistema é uma expressão material de estratégias conscientes de famílias e comunidades na apropriação de uma unidade da paisagem com vistas a reproduzir seus meios e modos de vida. Nesse sentido, o método dialoga com a Economia Ecológica, ou seja, com o estudo dos processos biofísicos envolvidos nos ciclos de conversão e reconversão entre bens ecológicos e bens econômicos. Com base nessa abordagem do processo econômico, essa perspectiva analítica fundamenta a análise da sustentabilidade dos sistemas socioecológicos desde a escala local até a escala global (ANA, 2017, p. 11).

² O conceito de ‘agrobiodiversidade’ reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas e animais cultivados e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento rural sustentável (SANTILLI, 2012).

e elevar a renda e melhorar as condições de bem-estar da população que vivia em situação de extrema pobreza³. O Plano possuía três principais vias de ações: criação de programas que viabilizariam a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva (BRASIL, 2014a). Nos programas de inclusão produtiva voltados, principalmente, para a população do campo, estavam o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Fomento às atividades produtivas e o Programa Água para Todos (BRASIL, 2016). Embora considerando a importância de cada um dos programas e da intersectorialidade entre eles, esta pesquisa dirige-se à ATER.

A ATER, desde sua criação em 1948, vem assumindo diferentes conformações de acordo com a conjuntura política do País em cada época. Dessa forma, contribui para a Agricultura Familiar no Brasil, no sentido de fortalecer um modelo de vida no campo e de produção baseados no tripé da sustentabilidade⁴. Não obstante ainda vigoram os modelos de agricultura difusionistas. Vale ressaltar que a assistência técnica para a agricultura familiar é um componente fundamental para que ela se desenvolva. Por isso a necessidade de uma ATER de qualidade que, metodologicamente, respeite o conhecimento dos agricultores e agricultoras e que seja compromissada com a produção agroecológica, promovendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres do campo.

No âmbito da temática ATER, propomos o recorte de gênero, considerando as mulheres rurais, que ao serem incluídas nas políticas de assistência à família, continuavam invisibilizadas, secundarizadas e sem acesso à informação e aos seus direitos. Somente a partir da organização política delas em movimentos, redes, fóruns e marchas, é que suas principais demandas passaram a ser consideradas pelo Estado.

Diante do exposto, nosso interesse é analisar a problemática que tem como marco a existência de uma política de ATER que considere a organização produtiva e econômica das mulheres trabalhadoras rurais e o empoderamento dessa classe enquanto sujeito que exerce o controle social, como meios para diminuir as desigualdades de gênero. Consideramos importante entender os antecedentes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão

³ O Governo considerou em condições de extrema pobreza, aquelas famílias que, no ano de 2011, possuíam uma renda *per capita* igual ou inferior a 70 reais mensais, além de terem um acesso mínimo aos programas de cidadania. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00294.pdf>>. Acesso em 04 de maio de 2018.

⁴ Segundo o professor holandês Peter Nijkamp, a sustentabilidade envolve três aspectos: atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta – o chamado Triângulo ou Tripé da Sustentabilidade, também conhecido como Triple Bottle Line (ECOD, 2008). Disponível em: < <http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/ecod-basico-sustentabilidade/>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

Rural (PNATER), a contribuição das lutas e manifestações das mulheres para a construção dos arranjos da política e do feminismo. E também conceituar a Agroecologia.

A principal hipótese é que a forma como a assessoria é executada repercute nas principais transformações políticas, econômicas e socioculturais na vida das agricultoras.

Dessa maneira, tendo como horizonte reflexivo a ATER no Brasil e as mulheres trabalhadoras rurais, esta pesquisa tem o objetivo geral de sistematizar a experiência profissional de ATER Específica para as Mulheres, que aconteceu no Território de Sertões de Canindé, Estado do Ceará, através do projeto Agroecologia e Feminismo, submetido à Chamada Pública nº3/2013 apresentada pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executada pela Organização Não Governamental (ONG) Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria.

E, mais especificamente, buscamos compreender as implicações dessa modalidade de assessoria na vida das mulheres assistidas, identificar os principais avanços e desafios da política, realizar uma breve construção analítica histórica da ATER no Brasil e apresentar um quadro evolutivo das Chamadas Públicas de ATER Específica para Mulheres, acessadas no Estado do Ceará. Para a elaboração, utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica por meio de documentos da política de ATER, considerando os marcos legais, relatórios e diário de campo (das executoras da Chamada Pública analisada).

No segundo capítulo desta pesquisa realizamos uma construção histórico analítica da ATER no Brasil. Conceituamos a agroecologia e buscamos compreender suas contribuições para a PNATER e para a agricultura familiar. Além disso, à luz de algumas autoras que já estudaram e refletiram sobre luta das mulheres camponesas, e das trabalhadoras rurais, almejamos aproximar as questões teóricas sobre a contribuição do feminismo para o empoderamento⁵ das mulheres e para a implementação de políticas públicas específicas para elas. Ao final, apresentamos a criação da ATER Específica para Mulheres.

Já no terceiro capítulo trataremos dos caminhos metodológicos para o alcance dos resultados e reflexões. Para tanto abordamos a motivação da pesquisa, seu *locus*, o diagnóstico das mulheres assistidas pela ATER e os procedimentos para busca e análise sobre a problemática e hipótese supracitadas. No quarto capítulo, construímos um quadro comparativo sobre as três Chamadas Públicas ATER Específica para Mulheres lançadas para

⁵ Para o feminismo, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. Além disso, para os movimentos sociais rurais, indistintamente, a autonomia econômica das mulheres constitui o primeiro passo para o seu empoderamento (SCHEFLER, 2013).

o Estado do Ceará, pontuando as principais diferenças na formulação de cada uma ao longo dos anos 2009, 2013 e 2016. No capítulo cinco, descrevemos a execução do projeto Agroecologia e Feminismo, que foi fruto da Chamada Pública de ATER lançada para o Ceará no ano de 2013. Com base na descrição faremos uma análise sobre as principais implicações dessa assessoria na vida das mulheres assistidas.

2 AS RAÍZES DESTA HISTÓRIA

Neste capítulo, buscamos abordar os temas: ATER, trazendo uma breve reflexão analítica de sua história considerando a agroecologia no contexto da PNATER. Permeamos sobre o tema feminismo e a luta das mulheres rurais, com a finalidade de compreender suas contribuições para a criação e implementação de políticas públicas específicas para elas e, ao final, fazemos uma discussão conceitual sobre o empoderamento das mulheres.

2.1 O histórico da ATER no Brasil

O primeiro momento da Extensão Rural no Brasil que é caracterizado pela importação do modelo já utilizado nos Estados Unidos desde 1870, segundo Fonseca,

[...] já se instituía oficialmente, em vários Estados, Conselhos de Agricultura, que promoviam conferências públicas e cursos de curta duração, em trabalho conjugado com universidades e colégios. Intensificaram-se, com o correr do tempo, essas atividades educativas, em breve completadas pela publicação de folhetos e a participação de técnicos dos governos federal e estadual. Ao mesmo tempo, organizavam-se reuniões e cursos para mulheres, versando sobre o preparo de alimentos e seu valor nutritivo (1985, p. 38)

Esse modelo, também conhecido como “modelo clássico” e, posteriormente, reformulado e denominado “modelo difusionista inovador”, foi o que serviu de base para a criação dos serviços de extensão não só no Brasil, mas na maioria dos países subdesenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. Era caracterizado por um método de transferência de tecnologias que advinha dos centros de pesquisas diretamente para os agricultores, sendo estes comunicados de forma unilateral, com o objetivo de promover mudanças naquele meio. Contava-se, inclusive, com a difusão de informações específicas para homens, aquelas relacionadas à produção agropecuária e a informações específicas para mulheres, aquelas relacionadas ao cuidar da casa e da vida (trabalho reprodutivo).

O primeiro momento da ATER no Brasil é caracterizado por um modelo de produção baseado no monocultivo, utilização de maquinarias pesadas no campo, insumos químicos para adubação e agrotóxicos para controle de insetos e fungos nas plantações. Além disso, a extensão rural, em se tratando deste modelo difusionista, buscava solucionar

problemas de mão de obra, capital e atraso tecnológico no meio rural, segundo percepções pós- Revolução Verde⁶.

Os produtores buscavam assistência financeira dos bancos, eram supervisionados por profissionais e a assessoria se dava de forma vertical, em que os profissionais repassavam aos agricultores as orientações necessárias à produção. Esse serviço iniciou em 1948 com o surgimento da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. Mais tarde, por volta de 1950, outros estados passaram a criar associações também, com o principal objetivo de prestar serviços de extensão rural a grandes e médios produtores. Em virtude disto, o Governo brasileiro cria um órgão coordenador desses serviços e é então criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Para Fonseca,

[...] as propostas de ação da ABCAR continuariam fiéis aos pressupostos subjacentes ao modelo difusionista-inovador, mas acrescidos de alguns elementos teóricos novos, ou seja, os conceitos de racionalidade, planejamento e moderna administração que, no passado, através dos líderes, deveriam atingir objetivos econômicos e políticos mais precisos. É nesse sentido que o fazer extensionista não podia “perder de vista a noção do conjunto”, pois, por noção de conjunto, o que estava se entendendo era a própria racionalidade do capital. Pelo exposto nas propostas organizacional e de ação da ABCAR, os graves problemas dos agricultores de baixa produtividade e de baixo nível de vida ficavam mais uma vez reduzidos à condição de problemas meramente técnicos, cabendo aos chamados especialistas, administradores e supervisores rurais (agentes de extensão), pensarem como equacioná-los, apresentarem a melhor solução e fazerem com que as ideias chegassem à população rural através de seus líderes (1985, p. 137).

Wagner complementa dizendo que,

Como as estruturas das ACARs foram sendo, ano a ano, progressivamente absorvidas pelos estados, e como foram sendo criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural, entre as quais a EMATER, o Sistema ABCAR transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). Com o novo nome do Sistema, que incorporou o termo Assistência Técnica, o SIBRATER passou a agregar também organizações não estatais de ATER (2011, p. 21).

O SIBRATER tinha como principal função a execução das políticas de ATER dos Governos Federal e Estadual, com ênfase no atendimento dos pequenos produtores rurais

⁶ A Revolução Verde surge em 1940, após a Guerra Mundial, com a falsa justificativa de acabar com a fome no mundo. Ela trouxe consigo a “modernização da agricultura” com inovações tecnológicas. No entanto, apesar do notório aumento da produtividade, a agricultura foi concebida como um meio para reproduzir o capital, ao invés de colaborar para solucionar o problema da fome. Fatores como a deterioração das condições sociais, o êxodo rural, os prejuízos à saúde, a concentração fundiária e de renda, a marginalização da população rural, o envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, a diminuição da biodiversidade e da biomassa, são alguns dos elevados custos sociais, econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde no Brasil (ANDRADES et al. 2007).

(LOPES, 1989), e estabelecia fontes de recursos para a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Durante todo esse período, a Extensão Rural tinha uma metodologia de comunicação unilateral, autoritária (no sentido de que só era considerado conhecimento o que vinha da ciência), antidialógica e pautada na relação sujeito-objeto. Segundo Fonseca (1985), após refletir sobre como foram os vinte primeiros anos de ATER no Brasil, a principal lição deixada pelo trabalho de extensão desse período foi a certeza de que o primeiro passo para um educador, na busca de uma prática educacional superadora, deveria ser dado no sentido de compreender e ouvir o homem do campo, para aprender e compartilhar o conhecimento com ele.

Ainda durante o período, as equipes de ATER eram compostas por homens e mulheres, os quais assistiam à produção dos agricultores, enquanto elas, agentes de ATER, geralmente, formadas em assistência social ou economia doméstica, assistiam às mulheres, que, naquele momento, eram vistas como donas de casa, esposas, mães e não como trabalhadoras rurais.

Posteriormente, a ATER passou a contestar o modelo de produção advindo da Revolução Verde, inclusive buscando entender os agricultores como sujeitos e não como objetos. Assim, incorporou a abordagem da educação emancipadora e o enfoque do individual para o político, social e ideológico (COSTA, 2014).

Em 2003, os rumos da ATER passam, novamente, por outras mudanças. Até então, todos os recursos e ações voltados para a ATER estavam sob gestão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nesse ano, os serviços de ATER são transferidos para a administração do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁷.

[...] nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana (BRASIL, 2004, p.3).

⁷ Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer, atual presidente do Brasil, extingue o MDA através do Decreto 8780, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de maio de 2016, sob justificativa de racionalidade administrativa. Com isso, todas as secretarias do MDA passam a ser administradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Com essa fusão o valor econômico produtivo da agricultura familiar é subjugado, pois esta passa a ser assistida prioritariamente pelas políticas sociais de combate à pobreza. Disponível em: < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/extincao-do-ministerio-do-desenvolvimento-agrario-crueldade-e-crime-premeditado-por-diario-do-centro-do-mundo/>>. Acesso em 07 de maio de 2018.

Assim, a criação da PNATER, também em 2003, com base em seus princípios buscou:

Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar. Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004, p. 7).

Nota-se que um de seus princípios referia-se à adoção das práticas agroecológicas como novo paradigma tecnológico para o campo que nortearia ações dos agentes extensionistas. Nesse contexto, para uma melhor compreensão sobre as mudanças que ocorreram na ATER, sobretudo por passar a adotar o enfoque agroecológico em parte de suas ações, percebemos a importância de conceituar esta ciência que, para Siliprandi,

Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis; para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam (2015, p. 83).

A mesma autora afirma ainda que as três principais fontes que contribuíram para a construção da agroecologia foram os estudos de Altieri e Gliessman, que são embasados numa vertente agrônoma; os estudos de Sevilla Guzmán, que tem um enfoque voltado para as análises e reflexões a partir do trabalho com cooperativas de trabalhadores rurais em Andaluzia; e uma fonte mais voltada para reflexões sobre o campesinato, vinculado aos movimentos sociais, representado por Enrique Leff (SILIPRANDI, 2015). Ainda em seu livro intitulado *Mulheres e Agroecologia*, Siliprandi descreve as áreas de estudo que influenciaram a construção da Agroecologia, conforme se lê:

Existem pelo menos quatro áreas distintas que influenciaram na elaboração inicial do pensamento agroecológico: a) As Ciências Agrícolas, e em especial, a Ecologia Agrícola, pelos estudos relativos à microbiologia dos solos, pragas e doenças (interação pragas/plantas) e nutrição de plantas (ciclos de nutrientes, a importância das sucessões ecológicas), que permitiram contestar o que a agronomia “oficial” (universidades e centros de pesquisa) estabelecia como técnicas mais eficientes para a agricultura. b) O ambientalismo que floresceu nos anos 1960 e 1970, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, fruto da contracultura, que denunciava os custos ecológicos e sociais da “agricultura convencional” e propunha formas alternativas de produção de alimentos. c) Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, que mostraram que as tecnologias preconizadas para melhoria da produção agrícola nos países do terceiro mundo provocavam o aumento dos riscos para os agricultores, o esgotamento dos solos e a concentração da terra e dos recursos produtivos em geral; ou seja, que a modernização da agricultura, ao invés de ajudar a desenvolver os países pobres, estava provocando mais pobreza, desigualdade social, dependência e marginalização. d) Estudos sobre os sistemas tradicionais de produção indígenas e camponeses, trazidos pela antropologia e pela geografia, que analisavam as diferentes lógicas e os mecanismos utilizados naqueles sistemas para garantir a sustentabilidade; a diversificação, os vários usos e manejos dos recursos; a complexidade de fatores que concorriam para o sucesso de um sistema produtivo; a existência de um conhecimento ecológico por parte dessas comunidades; as diferentes noções de eficiência e produtividade; assim como a expansão do conceito de “agricultura” para sistemas “agrossilvopastoris”, entre outras questões (HECHT *apud* SILIPRANDI, 2015, p. 84).

Assim, na PNATER do ano de 2003 - que foi construída através de uma ampla participação de diversos setores da sociedade, inclusive daqueles que defendiam a agroecologia enquanto um projeto de desenvolvimento para o campo, o enfoque agroecológico foi inserido com a finalidade de nortear as práticas agrícolas na medida em que essas práticas também consideravam questões sociais, em que as ciências humanas passam a ter destaque como instrumental para problematizar as relações sociais, culturais e patriarcais na extensão rural.

No entanto, em 2010, com a Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências, o termo “agroecologia” é excluído de seu texto original, representando uma ameaça ao que vinha sendo construído com base nos princípios da agroecologia desde 2003 pelas instituições executoras de ATER. Caporal registra que,

Ao longo do ano de 2009, viria a ocorrer outro processo de debate sobre Ater, dessa vez com reduzida ou quase nula participação da sociedade civil, que desembocou na elaboração do Projeto de Lei nº 5.665/2009, posteriormente transformado na Lei nº 12.188, sancionada pelo Presidente da República em 11 de janeiro de 2010.

Estranhamente, o processo que foi conduzido pelo MDA acabou por excluir a palavra Agroecologia do conjunto das orientações (2011, p. 25)

Essa exclusão representa um retrocesso metodológico e ideológico da extensão rural no Brasil, ameaçando inclusive a volta das práticas difusionistas mencionadas no início deste capítulo quando se tratando dos primeiros moldes da ATER:

[...] Ademais as mudanças introduzidas e mesmo a redação quase sempre focada na produção podem abrir caminho, através da Lei de Ater, para um retorno ao velho modelo da extensão rural difusionista e produtivista. Isso, de certa forma, se confirmaria pela análise das Chamadas de Projetos lançadas em 2010. Em geral, elas estabeleceram como foco uma cadeia produtiva, ainda que incluam outras linhas para a ação. Do mesmo modo, as Chamadas anunciam um retrocesso metodológico, como veremos mais adiante, na medida em que os métodos de extensão que aparecem nas Chamadas de Projetos de 2010 são apenas visitas, reuniões e dias de campo, um pacote metodológico não se adapta a uma ação focada na transição agroecológica (CAPORAL, 2011, p. 26)

Apesar deste retrocesso, ainda em 2010, a Agroecologia ganha espaço na segunda diretriz da PNSAN, que se refere à promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. E, em 2012, é melhor implementada na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Considerando todo esse percurso da ATER, inclusive a conformação que assume hoje, cada mudança veio como um desafio às instituições prestadoras dos serviços e aos agentes de ATER, pois era preciso romper com uma formação tecnicista, geralmente advinda das universidades, escolas técnicas e agrícolas de todo o País, requerendo um método de trabalho mais holístico, em que houvesse um compartilhamento de saberes entre técnicos (as) e agricultores (as), que se adotasse práticas agrícolas agroecológicas e que se buscasse promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres do meio rural.

Além dessa dinâmica de avanços e retrocessos identificados na Política de ATER no Brasil, ocorreram também modificações em outras políticas e nas demais instâncias do Governo Federal. Como exemplo de uma modificação significativa, as mulheres passaram a ter acesso às políticas públicas específicas. Esse acesso deveu-se, principalmente, à organização delas em movimentos e em instâncias de controle social. A seguir faremos um breve histórico sobre o feminismo e a luta das mulheres camponesas por garantia de direitos e implementação das políticas públicas específicas.

2.2 O feminismo e a luta das mulheres rurais

Para compreender histórica e cotidianamente as origens e as intencionalidades das injustiças enfrentadas pelas mulheres, é importante entender o significado do termo “patriarcado” que apesar de existir um debate conceitual e ideológico acerca do termo, nos direcionaremos para a concepção que o trata enquanto uma relação social baseada na dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres (CISNE, 2014, p. 77).

Essa relação social gera inúmeras formas de injustiças, que, à luz dos conceitos abordados por Fraser (2006), podemos considerar dois principais tipos. O primeiro tipo é a injustiça econômica, que se materializa quando é imbricado às mulheres o papel do trabalho reprodutivo e o quanto sofrem o não reconhecimento ou baixa remuneração pelo seu trabalho produtivo. E o segundo tipo é a injustiça cultural/simbólica, expressa, por exemplo, quando a sociedade considera não só as mulheres frágeis em si e desqualifica tudo que é considerado feminino. Além do fato das mulheres ocuparem mais os espaços privados do que os espaços públicos. Nesta pesquisa, utilizamos os temas da divisão sexual do trabalho e do trabalho produtivo e reprodutivo, conceitos construídos pelo feminismo acadêmico.

A divisão sexual do trabalho consiste em atribuir determinados papéis sociais/ofícios às pessoas segundo o sexo, feminino ou masculino, justificando esse papel social conforme as diferenças biológicas entre o corpo da mulher e do homem. O trabalho produtivo, na sociedade capitalista geralmente é remunerado, e trata de todo trabalho que gera produtos materiais e que possa ser mercantilizado. Já o trabalho reprodutivo, este se refere ao trabalho necessário à reprodução da vida, o cuidar, o alimentar, o trabalho doméstico. Daí surgem os ditos: “Isso é trabalho de mulher” ou “isso é trabalho para homem”. Miriam Nobre, exemplifica a divisão sexual do trabalho, focalizando a realidade rural para esse contexto,

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico o cuidado da horta, e dos pequenos animais, tudo que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado (1998, p.41).

Assim, a autora registra que ficava restrito às mulheres o espaço privado, da casa, e aos homens o espaço do roçado. Mas a literatura também mostra que tanto as mulheres quanto os homens desenvolvem trabalhos produtivos nos arredores de casa e nos roçados.

Contudo, o trabalho da mulher muitas vezes é invisibilizado ou menosprezado, sobretudo quando é entendido como uma “ajuda” ao trabalho do homem. De modo geral, tanto essas injustiças quanto outras formas de desigualdades sociais fazem parte do funcionamento de um complexo sistema de exploração baseado em um modo de produção racista – patriarcal – capitalista.

Mundialmente, em resposta às injustiças e desigualdades vivenciadas pelas mulheres, o feminismo nasce e se subdivide ao longo da sua história em três principais correntes: feminismo radical, socialista e liberal,

Tais correntes se opõem entre si “quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas”. A oposição politicamente mais frontal, contudo, “recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro”. O feminismo liberal consiste nos movimentos voltados à promoção dos valores individuais, buscam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, e, por isso, podemos falar de um “feminismo reformista”. [...] o feminismo socialista ou tendência da luta de classe, como se denomina na França, afirma que “a verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global”, enquanto as feministas radicais “sublinham que as lutas são conduzidas, antes de tudo, contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas do poder falocrático⁸ (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009 *apud* CISNE, 2014, p. 132).

Nesta pesquisa nos fundamentamos na abordagem do feminismo socialista na perspectiva marxista, pois consideramos que a emancipação das mulheres é inviável na sociedade atual, pois sua emancipação assim como de toda a humanidade só ocorrerá no marco da emancipação do trabalho do capital (ZETKIN *apud* CISNE, 2014, p. 112). Sobre essa emancipação, dialogamos com Saffioti, concordando com a ideia de que:

A emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica; ela envolve dimensões profundas da condição de se tornar humano, ou melhor, envolve a profundidade antológica da construção do ser social como ser genérico. Abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas indispensáveis para a emancipação, contudo, insuficiente. A transformação da cultura e dos valores são também indispensáveis para tal propósito. Transformar hábitos fortemente enraizados não é fácil nem rápido. A socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória são fundamentais para a elevação social da mulher, mas são insuficientes para leva-la à emancipação, pois, é preciso que a sociedade se empenhe na eliminação de uma sociedade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher. Esta complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias, em parte, resulta da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico e sociocultural (1976, p.92).

⁸ Falocrácia é a ideologia cuja base se sustenta na premissa básica de que o poder político/econômico, em diversos âmbitos, deva ser exercido somente por homens.

Apesar das suas diferentes conformações, o feminismo vem, para contribuir com esta emancipação. A mesma autora supracitada afirma que

Não há, portanto, um modelo feminista; há uma perspectiva feminista que se traduz em diversos modelos. Ignorar as diferentes vertentes do feminismo é grave, pois homogeneiza uma realidade bastante diferenciada. Na medida em que esta diferenciação não é captada, a aproximação do real é infinitamente mais pobre que ele (SAFFIOTI, 2001. p. 129).

A autora ressalta ainda a importância da existência das diferentes vertentes do feminismo. Com isso concluímos então, que, apesar de avanços e limitações inerentes ao movimento feminista, suas diferentes conformações têm contribuído para amenizar algumas injustiças, conscientizar e empoderar mulheres e homens, além de promover o acesso a alguns direitos, como é o caso das conquistas alcançadas pelo movimento de mulheres do campo, como veremos a seguir.

Assim, para denunciar as diferentes formas de violências sofridas e reivindicar seus direitos, as mulheres rurais se auto organizam em movimentos sociais, marchas, conferências e demais manifestações no campo e na cidade. Segundo Esmeraldo, ainda em 1980, quando,

[...] nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas atividades conduzidas pela CPT que à luz das mensagens bíblicas ressignificadas pela Teologia da Libertação, (as mulheres) refletem sobre sua condição de vida e relações de caráter assujeitado com o trabalho e a terra. Mulheres camponesas tomam assento nesses espaços e, na década de 1980, ingressam em partidos políticos, participam das atividades das centrais sindicais e reivindicam lugares de participação da mulher na luta política (2013, p.242).

A autora afirma também, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que

Apesar da histórica, embora invisível, atuação política no 1º Encontro Nacional, a participação das mulheres se faz perceber de forma diferenciada, durante o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Militando, desde décadas passadas, nas CEBs, na CPT, nas oposições sindicais, mulheres rurais participam do congresso de forma ativa, afirmativa e organizada. Reivindicam a presença e participação de 30% de mulheres como delegadas (há registro de mais de 300 mulheres num universo de 1.500 delegados), integram os grupos de trabalho, fazem parte de uma coletiva com a imprensa (nacional e estadual), são homenageadas e realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra, na qual discutem suas reivindicações específicas e produzem um documento que é lido e aplaudido no encerramento do Congresso e incorporado ao documento final do citado evento (2013, p.246).

Além da auto-organização das mulheres dentro do MST, ainda na década de 1980, as mulheres do movimento sindical e pastoral passaram a constituir e articular o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), construído em 1986, após o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. Quanto a este evento, Esmeraldo verificou que

Os objetivos que norteiam os eixos dos debates do primeiro e dos nove encontros que se realizam entre 1986 e 1995 são definidos para: articular e organizar as mulheres rurais; fortalecer sua ação no movimento sindical rural; capacitar as mulheres para ampliar sua atuação; construir o autoconhecimento para o domínio do corpo feminino, a partir da reflexão de suas dimensões biológicas, emocionais e afetivas; e desenvolver de forma coletiva, alternativas de sobrevivência das mulheres e suas famílias (2013, p.251).

A literatura vai mostrar que, ao longo dos anos, o movimento de mulheres e os movimentos feministas, com destaque para as mobilizações e articulação de mulheres do campo, vão se fortalecendo ao longo dos anos (ESMERALDO, 2013). Além dos dois movimentos supracitados, o setor de gênero do MST e o MMTR-NE, juntamente com outras organizações, constroem a Marcha das Margaridas.

A Marcha das Margaridas é um amplo processo de mobilização realizado em todos os estados do País, promovido pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTAG), em parceria com um conjunto de movimentos e organizações, a exemplo, o MMTR-NE, o MST, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Brasileira de Mulheres (UNB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (REDE LAC), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) etc. A metodologia de trabalho da Marcha consiste em manifestações, encontros e caravanas ao longo do ano, que são eventos preparatórios para a culminância em Brasília. Nesses eventos preparatórios, são construídas e sistematizadas as pautas de reivindicações das mulheres do campo e da cidade, e, posteriormente, um documento oficial é entregue ao Governo Federal.

Geralmente, as marchas acontecem por volta do dia 12 de agosto. Essa data lembra a morte de Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e líder sindical, assassinada em 1983, quando lutava pelos direitos dos trabalhadores rurais na Paraíba.

No âmbito das políticas públicas, as principais conquistas da Marcha das Margaridas foi a criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), a manutenção da aposentadoria das mulheres agricultoras aos 55 anos, a

reformulação na Instrução Normativa de 13 de março de 2007, que trata sobre as normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar específico para Mulher (PRONAF Mulher), a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) em nome do casal, a criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres, a inclusão da abordagem de gênero na PNATER e a criação de ATERs específicas para mulheres. No Quadro 1, adaptado de Esmeraldo, é possível conferir os anos e as pautas de cada Marcha, desde o ano de 2000 até o ano de 2015.

Com isso, A Marcha das Margaridas e a participação social das mulheres nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e em outras conferências gerou uma agenda política no governo com propostas de políticas, ações e projetos para garantir a equidade e acesso aos direitos das mulheres rurais.

Quadro – 1 Características da Marcha das Margaridas do ano de 2000 ao ano de 2015

Data	Evento/Temática	Local/Org.	Pauta	Ação Política
12 de agosto de 2000	1º Marcha das Margaridas. “2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista”	Brasília - CONTAG	Reforma agrária; dívida externa; política neoliberal; políticas de saúde, educação; violência doméstica.	Marcha com 20 mil mulheres em Brasília; ato na Esplanada dos Ministérios e audiências com os Ministérios.
12 de agosto de 2003	2º Marcha das Margaridas. “2003 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista”	Brasília - CONTAG	Violência sexista; direitos sociais, previdenciários, saúde e educação; reforma agrária; meio ambiente.	Marcha com 30 mil mulheres na Esplanada dos Ministérios e audiências com Ministérios
12 de agosto de 2007	3º Marcha das Margaridas. “2007 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista”	Brasília - CONTAG	Reforma agrária; índice de produtividade; violência contra a mulher; políticas públicas.	Marcha com 40 mil mulheres; audiências públicas com os Ministérios; mobilizações e participação política das mulheres.
16 de agosto de 2011	4º Marcha das Margaridas. “2011 razões para marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”	Brasília - CONTAG	Desenvolvimento centrado na vida humana e no respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural, na autodeterminação dos povos, na agricultura familiar e na soberania alimentar como estratégia para romper com a hegemonia de um desenvolvimento que privilegia a concentração de terra e de riquezas.	Marcha com 70 mil mulheres; audiências públicas com os Ministérios; mobilizações e participação política das mulheres.
12 de agosto de 2015	5º Marcha das Margaridas. “Margaridas seguem em marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”	Brasília - CONTAG	Reafirmar as contribuições sociais, políticas e econômicas das mulheres; políticas públicas; denunciar e protestar contra todas as formas de violências; fortalecer e ampliar a organização e mobilização feminista das mulheres trabalhadoras rurais; apresentar uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e propor um modelo a partir da perspectiva feminista.	Marcha com 100 mil manifestantes. Audiências públicas com os Ministérios; mobilizações e participação política das mulheres.

Fonte: Adaptado de ESMERALDO (2013).

Ademais, a luta das mulheres trabalhadoras rurais faz germinar a semente de um novo feminismo que, para Medeiros e Paulilo, começa a se caracterizar da seguinte forma:

[...]os movimentos de mulheres rurais avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo. Nesse processo, ao mesmo tempo em que dão destaque a temas como alimentação e saúde das pessoas e do ambiente, ressaltam, de forma crítica, suas experiências pessoais como responsáveis pelas tarefas do cuidado e da reprodução dentro das famílias, questionando a divisão sexual do trabalho existente no meio rural: as tarefas relacionadas ao “cuidar” acabam sobrecarregando-as e dificultando sua participação em outras esferas, entre elas a política (2013, p. 192).

Essa mobilização, que considera questões individuais e coletivas, atualmente, tem como principais reivindicações: a luta contra o agronegócio⁹, que ameaça o campesinato quando concentra a terra, por meio dos grandes latifúndios, e impossibilita a produção de alimentos saudáveis ao estimular e apoiar o consumo de agrotóxicos e produção de sementes e alimentos transgênicos, bem como a luta contra o sistema patriarcal que tem suas raízes fincadas no meio rural, atribuindo às mulheres um padrão de vida e de consumo atrelado, substancialmente, à esfera doméstica, da casa, impondo a elas a responsabilidade pela reprodução familiar, enquanto o marido/pai seria o principal responsável pelo que é produtivo e remunerado (SCOTT, 2010, p. 11). Além de lutar por questões que se referem à necessidade da soberania alimentar dos povos, as mulheres rurais também lutam por melhores condições de vida no campo, fortalecem sua auto-organização e ocupação dos espaços públicos.

Essas mulheres passam a incorporar à luta feminista a identidade de mulher trabalhadora rural que considera as diversas opressões imbricadas do ser mulher no meio rural, como, a luta pela soberania alimentar e por políticas públicas específicas para mulheres rurais, incorporando em si um novo perfil sóciopolítico. Segundo Esmeraldo,

[...] uma primeira observação se faz com relação às mudanças no perfil da mulher rural. Dantes inscrita no mundo familiar e limitada aos afazeres domésticos, apresenta-se nas lutas sociais em processo de transformação. Já não traz a mesma face daquela de quarenta anos atrás. Está em movimento produzindo mudanças específicas para si, sua família e sua comunidade. Ao ir às ruas de forma coletiva, transpõe os espaços da casa, da cozinha, do ambiente familiar, para se expressar como ser social e político e com a vontade de resistir e denunciar sua condição de população periférica, de grupo social na fronteira da modernidade (2014, p. 261).

⁹ Em linhas gerais, o termo agronegócio é caracterizado por expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços.

Esmeraldo (2014) registra um novo perfil de mulher no campo, que passa a ocupar os espaços públicos e não só no meio rural. Participa das reuniões de associações em suas comunidades, compõe instâncias de controle social, como os conselhos, milita nos sindicatos e em diferentes movimentos sociais.

As mulheres trabalhadoras rurais, hoje, estão na liderança de vários movimentos sociais, dentre eles, os Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR – NE), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), compondo a Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

Um espaço de atuação das lutas das mulheres rurais é a Marcha das Margaridas, que, desde o ano de 2000, vem pautando reivindicações que considerem o desenvolvimento rural sustentável, a soberania e segurança alimentar, o acesso à terra, à água, à assistência técnica, o fim da violência sexista e uma educação contextualizada. Segundo Heredia e Cintrão (2006, p. 9), “[...] as Marchas das Margaridas foram um marco porque permitiram colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas, e também as novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais”. Assim, a cada Marcha, é entregue ao Governo Federal um caderno de reivindicações, que é fruto de um amplo processo de discussão e construção coletiva. Além disso, existem também diversas organizações da sociedade civil que, nos fóruns e conferências internacionais, vêm pautando os direitos das mulheres rurais e que têm contribuído, substancialmente, para a formulação de políticas públicas, como, por exemplo, o Fórum Social Mundial¹⁰ e o Fórum Mundial de Soberania Alimentar¹¹. Nesse contexto, Butto e Hora consideram que

A associação do reconhecimento formal dos direitos das mulheres rurais, expresso pela evolução dos compromissos internacionais, e as novas proposições da sociedade civil, muitas vezes em diálogo com governos ou agências multilaterais, constituiu-se em referência importante para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade e da autonomia econômica das mulheres rurais (BUTTO; HORA, 2010, p. 124).

Heredia e Cintrão também reforçam a contribuição das lutas das mulheres para o avanço das políticas públicas no Brasil.

¹⁰ O Fórum Social Mundial é um grande evento internacional, construído por vários movimentos sociais de diversos continentes, com o objetivo de elaborar alternativas para a transformação social global.

¹¹Fórum Mundial de Soberania Alimentar tem caráter internacional. É organizado pela Via Campesina e Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

A organização e as mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais trouxeram ao Estado um conjunto de reivindicações, colocando a necessidade de dar respostas às questões colocadas. Assim, se durante muito tempo os programas governamentais se voltaram indistintamente para um suposto “cidadão indiferenciado”, a partir de 1985 começam a surgir programas e projetos que buscam incorporar componentes de gênero em suas ações. É interessante observar que não por acaso há coincidências entre o início das mobilizações e reivindicações das mulheres rurais e a criação destes programas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 11).

Não obstante existirem Programas de Ações Afirmativas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), somente em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), posteriormente a criação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMQR) do então MDA, temos de forma mais substantiva, os programas e ações inclusivas. Isso se deveu ao fato de que a diretoria tinha papel fundamental para a elaborar políticas específicas para mulheres rurais, bem como assegurar um diálogo entre o Estado, os movimentos e as organizações feministas que atuavam no meio rural do Brasil.

Portanto, a organização das mulheres nos movimentos e nas marchas e a criação de instâncias no governo, com o papel de desenvolver programas e políticas específicas para mulheres rurais, possibilitaram o estímulo do pensamento crítico e o registro das experiências de auto-organização das mulheres do campo e suas experiências com o trabalho produtivo, como os registros das quatro edições da coletânea de estudos rurais ‘Prêmio Margarida Alves’, a saber:

A criação, pelo MDA/Nead (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) em convênio com o Programa de Promoção da Igualdade, Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e outras associações, em 2005/2006, do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero. Tomamos como inspiração a líder rural morta e a atuação forte e consciente do movimento de mulheres rurais homônimo. Essa premiação, em sua 3ª edição, contempla artigos acadêmicos e promove o registro de relatos de Ellen F. Woortmann 13 experiências e memórias de mulheres rurais abordando tanto temas mais tradicionais, como presença e atuação das trabalhadoras rurais na agricultura familiar, reforma agrária, políticas públicas, quanto mais específicos, como em movimentos sociais, saberes tradicionais, sexualidade e violência (WOORTMANN, 2010, p. 11).

Além das coletâneas supracitadas, outros estudos publicados por organizações, como a Casa da Mulher do Nordeste, o Esplar, o Centro Feminista 8 de Março – ONGs que atuam na perspectiva feminista de caráter socialista – têm dado visibilidade e fortalecido o trabalho e a organização das mulheres trabalhadoras rurais. Essa dinâmica que vem acontecendo no campo, sobretudo, pautado no feminismo e na agroecologia, tem contribuído, fundamentalmente, para elaboração e reformulação de programas e políticas públicas específicas.

2.3 ATER Específica para Mulheres

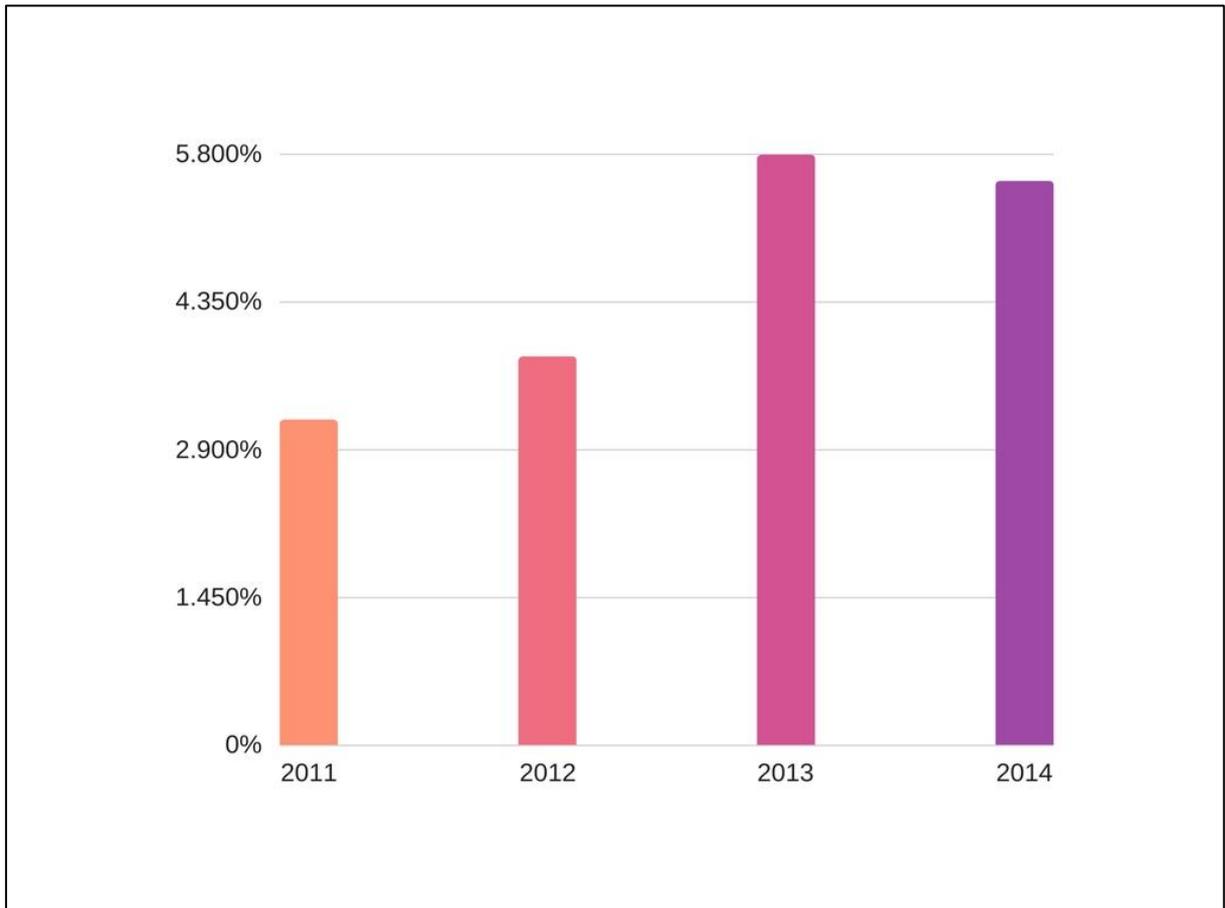
Em atendimento a todas as mobilizações sociais, especialmente às das mulheres trabalhadoras rurais por meio da Marcha das Margaridas,

Um novo desenho institucional foi criado no poder executivo, assim como no âmbito do MDA. A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres-SPM, diretamente ligada à Presidência da República, e um organismo de política para as mulheres rurais no MDA. Inicialmente se constituiu no Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia PPIGRE, depois em uma assessoria e ao final uma diretoria, ampliando sua estrutura física e financeira e mudando seu status (com recurso próprio destinado as suas ações) e desta forma, ampliando seus objetivos (SANTOS, 2017 p. 61)

[...] houve a mudança da posição do PPIGRE para a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia-AEGRE e, posteriormente, em Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas-DPMRQ implantada em 2010 já no governo da presidenta Dilma Rousseff. Essa mudança foi significativa na análise das Gestoras entrevistadas pois além de haver uma mudança de situação dentro da estrutura organizacional do governo, já que passa para uma posição superior de diretoria, como órgão executivo ligado diretamente ao secretário executivo do MDA, ganhando uma estrutura física própria, uma equipe e orçamento. Segundo a Gestora entrevistada, a DPMRQ passa a ter um lugar importante de poder no Ministério e na relação com outras instâncias do governo, com o papel de dialogar transversalmente com todas as secretarias (SANTOS, 2017, p. 65)

Logo, em 2004, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres é institucionalizado e, em 2010 ocorre a criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ). Essa diretoria representou a capacidade propositiva do movimento de mulheres rurais em diálogo com o governo. Inclusive, tendo dentro da diretoria mulheres militantes feministas que conseguiram avançar, no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, a pauta das mulheres. Assim, em 2013, foi realizada a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Na ocasião, foram aprovadas 100 propostas, sendo 36 relacionadas às demandas das mulheres, dentre elas, a exigibilidade de 50% de mulheres atendidas como público beneficiário da ATER, e ter no mínimo 30% de mulheres na composição da equipe técnica, e 30% dos recursos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) para atividades específicas com mulheres rurais (BRASIL, 2014a), Com isso, a participação das mulheres apresentou um aumento nas Chamadas Públicas de 2011 até 2014, conforme o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Porcentagem de Mulheres Beneficiárias nas Chamadas Públicas de ATER – 2011 a 2014.



Fonte: UFRPE/UFC. Projeto de Pesquisa ATER, Feminismo e Agroecologia: olhares e sentidos sobre a política vivida. Observação: não inclui dados do nº de mulheres assistidas na ATER Específica para Mulheres nem ATER para Assentados (as).

O Governo Federal passa a prever ação orçamentária específica para assistência técnica especializada para mulheres rurais, e a Chamada Pública de ATER Específica mais recente lançada para o Estado do Ceará foi em 2016. Entre 2012 e 2015, foram lançadas seis Chamadas Públicas de ATER Específica para Mulheres Rurais, contando com 118 agentes de ATER, contando, inclusive, com homens na equipe técnica e com 7.200 mulheres beneficiárias (BRASIL, 2016).

A Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMRQ/MDA) desenvolve a ATER Especializada para Mulheres desde 2006, com vistas a fortalecer a organização produtiva, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos, e apoiar a articulação dos atores e atrizes envolvidos nesta política em redes. Entre 2012 e 2015, foram lançadas 06 Chamadas Públicas de ATER específicas para mulheres rurais, contando 118 técnicas e técnicos nas equipes contratadas e 7.200 mulheres beneficiárias (BRASIL, 2016, p.4).

A seguir, a Tabela 1, em que consta a evolução da ATER para Mulheres, no que diz respeito ao número de projetos financiados e quantidades de mulheres assistidas em âmbito nacional.

Tabela 1 – Chamadas Públicas de ATER Específica para as Mulheres Rurais 2003 – 2014.

ATER MULHERES 2003 – 2014			
Ano	Nº de Projetos	Mulheres	Valor total do projeto R\$
2004/2006	36	20.072	4.744.326,03
2007/2010	70	32.273	14.277.828,97
2011/2014	25	6.960	20.231.781,85
Total	131	59.305	39.253.936,85

Fonte: UFRPE/UFC, Projeto de Pesquisa ATER, Feminismo e Agroecologia: olhares e sentidos sobre a política vivida.

Nota-se que houve um considerável aumento na quantidade de projetos do ano de 2006 ao ano de 2010 e uma queda na quantidade de projetos, quando se comparam os anos de 2010 e 2014. Contudo, em 2014, registrou-se o maior valor orçamentário do projeto dentre os anos identificados na tabela, provavelmente, devido ao fato de os projetos passarem a ter um fomento à produção agrícola. Essa foi característica exclusiva de algumas chamadas, e isso será melhor descrito no capítulo 4 desta pesquisa.

Partindo da apresentação sobre a ATER no Brasil e as contribuições da luta feminista e das mulheres rurais, sobretudo na Marcha das Margaridas, como um meio para elaboração e implementação de políticas públicas específicas para mulheres, a seguir faremos um breve debate conceitual sobre como se dá o empoderamento das mulheres, pois no executar desta pesquisa observamos que uma das principais mudanças ocorridas na vida das mulheres assistidas por uma ATER Específica se deu no âmbito das diferentes dimensões do empoderamento.

2.4 O Empoderamento das mulheres

Ao analisar os relatórios da ATER Específica para Mulheres nº3/2013, lançada pela DPMRQ, à qual esta pesquisa se refere, verificamos que as mulheres assistidas relatavam, frequentemente, sobre os preconceitos e discriminações que enfrentavam cotidianamente, além do medo e insegurança em sair das áreas domésticas e dos arredores de

casa, inclusive, em alguns casos, o medo em desobedecer às ordens do marido por participar em capacitações e reuniões promovidas pelo projeto Agroecologia e Feminismo (descreveremos melhor o projeto e suas ações no capítulo cinco). Esses são desafios vivenciados, cotidianamente, pelas mulheres agricultoras, pois, como já apresentado nos tópicos anteriores, elas também foram formadas culturalmente para serem do lar e subordinadas aos seus pais e maridos. Apesar disso, verificamos que à medida em que essas mulheres iam participando das ações do projeto Agroecologia e Feminismo, foi possível perceber algumas mudanças comportamentais e na forma como elas enfrentavam esses desafios patriarcais cotidianos.

Nesse contexto, observamos a necessidade de entender o que é e como se dá o empoderamento de mulheres, com a finalidade de constatar se esta foi umas das principais implicações da assessoria dessa ATER Específica na vida da maioria das mulheres assistidas. Assim, este subitem pretende discutir o conceito de empoderamento e iluminar as reflexões que serão feitas, ao final do capítulo cinco, sobre as principais contribuições desse tipo de assessoria na vida das trabalhadoras rurais.

Para iniciar, é preciso compreender que existe um debate conceitual, sobretudo político, acerca do tema empoderamento, motivado por duas principais perspectivas, uma desenvolvimentista, à luz do Banco Mundial, e outra feminista. Na perspectiva feminista, o empoderamento é, segundo Sardenberg:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (2006, p. 2).

Diferente, portanto, da perspectiva desenvolvimentista, em que o empoderamento está relacionado a processos individuais em detrimento de processos coletivos. Em razão disso existe uma crítica sobre a abordagem desenvolvimentista do conceito de empoderamento, sobretudo, quando utilizado nos discursos e nas práticas dos bancos e das agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais. Tal abordagem é vista como algo que despolitiza o processo de empoderamento, ao tirar a questão essencial e central, o “poder”, da sua equação (ROMANO, 2002). O poder, ou melhor, as mudanças nas relações de poder

existentes no processo de empoderamento se tornaram uma questão diluída, perdendo seu papel central entre os elementos que compõem o empoderamento. De fato, trata-se agora de uma estratégia para continuarem fazendo o que sempre fizeram, só que agora de forma “disfarçada”, apropriando-se de uma proposta inovadora para usar como um instrumento de legitimação de práticas muito diversas e não necessariamente empoderadoras. E isso diverge completamente do significado de empoderamento quando o observamos sob a lógica do nascimento do termo, como veremos a seguir.

Conforme Landerdahl et al (2013), o termo empoderamento, na tradução brasileira, ou *empowerment*, na língua inglesa, tem raízes na segunda metade do século XX, em lutas pelos direitos civis, por meio da bandeira do movimento negro e movimento feminista. Sardenberg registrou que o termo “empoderamento” foi usado, pela primeira vez, no contexto de mobilização política, na década de 1960, por militantes do Movimento Panteras Negras, nos EUA. Portanto, ao discutir o empoderamento das mulheres, Kabeer (2005) *apud* Cortez; Sousa (2008, p.178) definiu, inicialmente, o desempoderamento como a negação da possibilidade de escolha. Dessa forma, o empoderamento se refere ao processo pelo qual aqueles a quem se negou a habilidade de escolha adquirirem tal habilidade.

No que diz respeito ao empoderamento das mulheres faz-se essencial ressaltar que elas tornam-se empoderadas por meio da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais (COSTA, 2012). O empoderamento “não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos” (LANDERDAHL et al, 2013, p.310). Por meio desse processo, é possível que as pessoas renunciem a situações de prisão, tutela, impotência e dependência, assumindo dessa forma a direção de suas próprias vidas.

A literatura registra algumas dimensões do empoderamento. A exemplo, têm-se o empoderamento interpessoal e o político, que são fundamentais às metodologias de ações feministas. Conforme Kleba; Wendausen:

O primeiro refere-se ao desenvolvimento de um determinado modelo de autorreconhecimento, através do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e autoestima. O segundo implica na transformação das estruturas sociais visando à redistribuição de poder, produzindo mudanças das estruturas de oportunidades da sociedade (2008, p.738).

De acordo com Herriger (2006) *apud* Kleba; Wendausen (2008), nas supracitadas dimensões do empoderamento, o desenvolvimento de competências e da capacidade de enfrentar situações difíceis ocorre nos espaços da micropolítica cotidiana e é fortalecido no

espaço da política macro, à medida que as pessoas se apropriam de habilidades de participação democrática e do poder político de decisão.

Para essas autoras, as dificuldades existentes no processo de empoderamento, implica no desafio das relações de poder estabelecidas, sem violar a capacidade de escolha do outro, e que condições como educação, acesso a trabalho remunerado e representação política têm, sim, efeitos positivos no processo de empoderamento. Portanto projetos, programas e ações alicerçados na conscientização, autonomia e auto-organização das mulheres, construídos e executados em consonância com a sua realidade, contribuem para o seu empoderar-se.

3. ONDE OS PÉS PISAM, A MENTE TRABALHA E O CORAÇÃO ESCREVE: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para iniciar este capítulo, peço licença para falar em primeira pessoa do singular, pois trato aqui sobre questões que se referem à escolha do conteúdo pesquisado. E isso está completamente relacionado ao fato de eu ter executado essa ATER Específica para Mulheres – Chamada Pública nº03/2013. Vivi essa experiência quando fui contratada pelo ESPLAR para compor a equipe técnica do projeto Agroecologia e Feminismo. Portanto, este trabalho trata de uma pesquisa que esteve correlacionada com o exercício da profissão de ATER; foi construído, inicialmente, sob o meu olhar e interpretação sobre a metodologia do trabalho de ATER desenvolvido pelo ESPLAR, em consonância com a experiência que eu levava comigo, da academia para o rural, sobre trabalhos em grupos, a militância no movimento estudantil¹² e o estágio de vivência no Programa Residência Agrária (PRA)¹³.

Nesta pesquisa, busquei descrever e refletir sobre a experiência vivida durante a execução da Chamada Pública de Ater Específica para Mulheres do Território de Sertões de Canindé, Estado do Ceará, através do projeto Agroecologia e Feminismo, submetido à Chamada Pública nº3/2013, apresentada pela DPMRQ e PELO extinto MDA, executada pela ONG ESPLAR.

É uma pesquisa de abordagem qualitativa, por se preocupar com o aprofundamento e compreensão das implicações do ser mulher no meio rural, e com o papel da ATER com uma abordagem feminista e agroecológica para essas mulheres. Aqui, busquei dialogar a experiência técnica da execução de uma ATER Específica para Mulheres com os saberes compartilhados pelas agricultoras assistidas durante o exercício da profissão. Este diálogo foi registrado em meus cadernos de campo ao longo de dois anos, iniciando em outubro de 2013 e finalizando em outubro de 2015. Nesse período, registrei uma estreita relação entre as técnicas que executaram a ATER e as agricultoras assistidas, sendo possível intervir em seus agroecossistemas¹⁴ e modificar-me pessoal e profissionalmente ao longo do processo, o que configura uma relação de aprendizado mútuo.

¹² Fui militante da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Em 2010 tive a oportunidade de compor o Núcleo de Trabalho Permanente (NTP) de gênero, raça, classe e etnia.

¹³ O Programa Residência Agrária (PRA) surgiu em 2004, dentro do cenário da Educação do Campo como uma ação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O objetivo do programa é proporcionar uma nova formação para estudantes e profissionais das ciências agrárias, que possibilite uma atuação diferenciada no campo, com vista ao desenvolvimento rural sustentável (FERNANDES *et al.* 2011).

¹⁴ Um espaço geográfico no seio do qual os elementos do tipo ecológico e do tipo antrópico articulam-se de maneira organizada e finalizada. Concretamente, tenta-se delimitar zonas onde um determinado ecossistema (ou combinação homogênea de ecossistemas) é ocupado e explorado por um determinado grupo de agricultores (ou

Quanto aos procedimentos técnicos desta pesquisa, apesar de tratar de uma experiência vivida, reporta-se também à utilização da pesquisa documental e bibliográfica, pois foi necessário analisar documentos oficiais do governo e relatórios da ONG para chegar às constatações ao final do quinto capítulo.

A seguir, faço o seguinte percurso: início falando sobre o ESPLAR e seu trabalho enquanto uma ONG de caráter feminista e agroecológico. Depois descrevo um pouco sobre o Território Sertões de Canindé, local em que residiam as agricultoras assistidas pela ATER. E, para concluir, faço um diagnóstico das mulheres a quem me reporto nesta pesquisa. Esse diagnóstico foi adaptado do diagnóstico realizado durante o exercício da profissão.

3.1 O Esplar

O Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria - é uma Organização Não Governamental (ONG), fundada em 1974, com sede em Fortaleza –CE, que atua em diferentes municípios do semiárido cearense. Desenvolve trabalhos acerca dos temas Agroecologia, Feminismo, Soberania e Segurança Alimentar, Economia Solidária com agricultores, agricultoras, jovens, crianças e adolescentes da zona rural do Estado do Ceará. Possui como princípios¹⁵:

O compartilhamento ético com estímulo à autonomia e à transparência, da prática da solidariedade, da promoção da justiça e igualdade de direitos, da busca da sustentabilidade e da valorização da vida; compromisso e responsabilidade com a democracia, com a socialização das oportunidades e a transformação da sociedade, que gere a efetivação dos direitos humanos, o respeito ao meio ambiente e às diferenças entre as pessoas e o bem-estar individual e coletivo. Aposta na mobilização social para a construção da agroecologia como modo de vida, para soberania alimentar e para a igualdade de gênero, a partir do empoderamento das mulheres, enfrentando as discriminações de raça, etnia e geração (ESPLAR, 2017).

A ONG participa de diferentes redes, tais como: a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVS), o Fórum Cearense de Soberania e Segurança Alimentar (FCSSAN), a Articulação do Semiárido (ASA), a Rede Feminista de Agroecologia e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Busca fazer um

combinação homogênea de grupos sociais), a partir de uma história comum. Estas zonas podem se caracterizar, no início, por uma determinada paisagem. Não é por acaso que a noção de paisagem constitui uma articulação fundamental entre os ecólogos, os historiadores e os geógrafos do mundo real e os agrônomos. Disponível em: http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8KLR56?opendocument. Acesso em 08 de outubro de 2018.

¹⁵Disponível em: < <http://ESPLAR.com.br/o-ESPLAR/quem-somos#.WaWjqLKGmDU>>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

trabalho em que se integrem o conhecimentos técnicos, científicos e empíricos, em uma abordagem dialógica e que valorize a construção coletiva dos saberes.

O Esplar tem concorrido às Chamadas Públicas¹⁶, sejam elas, as Chamadas de ATER Agroecologia, Cisternas nas Escolas, Programa Um Milhão de Cisternas, dentre outras. Em 2013, concorreu e ganhou, com o projeto Agroecologia e Feminismo, a Chamada Pública nº 03, de 2013, da DPMRQ/MDA de ATER Específica para Mulheres Rurais, à qual esta pesquisa se refere. Além disso, em 2010, o Esplar já havia executado a Chamada Pública de ATER do Edital de Chamamento Público para Apoio de Projetos de ATER para Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agentes de Desenvolvimento, lançado em 2009, pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do MDA.

O Esplar, tem assessorado agricultores e agricultoras de inúmeras comunidades rurais, localizadas em diferentes territórios do Estado do Ceará, dentre eles: o Território Sertão Central, Sertão do Inhamuns, Sertões de Sobral e o Território Sertões de Canindé, além de atuar em comunidades indígenas. Sobre esse último território citado seguem algumas informações gerais, que ajudarão a entender a realidade socioeconômica das pessoas que vivem nesse local.

3.2 O Território Sertões de Canindé

Em 2008, o Governo Federal, em parceria com os Estados e Municípios do Brasil, lançou o Programa Territórios da Cidadania, que visava promover o desenvolvimento e o acesso à cidadania em locais onde os índices de pobreza eram agravantes, os quais foram delimitados e denominados de territórios. Considera-se aqui o conceito de pobreza que vai para além das carências econômicas, como o acesso à alimentação, ao vestuário, à moradia, mas que também considera questões sociais, como o acesso à educação, ao lazer, à informação, questões relacionadas ao bem-estar. Para, tanto dialoga-se com Sen, que traz o seguinte conceito de pobreza:

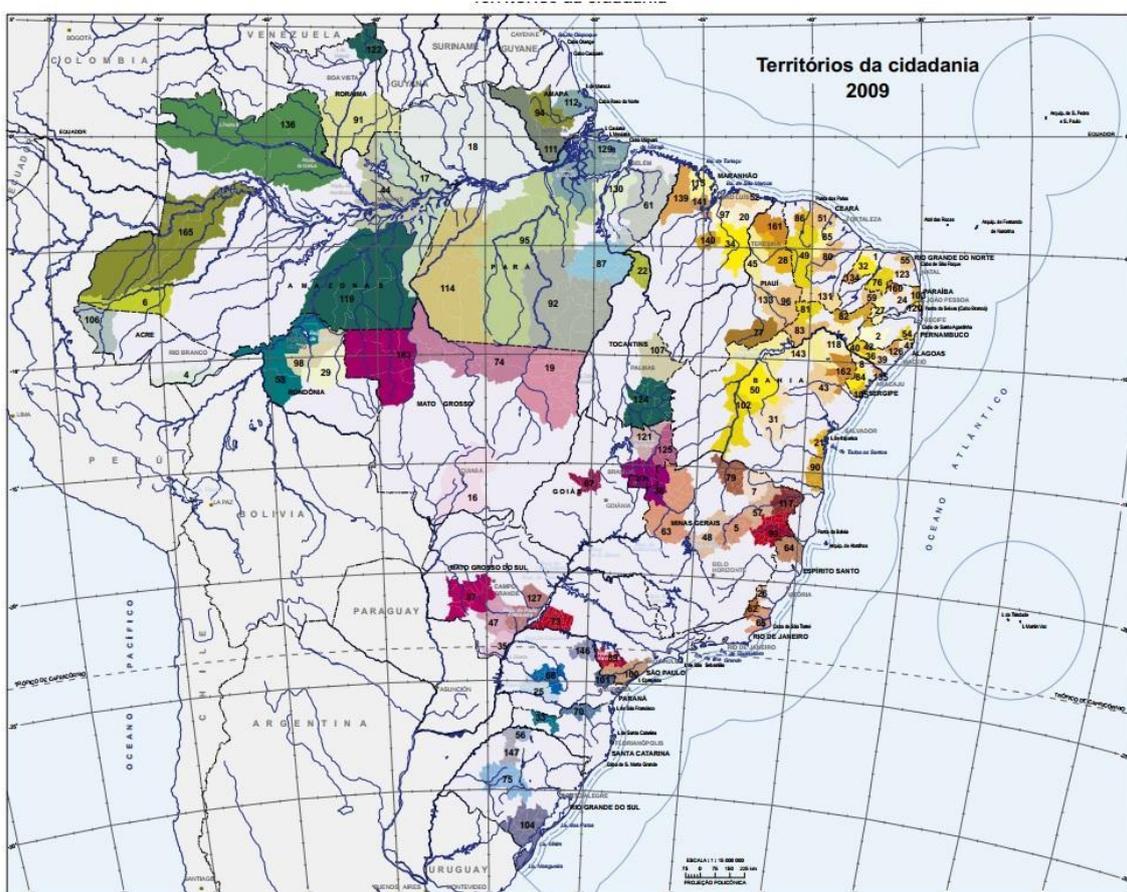
A pobreza é uma privação de capacidades básicas e não apenas como expressão de baixa renda. Considera-se que os fatores sociais e econômicos tais como educação, cuidados básicos de saúde e emprego seguro são importantes não tanto por si mesmos quanto por poder oferecer às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. As capacidades representam “liberdades substantivas”

¹⁶ As Chamadas Públicas são editais de chamamento às organizações sociais ou empresas destinadas à contratação de serviços. Este instrumento foi formalizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com base na Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

para escolher a vida que a pessoa tem razão em valorizar (SEN, 2011 *apud* OICH, 2015).

Para superar essa pobreza, o Programa Territórios da Cidadania buscou a inclusão produtiva das populações pobres, a busca pela universalização de programas básicos de cidadania, o planejamento e integração das políticas públicas e a ampliação da participação social¹⁷. A base das ações desse programa consistia em integrar programas, projetos e políticas dos governos federais, estaduais e municipais, em planos de cada território geridos pelos comitês territoriais. Em 2009, existiam 120 territórios distribuídos em todo o Brasil conforme mostra o mapa a seguir (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição dos Territórios da Cidadania no Brasil



Fonte: Territórios da Cidadania. In: Portal da Cidadania. Brasília - DF: MDA/2009.

¹⁷ Retirado da palestra do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Territórios da Cidadania – Baixo Araguaia, Portal da Amazônia Baixada Cuiabana, Noroeste. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/palestra_5_territorio_da_cidadania.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

Apesar das limitações do programa, sobretudo pela grande dificuldade de fazer uma gestão coletiva e intersetorial das ações, essa estratégia viabilizou grandes mudanças, principalmente na vida da população rural (BRASIL, 2008). O ex-coordenador do Territórios da Cidadania, Joaquim Soriano, em entrevista à Fundação Perseu Abramo¹⁸, destaca que “no Estado do Ceará, na minha memória, foi onde a gente avançou mais, exatamente porque tinha o Comitê Gestor Estadual. No Ceará as coisas aconteciam da forma como gostaríamos de ver nos outros Estados”.

No Ceará, o território a que esta pesquisa se refere é o Sertões de Canindé. Abrangendo uma área de 9.099,2 km², é composto por seis municípios, são eles: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. A população do território conta com 195.281 mil habitantes, estando 44,1% destes na zona rural. A Tabela 2 demonstra a população residente do Território alocado nas zonas rurais e urbanas:

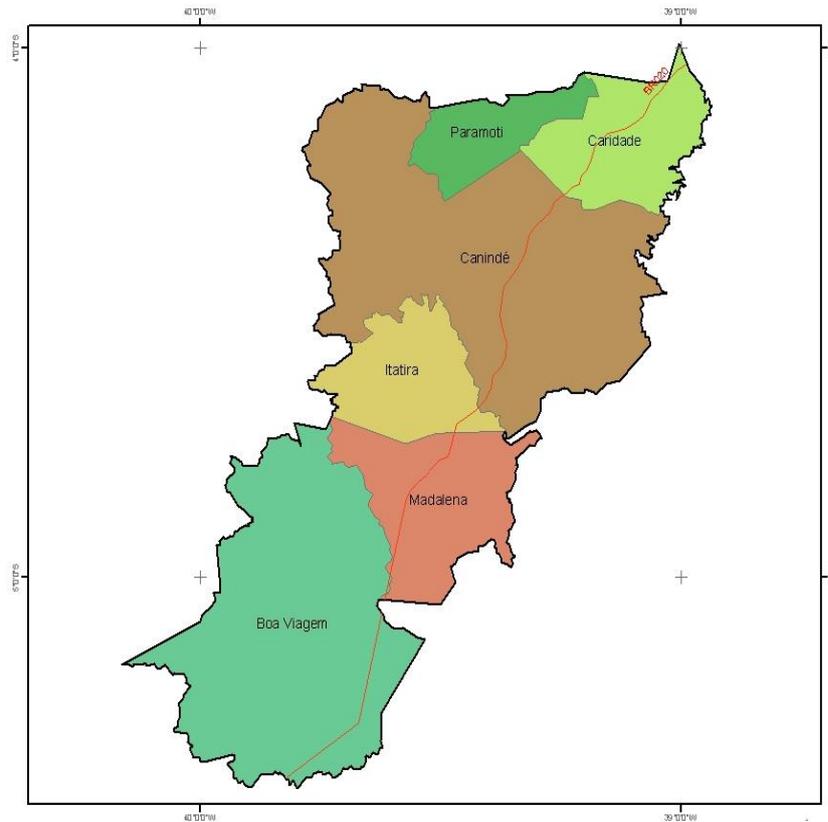
Tabela 2 - População Rural e Urbana do Território Sertões de Canindé - CE

MUNICÍPIOS	HABITANTES NA ZONA		TOTAL
	URBANA	RURAL	
Boa Viagem	26.622	25.899	52.521
Canindé	46.878	27.608	74.486
Caridade	11.523	8.497	20.020
Itatira	9.522	9.372	18.894
Madalena	8.915	9.170	18.085
Paramoti	5.540	5.768	11.308
TOTAL	109.000	86.314	195.281

Fonte: IBGE, Censo 2010.

¹⁸ Trecho da entrevista de Joaquim Soriano sobre Territórios da Cidadania. Disponível em < <http://lula.com.br/territorios-da-cidadania-completa-9-anos>> Acessado em 30 de outubro de 2017.

Figura 2 - Recorte do Território Sertões de Canindé - CE



Fonte: Adaptado de Territórios da Cidadania/MDA 2009.

Para dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos pelo ESPLAR no território, a ONG busca fazer, periodicamente, reuniões de articulação com os Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR), com algumas associações, com grupos de mulheres da região, com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), no intuito de renovar parcerias ou identificar novas lideranças e comunidades para atuação.

Embora a Chamada Pública nº 03/2013 tenha sido desenvolvida em 15 comunidades rurais e beneficiado 240 mulheres, esses números representam menos que 1% da população de mulheres rurais do território, conforme Tabela 3. Canindé foi o município que abrangeu o maior número de comunidades (6), por dois principais motivos: o primeiro é que o Esplar já vinha há alguns anos desenvolvendo trabalhos neste município e o segundo é que houve uma grande demanda por parte do sindicato do município de Canindé.

Tabela 3 – Porcentagem de mulheres beneficiárias da ATER Específica para Mulheres em relação ao percentual de mulheres existentes no município.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO DE MULHERES	POPULAÇÃO APROXIMADA DE MULHERES NA ZONA RURAL - NÚMERO APROXIMADO	QUANTIDADE DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DA CHAMADA	PORCENTAGEM APROXIMADA DE MULHERES ATENDIDAS (%)
Paramoti	5.494	2.692	25	0,92
Caridade	9.897	4.156	40	0,96
Canindé	37.566	13.899	111	0,79
Itatira	9.306	4.653	13	0,27
Madalena	9.002	4591	19	0,41
Boa Viagem	26.174	12.825	33	0,25

Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaborado pela Autora (2017).

Em virtude do número demasiadamente inferior de mulheres beneficiárias à demanda existente nesse território, um grande desafio se configurou, uma vez que, frequentemente, as técnicas e a Instituição recebiam solicitações de mulheres interessadas em fazer parte das atividades do projeto. Em alguns casos, as mulheres não se enquadravam no perfil estabelecido na Chamada Pública, todavia manifestavam interesse em participar dos espaços coletivos e assim eram acolhidas, o que constata uma carência de assistência político-social às trabalhadoras rurais.

A seguir o diagnóstico das mulheres residentes desse território e que acessaram a ATER Específica para Mulheres à qual me refiro neste trabalho.

3.3. Diagnóstico das mulheres contempladas

Consoante as explicações acerca da Chamada Pública de ATER Específica para Mulheres e o público beneficiário no Território Sertões de Canindé - CE, por comunidades, elencadas pela Tabela 4, o objetivo é construir o retrato das comunidades e do perfil de cada mulher assistida, a fim de categorizá-las, o que poderá subsidiar um trabalho de assessoria especializado e permitir a elaboração de uma ação governamental condizente com cada aspecto apresentado.

Tabela 4 - Comunidades assistidas na Chamada de ATER Específica para Mulheres e seus respectivos municípios

MUNICÍPIOS DO CEARÁ	COMUNIDADES ASSISTIDAS
Boa Viagem	Águas Belas e Jantar
Canindé	Ipueira dos Gomes, Longá, Gameleira, Poço, Japuaara e Campos
Caridade	Boa Esperança e Várzea Comprida
Itatira	Laranjeiras
Madalena	Cajazeiras e Sabonete
Paramoti	Muquém e Pajeú

Fonte: Dados do diagnóstico das mulheres adaptado pela autora (2017).

Para tanto, vale ressaltar que foi adaptado o Instrumental de perguntas indicado pelo MDA, considerando-se as características territoriais e específicas do público de mulheres. O Instrumental continha informações gerais de contato e documentação, atentando para as informações sobre a situação de posse da propriedade (unidade familiar), informações sobre a produção de animais, frutíferas e hortaliças para consumo e venda, questões em relação a forma como a beneficiária se integrava socialmente dentro da comunidade, questões relacionadas ao acesso à água para consumo e produção, destino do lixo, acesso às políticas públicas, o tempo dedicado ao trabalho doméstico e ao trabalho não doméstico, o acesso aos serviços de saúde, questões que se relacionavam ao tipo de moradia, bens materiais da residência, escolaridade, formas de comercialização da produção e benfeitorias.

Como se tratava de um Instrumental exaustivo, a equipe técnica, na época em que executou essa ação dentro do projeto, buscou realizar o diagnóstico através de uma visita com duração em torno de 4 horas, na casa de cada mulher, e, através de uma conversa informal e uma caminhada ao redor da propriedade, buscava-se responder a todas as questões. Ainda assim, para algumas questões foi necessário utilizar a metodologia de perguntas e respostas, pois eram muitas informações.

Ao longo da execução da ATER, foi possível avaliar a metodologia de diagnóstico, que, tanto para as agricultoras quanto para as técnicas, não foi vista de forma positiva. Nos relatórios institucionais do Esplar, foi possível identificar algumas falas de agricultoras que consideraram essa questão, *o diagnóstico me deixou nervosa, hoje já não me intimidado com a visita das técnicas (Agricultora da comunidade Poço, localizada no município*

de Canindé). Com base nesse relato, pode-se perceber que nesse momento inicial com as agricultoras requeria um trabalho de construção de laços de confiança¹⁹.

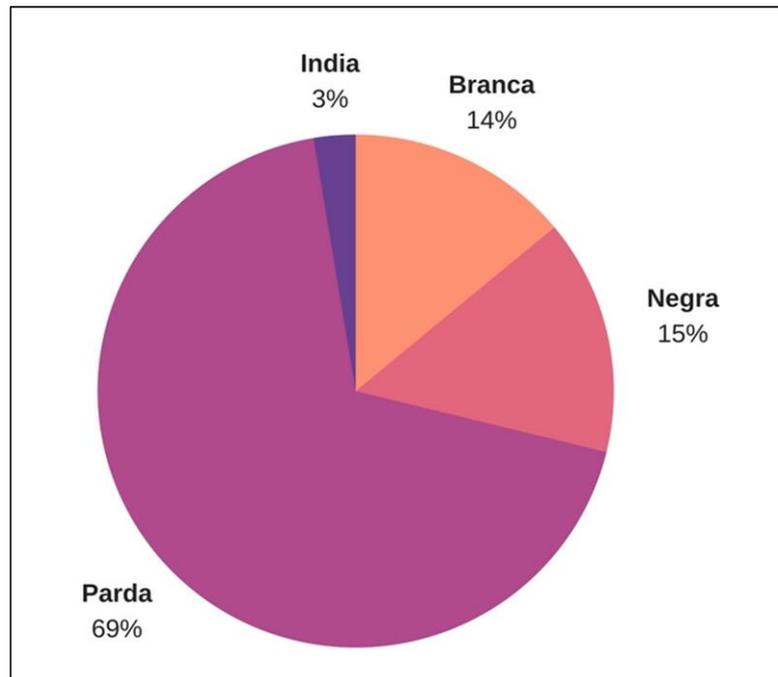
Apesar do cenário supracitado, as visitas foram realizadas, os dados para diagnóstico foram coletados e parte deles inseridos no Sigalivre- uma plataforma digital do Governo Federal utilizada como banco de dados. Ao final, os dados dos questionários foram analisados e foram selecionados os itens mais importantes tanto sobre as mulheres quanto sobre a comunidade em que viviam, como dados sobre o acesso à água, horas dedicadas ao trabalho produtivo e reprodutivo, diversidade da produção nos agroecossistemas. Esses itens iriam subsidiar as futuras ações. Para facilitar a compreensão sobre o diagnóstico das mulheres assistidas por ATER, desenvolveram-se alguns gráficos que resumem o perfil dessas mulheres e da comunidade em que vivem.

Em síntese, as 240 mulheres cadastradas apresentavam idade entre 18 e 55 anos, sendo 57% delas casadas oficialmente e 25% em união estável, totalizando 82% de mulheres que vivem com seus companheiros no mesmo domicílio. Esse dado remete a refletir sobre o nível de autonomia e independência das mulheres em detrimento do convívio marital nos moldes do sistema patriarcal à medida que delimita determinados padrões de comportamento e atribui determinados papéis sociais.

A classificação utilizada para definir a raça foi: branca, negra, parda ou indígena, diferente da classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define os grupos: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas, uma classificação já definida no questionário modelo sugerido pelo MDA. Entende-se que existe um amplo debate sobre considerar pardos e pretos como negros, o que considera não só o fenótipo, mas uma identidade social, de povo. Há também certa resistência quanto à autoafirmação da negritude da população brasileira e isto foi notório ao perguntar às mulheres: Qual sua raça? Pois se identificou que 69% das mulheres se consideravam pardas, 14% brancas, 15% negras e 3% índias.

¹⁹ Diante das dificuldades e limitações de se aplicar um diagnóstico utilizando um questionário de perguntas e respostas, propõe-se no Apêndice A deste trabalho uma metodologia diferente para diagnosticar comunidades e agroecossistemas.

Gráfico 2 - Raça Autodeclarada das Mulheres



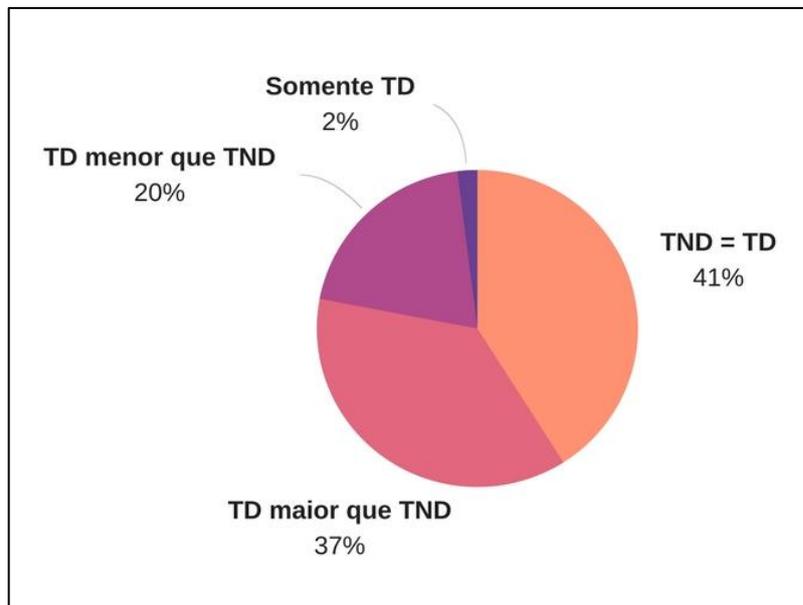
Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

Outro dado relevante identificado nos diagnósticos refere-se ao tempo dedicado às atividades domésticas e não domésticas. Consta que a maioria das mulheres divide suas horas diárias em torno de dois principais trabalhos: o trabalho reprodutivo (varrer, fazer comida, lavar pratos e roupas, cuidar dos filhos, pegar lenha) e o trabalho produtivo (ordenhar vacas, alimentar aves, aguar e adubar hortaliças ou frutíferas, pegar água, plantar, colher, medicar animais, confeccionar artesanato, vender produtos etc.). Em alguns casos, as horas de trabalho produtivo se reduzem, devido à sobrecarga do trabalho reprodutivo, e, em situações inversas, em que a família é grande, as atividades domésticas são em parte divididas, sobretudo entre as mulheres da casa (mãe, filhas, irmãs, sobrinhas, avós) e, com isto, há um pouco mais de tempo para dedicação às atividades produtivas ou para momentos de integração social. Apesar de ser subjetiva essa mensuração das horas dedicadas ao trabalho doméstico e não doméstico, além de realizarem várias tarefas ao mesmo tempo, as pessoas, de modo geral, não costumam contar quanto tempo gastam, em média, para cada atividade realizada no dia.

Ainda assim, considerou-se importante ilustrar, em forma de gráfico, essa divisão do tempo das mulheres, pois ela constata que a maioria das mulheres agricultoras assumem a dupla jornada de trabalho ou tem se encarregado de atividades domésticas, o que implica na falta de tempo para outras atividades, seja para o trabalho produtivo, para a integração social, para o lazer ou até mesmo para o estudo. No Gráfico 3, apresenta-se a relação entre as horas

dedicadas ao Trabalho Doméstico (TD) e as horas dedicadas ao Trabalho Não Doméstico (TND)²⁰. Constatamos que 41% das mulheres dividem seu dia para realização de TD e TND, sendo as horas gastas em TD é aproximadamente iguais às horas dedicadas ao TND. Assim, 37% dedicam mais tempo ao TD do que ao TND; 20% afirmaram que o tempo gasto nas atividades domésticas é inferior ao tempo gasto nas atividades não domésticas e somente 2% das mulheres dedicam-se exclusivamente aos afazeres domésticos.

Gráfico 3- Relação entre as horas dedicadas aos Trabalhos Domésticos – TD e as horas dedicadas ao Trabalho Não Doméstico – TND.

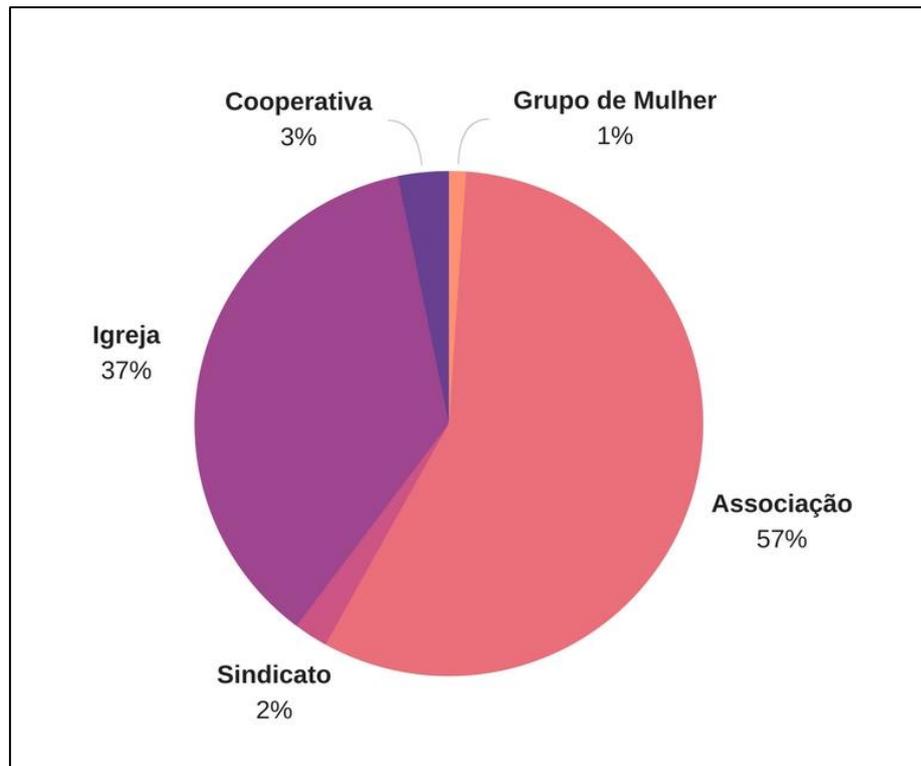


Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

Quanto à integração social e ocupação dos espaços públicos, no Gráfico 4, mostra-se que 57% das mulheres são associadas na associação de sua comunidade, 37% participam ativamente de atividades da igreja católica ou evangélica, 3% participam de cooperativas, somente 2% estão ligadas aos sindicatos e 1% faz parte de grupos de mulheres.

²⁰ Nesta pesquisa, o Trabalho Não Doméstico (TND) trata de todo o trabalho produtivo realizado pelas mulheres, gerando renda monetária ou não. Exemplos disso são os manejos de vegetais e animais nos agroecossistemas, a fabricação de tapiocas e bolos para venda na comunidade, o trabalho com a venda de produtos diversos etc.

Gráfico 4: Quanto à ocupação dos espaços públicos

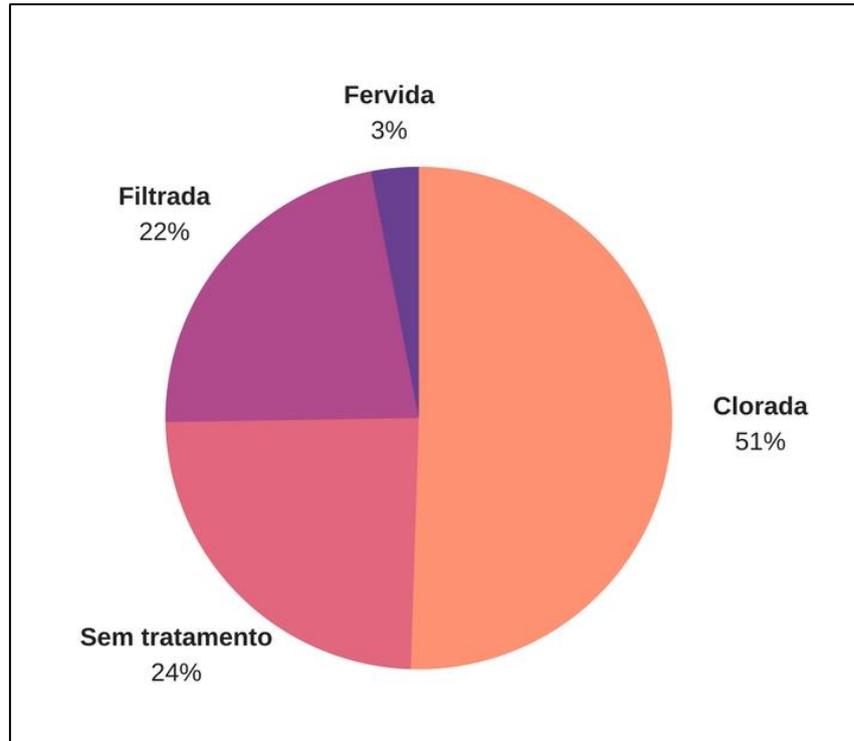


Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

Aqui se destaca que ao fato da mulher ser pertencente à associação comunitária não significa que ela participe ativamente das reuniões e decisões da associação; a maioria se associa para inteirar – se de projetos, programas e ações que podem vir a ser acessados pela comunidade. Observamos, porém, que o espaço de maior participação social destas mulheres é a igreja, católica ou evangélica. Desta forma, é possível dizer que estas mulheres ainda deixam a desejar quanto à participação e ocupação dos outros espaços públicos. Isto se deve, sobretudo, à sobrecarga de trabalho reprodutivo, o que representa deixar as mulheres sem tempo de estarem em outros espaços ou cansadas a ponto de sequer demonstrarem interesse.

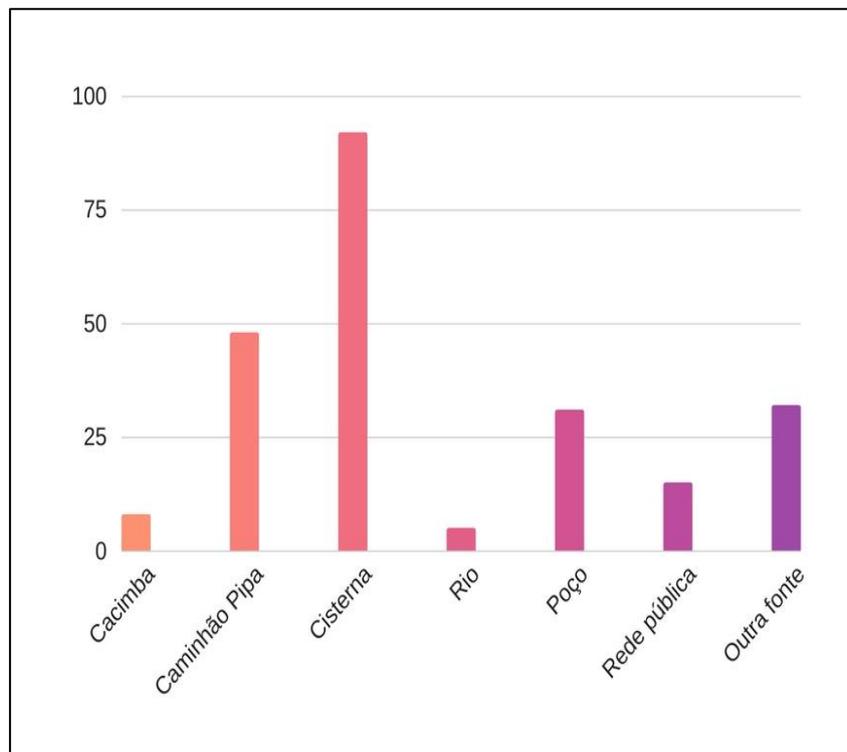
Quanto ao acesso e tratamento da água (Gráficos 5 e 6), constatamos que 51% das mulheres utilizavam água clorada para consumo alimentar (para beber e para preparo e limpeza dos demais alimentos). Esse recurso hídrico era proveniente das cisternas que eram abastecidas com a água da chuva ou por caminhões – pipas que fazem o abastecimento de emergência coordenado pelo Exército Brasileiro.

Gráfico 5 - Quanto ao Tratamento da Água para Consumo



Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

Gráfico 6: Quanto à Procedência da Água Utilizada para Consumo



Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

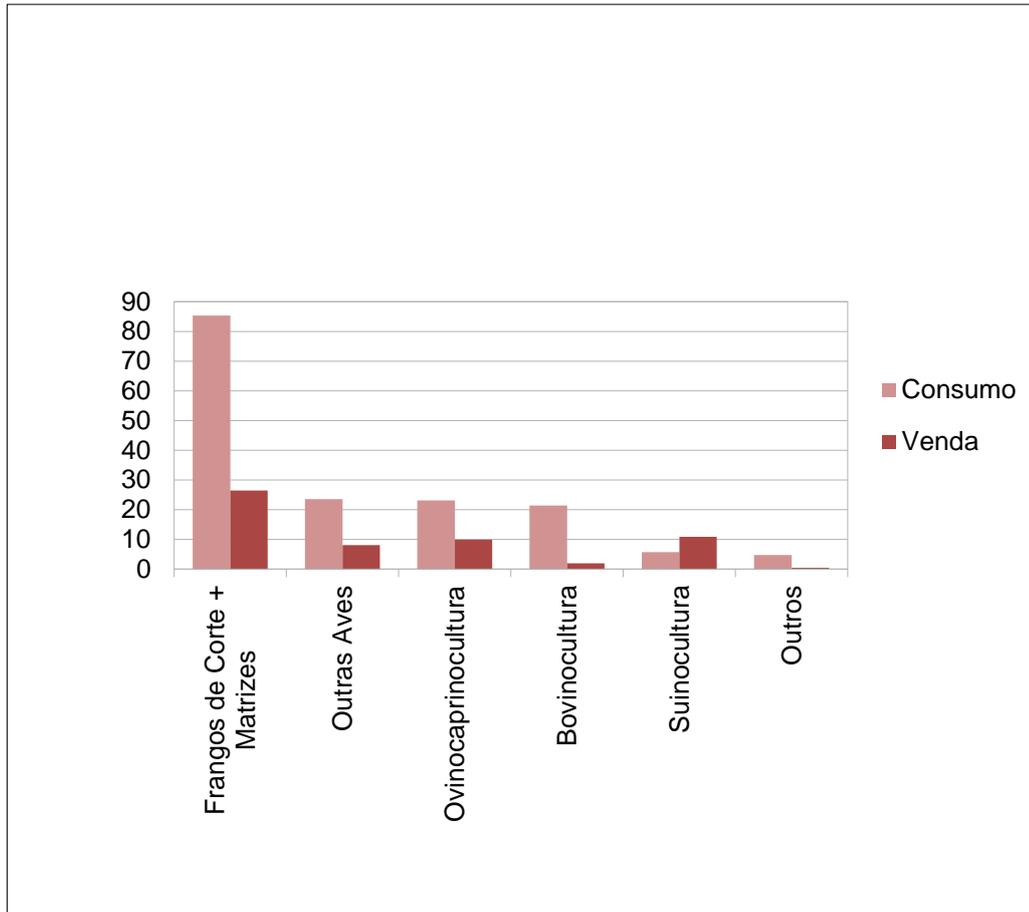
A falta de água para o consumo geralmente implica em sobrecarga de trabalho para as mulheres, visto que a elas é atribuído o papel de preparar os alimentos e cuidar da limpeza da casa, assim como afirma Heredia e Cintrão:

A falta de abastecimento de água e de sua canalização interna no domicílio é talvez o elemento da infra-estrutura que mais conseqüências traga para o trabalho das mulheres na zona rural, dado que em geral compete a elas a busca de água para o abastecimento da casa (no caso de não se ter fontes de água próximas à casa) e que a falta de canalização interna dificulta em muito todas as atividades domésticas, como cozinhar, lavar a louça, lavar roupas, o cuidado com as crianças (banho e asseio). Entre 1992 e 2002, a porcentagem de domicílios rurais com acesso a água evoluiu de 37% para 56% ao nível de Brasil, mas praticamente a metade dos domicílios a nível nacional (44%) e quase três quartos dos domicílios do Nordeste permanecem sem abastecimento de água. No nordeste este fato é provavelmente agravado pelas condições do semi-árido, que levam nos períodos de seca mulheres e crianças a terem que se deslocar quilômetros em busca de água (2006, p. 4).

Para as mulheres assistidas por essa Ater Específica, a situação não foi diferente. Após as irregularidades das chuvas na região do Território Sertões de Canindé registradas abaixo da média, desde o ano de 2012, no período em que foi realizado este diagnóstico (ano 2014), as mulheres enfrentavam o terceiro ano de seca. Isto implicou em horas a mais dedicadas ao trabalho reprodutivo/doméstico ilustrado, anteriormente, no Gráfico 3.

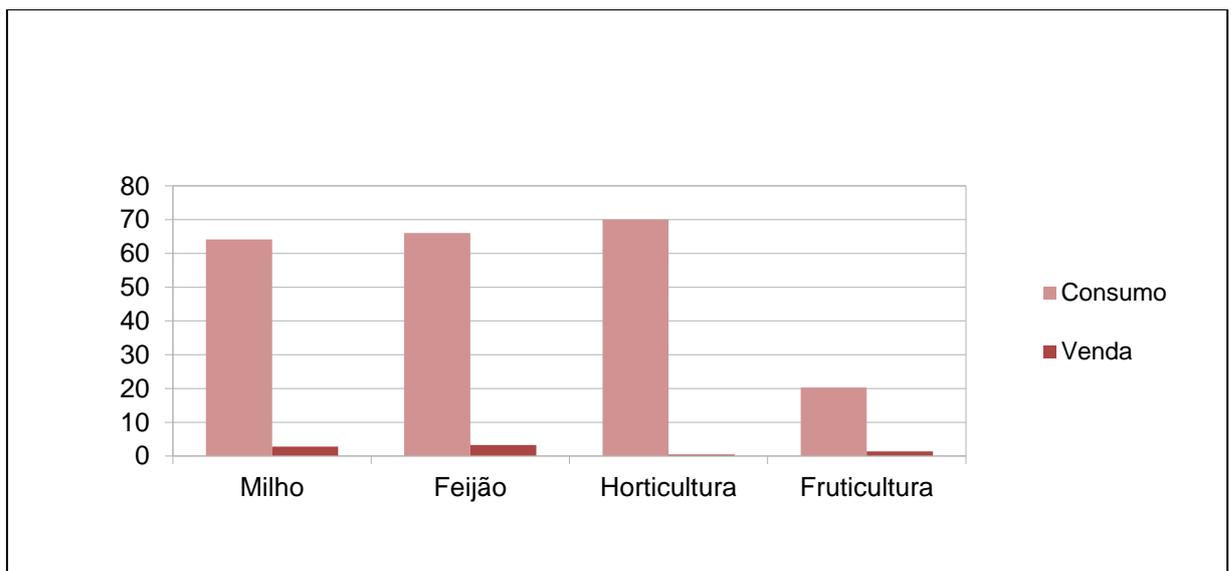
Apesar da escassez de água para consumo e produção, essas mulheres mostraram formas de resistência e de convivência com essa situação. Percebemos que os principais elementos da produção nos sistemas de plantio e criação (Gráficos 7 e 8) bem como seus principais fins, 85% das mulheres produziam aves para postura de ovos e consumo da carne, sendo registrado somente 26% desta produção para venda, e 74% utilizadas para consumo da família. Quanto à produção no sistema de plantio observamos que as espécies mais produzidas eram milho, feijão e hortaliças, e que 70% dessa produção serviam ao consumo.

Gráfico 7: Quanto à Produção de Animais para Consumo e Venda



Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

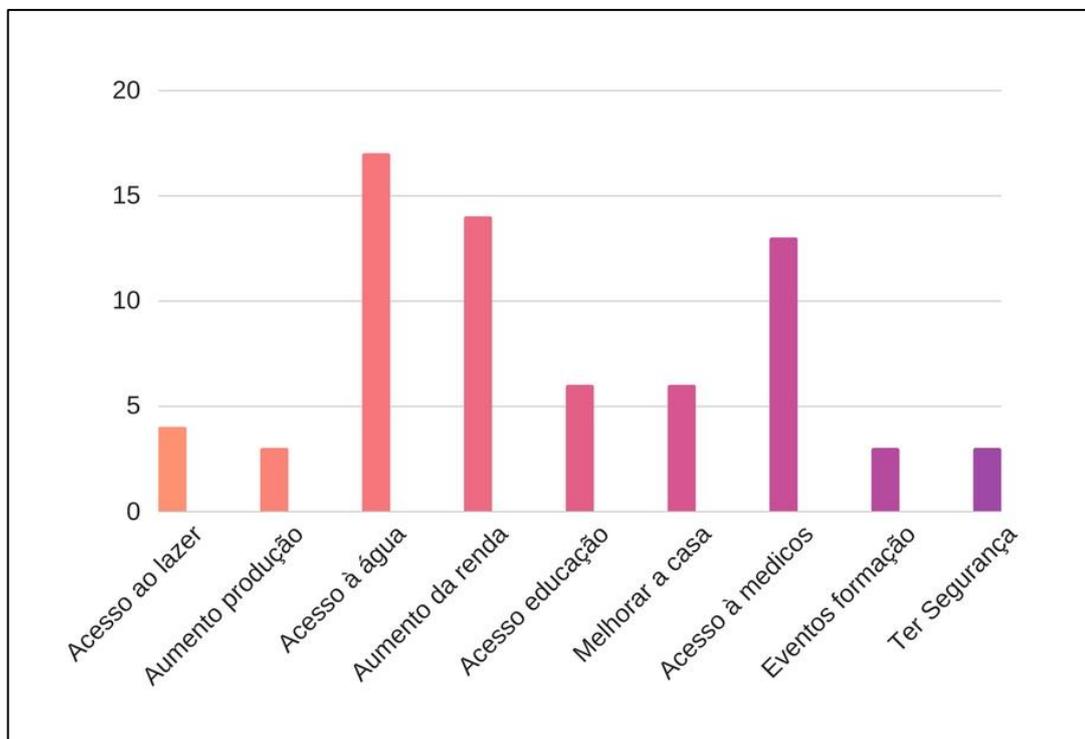
Gráfico 8: Quanto à Produção Agrícola para Consumo e Venda



Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

As últimas questões do diagnóstico referiam-se aos anseios e sonhos das agricultoras. Surgiram vários anseios como: Ter acesso a atividades de lazer na comunidade, melhorar a produção dentro dos agroecossistemas, melhorar a disponibilidade e o abastecimento de água potável, aumentar a renda agrícola e não agrícola, melhorar a qualidade da educação dos filhos tanto de nível fundamental quanto de nível superior, ter mais acesso aos médicos com estrutura adequada para atendimentos e realização de exames, ter acesso aos eventos de formação e melhorar a segurança na zona rural. Os principais anseios mencionados estão relacionados ao acesso à água e à saúde e melhoria da renda (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Expectativas e Sonhos das Mulheres



Fonte: Dados do diagnóstico utilizados pela autora para construção do gráfico (2018).

A construção do diagnóstico primário permitiu compreender parte da realidade em que as mulheres estavam inseridas. Essa compreensão subsidiou todo o trabalho de ATER realizado, sobretudo a organização das oficinas de capacitação, que eram construídas de forma contextualizada.

No capítulo seguinte, faremos uma breve análise das Chamadas Públicas Específicas para Mulheres lançadas para o Estado do Ceará e a descrição e reflexão sobre as Atividades do Projeto Agroecologia e Feminismo.

4. ATER ESPECÍFICA PARA MULHERES RURAIS NO CEARÁ: AS CHAMADAS PÚBLICAS NOS ANOS DE 2009, 2013 E 2016.

Para a construção desse tópico consultamos e analisamos os seguintes documentos lançados no Diário Oficial da União (DOU) pelo Governo Federal: o Chamamento Público de Projetos – 2009, apoio financeiro a projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres trabalhadoras rurais, lançado em 2009 pelo MDA, como uma iniciativa AEGRE; a Chamada Pública N°3/2013/DPMQR/MDA, referente ao chamamento público para contratação e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres rurais em territórios da cidadania, nos Estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Paraná e Rio Grande do Norte, e a Chamada Pública N° 1/2016/DPMQR/MDA referente ao chamamento público para contratação e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres rurais em lotes nos Estados de Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

Após leitura contruímos o Quadro 2.

Quadro 2 – Características das Chamadas Públicas de ATER Específicas para Mulheres lançadas e acessadas pelo Estado do Ceará

CHAMADAS PÚBLICAS DE ATER ESPECÍFICAS PARA MULHERES LANÇADAS PARA O ESTADO DO CEARÁ			
ANO	2009	2013	2016
Valor	Projetos com orçamento mínimo de R\$100.000,00 e máximo R\$250.000,00	R\$ 761.864,26	Para projetos que contemplem o lote 1 R\$ 787.946,73 e para o lote 2 R\$ 795.861,90
Abrangência	Prioritariamente para os Territórios da Cidadania	Somente para os Territórios da Cidadania	Municípios do Estado do Ceará divididos em 2 lotes.
Beneficiárias	Quantidade não definida de mulheres, entre as quais: agricultoras familiares, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, jovens rurais.	240 mulheres das quais: agricultoras familiares, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, jovens rurais. É necessário que as mulheres tenham cadastro no CadÚnico e serem titulares da DAP.	240 mulheres das quais: agricultoras familiares, extrativistas, quilombolas, pescadoras artesanais e indígenas; preferencialmente organizadas em grupos produtivos. É necessário que as mulheres tenham cadastro no CadÚnico serem titulares da DAP.
Características Importantes	As entidades executoras deveriam apresentar propostas de projetos que estivesse em consonância com a Nova PNATER. Não possuiu atividades prédefinidas.	As entidades executoras deveriam apresentar propostas de projetos que estivesseM em consonância com a Nova PNATER. Atividades prédefinidas. Recreação Infantil durante as atividades coletivas. Intersetorialidade com outras políticas. Promoção da inclusão social, a partir do encaminhamento de demandas identificadas nas comunidades.	As entidades executoras deveriam apresentar propostas de projetos que estivesse em consonância com a Nova PNATER e PNAPO. Monitoramento Infantil durante as atividades coletivas. Intersetorialidade com outras políticas.

		<p>Fomento às atividades produtivas de R\$ 2.400,00 para cada beneficiária.</p>	
<p>Atividades previstas</p>	<p>Não possuiu atividades prédefinidas, mas considerou a importância de ter nas propostas de projetos ações prioritárias, como por exemplo, o apoio às atividades agrícolas e não agrícolas, diversificação da produção, gestão da produção, etno desenvolvimento, agroecologia e transição agroecológica, sustentabilidade e biodiversidade, redes de serviços e atividades inovadoras de ATER, promoção da participação das mulheres em cadeias produtivas locais e regionais, ampliação e utilização de todas as linhas do PRONAF, apoio à comercialização, tecnologias de convivência com o semiárido, apoio a agroindustrialização da Agricultura Familiar e certificação participativa da produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Atividade 1: Mobilização e identificação das mulheres. ● Atividade 2: Visitas técnicas de diagnóstico da Unidade de Produção. ● Atividade 3: Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações. ● Atividade 4: Visitas técnicas para elaboração dos projetos produtivos. ● Atividade 5: Oficinas de gênero e políticas públicas. ● Atividade 6: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do primeiro laudo. ● Atividade 7: Atividades coletivas para troca de vivências sobre os projetos produtivos. <ul style="list-style-type: none"> ● Atividade 8: Oficinas de Organização coletiva de grupo. ● Atividade 8; Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do segundo laudo. <ul style="list-style-type: none"> ● Atividade 9: Oficinas de avaliação e monitoramento parcial. ● Atividade 10: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do terceiro laudo. ● Atividade 11: Oficina prática de elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE. ● Atividade 12: Seminário Final de Avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atividade 1: Reunião de articulação com instituições parceiras. ● Atividade 2: Mobilização e seleção das beneficiárias. ● Atividade 3: Diagnóstico e caracterização dos sistemas de produção. ● Atividade 4: Socialização do diagnóstico do sistema de produção e planejamento das ações com as mulheres. ● Atividade 5: Oficina sobre divisão sexual do trabalho. ● Atividade 6: Oficinas sobre auto-organização e feminismo. ● Atividade 7: Construção do conhecimento e fomento à produção agroecológica (Aqui, considerou-se atividades coletivas e individuais de acompanhamento a produção, acesso às informações sobre políticas públicas e assessoria ao beneficiamento da produção). ● Atividade 8: Avaliação Final

Equipe Técnica	<p>Não há definições quanto à formação da equipe, apenas um direcionamento para que a coordenação e técnicas (os) tenham formação e experiência nas ações prioritárias definidas na Chamada.</p>	<p>Uma coordenação e três técnicas (preferencialmente mulheres), sendo 60% da equipe profissionais das ciências agrárias e 40% das áreas de biológicas, humanas e sociais, com experiência de trabalho em consonância com o estabelecido na Nova PNATER.</p> <p>Capacitação em Brasília PELA DPMRQ para toda a equipe técnica que executaria a chamada</p>	<p>Uma coordenação e três técnicas (preferencialmente mulheres), sendo obrigatoriamente 60% da equipe: profissionais das ciências agrárias e 40% das áreas de biológicas, humanas e sociais, com experiências de trabalhos em consonância com o estabelecido na Nova PNATER.</p> <p>Capacitação em Brasília pela DPMRQ para toda a equipe técnica que executaria a Chamada.</p> <p>Presença facultativa da Agricultora Formadora.</p>
Vigência	12 meses	20 meses (prorrogáveis por mais 2 meses)	20 meses (prorrogáveis por mais 2 meses)
Responsável pelo lançamento	Andréa Lorena Butto Zarzar, Diretora da DPMRQ.	Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Diretora da DPMRQ.	Celia Hissae Watanabe, Diretora da DPMRQ.

Fonte: BRASIL (2009, 2013, 2016)

Considerando as informações do Quadro anterior, apresentamos algumas observações gerais sobre as três recentes Chamadas Públicas de ATER Específica para Mulheres lançadas para o Estado do Ceará:

- Os valores financeiros foram aumentando de uma Chamada para outra;
- Na estrutura metodológica e no nível de detalhamento, constatou-se uma diferença no que diz respeito ao arranjo e estrutura entre a Chamada de 2009 e as demais Chamadas (2013 e 2016), fato que pode ser explicado pela reformulação da PNATER;
- As duas primeiras Chamadas (do ano de 2009 e 2013) buscaram executar a ATER Específica, abrangendo os Territórios da Cidadania. Isto propiciou, em 2013, que as entidades executoras dessem continuidade ao trabalho iniciado em 2009. Já em 2016, foram inseridos novos municípios que ainda não tinham acessado ATER Específica para Mulheres e na Chamada essa abrangência foi definida por lotes, e, no caso do Ceará, foram dois. É válido ressaltar que, no Ceará, nenhuma das instituições proponentes do estado foi selecionada para executar esses dois lotes – considerado pelo Governo como lotes frustrados²¹.
- As três Chamadas não contemplaram mulheres assentadas da reforma agrária, tendo em vista que elas já eram atendidas pelo INCRA, pois, se tratou de fontes de recursos distintas.
- Para as mulheres que não estavam com os dados atualizados no Cadastro Único e na DAP, coube às instituições a regularização e atualização desses documentos, estratégia definida pelo governo com apoio à Busca Ativa, definida nas Chamadas de 2013 e 2016.
- As Chamadas de 2013 e 2016 consideraram importante que as propostas de projetos dialogassem com as novas diretrizes da PNATER, que atenta para questões inclusivas, questões ambientais e sociais. Além disto, a Chamada de 2016 considerou também a importância dos projetos estarem em consonância com a PNAPO, que só havia sido aprovado após a Chamada de 2013²².

²¹ O período em que foi lançado o resultado da Chamada de 2016 foi também um período caracterizado por vários cortes de recursos financeiros e desintegração de vários ministérios, conhecido também como o desmonte pelo Governo de Michel Temer (este ocupou interinamente a Presidência da República, na condição de vice-presidente, entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016, devido à tramitação do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal). Assim, vários lotes desta Chamada Pública não foram financiados nem executados, apenas divulgados publicamente como lotes frustrados.

²² Em 2012, foi editado o Decreto nº 7.794, de agosto de 2012, que define as bases institucionais da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), estabelecendo as diretrizes da política, os instrumentos de implementação e as instâncias de gestão.

- As ações dos projetos das Chamadas de 2013 e 2016 deveriam dialogar com outras políticas públicas, como, por exemplo: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), o Bolsa Família, o CadÚnico, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), diversas linhas de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Cisternas.
- A partir de 2013, a Chamada previu recursos para as atividades com filhos (as) das agricultoras que estivessem participando das atividades coletivas, a fim de viabilizar a participação delas, sem grandes preocupações com o trabalho reprodutivo de cuidado com os (as) filhos (as). Em 2013, essa atividade recebeu a denominação de “recreação infantil”, e, em 2016, a denominação muda para “monitoramento infantil”.
- Na Chamada de 2013, foi definida a promoção da inclusão social, em que deveriam ser feitos encaminhamentos de demandas de cada comunidade ou beneficiária, relacionadas ao acesso à água, transferência de renda, questões relacionadas à habitação, a partir da execução da ATER e identificação dessas demandas.
- Quanto às atividades desenvolvidas no decorrer das Chamadas, notamos que entre 2009 e 2013 houve gradativamente um delineamento quanto ao conteúdo das atividades, dentre os quais, a obrigatoriedade das instituições executoras de ATER abordarem questões que considerem a auto-organização e empoderamento político e social das mulheres agricultoras. Na Chamada de 2016, essa questão vem mais bem definida, quando uma das atividades busca trabalhar a temática do feminismo ao invés da temática “relações de gênero”.
- A Chamada de 2016 apresentou um avanço no que diz respeito à possibilidade de construir coletivamente com as comunidades/mulheres alguns conteúdos a serem trabalhados durante toda a ATER, como, por exemplo, a atividade de “Construção do Conhecimento”.
- Na Chamada de 2013, houve a definição de acompanhamentos técnicos à produção para emissão de três laudos, Devido ao fato De as mulheres acessarem o fomento (recurso de R\$ 2.400,00) às atividades produtivas, característica exclusiva da Chamada de 2013.
- Outra questão importante, foi o modelo de diagnóstico realizado, que, em 2016, passou a atender a caracterização dos sistemas de produção, considerado um novo modelo mais sistemático e menos cartesiano de construção do diagnóstico de um

agroecossistema, adotando como objeto não só a unidade familiar, mas levando em conta os sistemas agrários (Apêndice A).

- As Chamadas de 2013 e 2016 previram a importância de um nivelamento da equipe técnica, considerando, portanto, uma capacitação sobre o histórico da ATER, a PNATER e Políticas Públicas Específicas para Mulheres. Essa capacitação, realizada em Brasília, aconteceu antes de iniciar as ações da Chamada Pública. Contou com a participação de toda a equipe técnica executora de ATER, a DPMRQ e representantes do extinto MDA.
- Na Chamada de 2016, foi possível prever uma agricultora formadora na equipe técnica. Sendo essa uma articuladora político-social de sua localidade, viabiliza a articulação com instituições parceiras, estimula e valoriza a auto-organização das mulheres, além de contribuir para uma ATER inclusiva, de ensino e aprendizado mútuo entre técnicas e agricultoras.

Assim, foi possível perceber alguns avanços, no que diz respeito ao modelo textual e de execução das Chamadas lançadas, como por exemplo, a substituição de uma das temáticas trabalhadas, que passa de relações de gênero para Feminismo, como também, o início na mudança da forma com que o diagnóstico é realizado, o qual passa a trabalhar com a caracterização dos sistemas agrários.

Em meio a essas melhorias, destacamos também alguns retrocessos. Por exemplo, o fato de somente em uma Chamada ter tido fomento para investimento nas atividades produtivas. É certo que esse, além de ser um grande incentivo à produção, indiretamente fortalece a autonomia das mulheres e a segurança alimentar da família. Outra questão, é a que se refere à execução da Chamada Pública de 2016, que, no Ceará, não foi efetivada devido ao fato de que todas as instituições proponentes foram indeferidas. Isto se deveu, principalmente, à instabilidade política que o País enfrentou em 2016, que resultou na interrupção e exclusão de vários programas e projetos em andamento.

5 CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO AGROECOLOGIA E FEMINISMO PARA O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Conforme já explicado no capítulo 3, intitulado “Caminhos Metodológicos”, realizamos um recorte acerca da execução da Chamada Pública nº 03/2013 pela ONG ESPLAR. Sob esse viés, demonstraremos de forma descritiva, o percurso de todas as atividades realizadas dentro do projeto Agroecologia e Feminismo.

Em outubro de 2013, iniciou-se o trabalho de execução dessa modalidade de ATER. A primeira atividade prevista na Chamada foi uma Capacitação, organizada pelo MDA em parceria com a DPMRQ, em Brasília, para toda a equipe técnica que iria executá-la. Nesta atividade, foram abordados os conteúdos a seguir: I) Reflexão sobre a extrema pobreza e as raízes históricas das desigualdades; II) Estratégias do Governo Federal para superação da extrema pobreza rural; III) [Instrumentos de execução da política; IV) Políticas Públicas para o PBSM; V) Histórico da ATER, uma reflexão; VI) Concepções pedagógicas de ATER; VII) Introdução ao sistema “Siga Livre” – plataforma digital do governo que funciona como um banco de dados e VIII) Políticas de Inclusão Social e Políticas de Inclusão Produtiva.

A equipe técnica iniciou o trabalho de ATER que estava organizado de acordo com as seguintes atividades: Atividade 1: Mobilização e identificação das mulheres; Atividade 2: Visitas técnicas de diagnóstico da Unidade de Produção; Atividade 3: Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações; Atividade 4: Visitas técnicas para elaboração dos projetos produtivos; Atividade 5: Oficinas de gênero e políticas públicas; Atividade 6: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do primeiro laudo; Atividade 7: Atividades coletivas para troca de vivências sobre os projetos produtivos; Atividade 8: Oficinas de Organização coletiva de grupo; Atividade 9: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do segundo laudo; Atividade 9: Oficinas de avaliação e monitoramento parcial; Atividade 10: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do terceiro laudo; Atividade 11: Oficina prática de elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE e Atividade 12: Seminário Final de Avaliação.

Devido à natureza desta pesquisa, organizamos as atividades em três principais dimensões, a saber: Mobilização, Formação e Ação (ver Quadro 2) e caracterizamos cada uma das atividades, considerando objetivo, metodologia, dificuldades encontradas e principais resultados obtidos (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Classificação das atividades realizadas durante a execução da ATER Específica para Mulheres

DIMENSÃO	ATIVIDADES
Mobilização	<p>Atividade 1: Mobilização e identificação das mulheres.</p> <p>Atividade 2: Visitas Técnicas de Diagnóstico da Unidade de Produção.</p>
Formação	<p>Atividade 3: Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações.</p> <p>Atividade 4: Oficinas sobre organização coletiva de grupo.</p> <p>Atividade 6: Oficina de Gênero e Políticas Públicas.</p> <p>Atividade 8: Oficinas de avaliação e monitoramento parcial.</p> <p>Atividade 10: Oficina prática de elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE.</p> <p>Atividade 13: Seminário Final de Avaliação.</p>
Ação	<p>Atividade 5: Acompanhamento técnico para elaboração dos projetos produtivos.</p> <p>Atividade 7: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do primeiro laudo.</p> <p>Atividade 9: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do segundo laudo.</p> <p>Atividade 11: Atividades coletivas para troca de vivências sobre os projetos produtivos.</p> <p>Atividade 12: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do terceiro laudo.</p>

Fonte: Elaboração Própria (2018).

Quadro 4 – Caracterização das Atividades Realizadas no Projeto Agroecologia e Feminismo

DIMENSÃO	ATIVIDADE	OBJETIVO	METODOLOGIA	DIFICULDADES ENCONTRADAS	RESULTADOS OBTIDOS
MOBILIZAÇÃO	Atividade 1: Mobilização e identificação das mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar ações de mobilização e identificação de mulheres que seriam beneficiárias dessa ATER Específica para Mulheres. Promover a oportunidade de participação das mulheres como beneficiárias da chamada. 	Ocorreram reuniões de articulação com lideranças das comunidades e entidades parceiras da Instituição para mobilização, identificação e cadastro das mulheres nas comunidades.	Algumas mulheres que já haviam sido beneficiárias da Ater Específica para Mulheres lançada no ano de 2009 não se adequavam ao perfil de beneficiária exigido nesta Chamada de 2013 – o que dificultou a continuidade de um trabalho inicialmente realizado pelo ESPLAR, através da chamada anterior.	<p>Novas mulheres cadastradas e assistidas.</p> <p>Busca Ativa, que tratou da inclusão de mulheres no Cadastro Único do Governo Federal. Além disso, foram corrigidos e emitidos documentos como: CPF, DAP e CadÚnico.</p>
	Atividade 2: Visitas Técnicas de Diagnóstico da Unidade de Produção.	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as mulheres assistidas e a realidade na qual estavam inseridas. 	Visitou-se a casa de cada mulher. No primeiro momento foi utilizado um questionário para obter informações socioeconômicas das mulheres. No segundo momento, foi realizada uma caminhada por todo o agroecossistema para validar e acrescentar informações sobre produção, consumo e comercialização de seus produtos.	O instrumental de perguntas utilizados era muito grande e cansativo, tanto para as mulheres quanto para as técnicas. Em algumas situações, as mulheres sentiam-se intimidadas para	<p>Levantamento de informações para construção do diagnóstico.</p> <p>Em alguns casos, a construção de vínculos profissionais e afetivos entre as mulheres e as técnicas.</p> <p>Reflexões e aprendizados, do ponto de vista técnico, sobre como diagnosticar uma comunidade mediando</p>

				responder às questões.	situações de intimidações.
FORMAÇÃO	Atividade 3: Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações.	<ul style="list-style-type: none"> Socializar os resultados dos diagnósticos considerando o contexto produtivo, econômico e social, trazendo de volta as questões abordadas durante as visitas individuais. Discutir sobre os principais problemas identificados na comunidade. 	<p>Foram desenvolvidas dinâmicas e atividades de grupo adaptadas ao contexto rural, estimulando a participação, garantindo que as percepções, interesses e necessidades das mulheres rurais dialogassem com o objetivo da atividade.</p> <p>Foram abordados assuntos referentes aos anseios das mulheres e da comunidade, divisão sexual do trabalho, sistemas produtivos, agroecologia, consumo, comercialização da produção, dialogando com situações concretas identificadas nos diagnósticos, levando à reflexão sobre si mesmas, suas atividades, seus problemas, suas potencialidades.</p> <p>Dinâmicas participativas utilizadas: Árvore dos Sonhos; Dinâmica dos Agroecossistemas; Relógio da Mulher (ver Apêndice C).</p>	<p>Para muitas mulheres, essa foi a primeira vez em que participaram de reuniões coletivas com dinâmicas participativas. Isso representou uma certa intimidação quanto ao envolvimento nos trabalhos. É válido ressaltar que esta dificuldade foi facilmente superada à medida que outras oficinas foram sendo realizadas.</p> <p>Foi um desafio para a equipe técnica problematizar e construir coletivamente possíveis caminhos para a solução dos problemas identificados no diagnóstico (falta de água, tripla jornada de trabalho das mulheres, invisibilidades, problemas de acesso</p>	<p>As dinâmicas participativas facilitaram o entendimento de que os problemas da comunidade devem ser vistos de forma sistêmica.</p> <p>As mulheres perceberam que as mudanças e resoluções dos problemas coletivos não dependem única e exclusivamente dos gestores públicos, pois cada uma delas tem o papel de cobrar, denunciar e reivindicar melhores condições de vida.</p> <p>Para cada problema identificado no diagnóstico, foram apontadas algumas iniciativas para sua resolução.</p> <p>As atividades de formação, dinâmicas e diálogos possibilitaram ações participativas que elegeram o processo educativo como fundamental para a transformação e para criar uma nova cultura de direitos, dialogando ideias e experiências que facilitaram o aprendizado, tornando mais transparente e democrático o processo.</p>

				<p>à saúde, educação, transporte etc.). Isto porque se buscou dialogar na perspectiva de que as mulheres são as protagonistas das transformações que ocorrem pessoalmente e em sociedade.</p>	
	<p>Atividade 4: Oficinas sobre organização coletiva de grupo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os níveis de organização das mulheres em suas comunidades. • Construir e fortalecer ações de auto-organização e trabalho coletivo. • Identificar e gerar o sentimento de pertencimento sobre a produção agroecológica. 	<p>Partiu-se de um trabalho crítico e transformador, tendo como referência na prática político-pedagógica a concepção de que a organização parte do cotidiano das mulheres, dos seus saberes, da vida em comunidade, das limitações e avanços no trabalho produtivo e reprodutivo e a produção nos quintais.</p> <p>Como instrumento metodológico, foram desenvolvidas dinâmicas e atividades em grupos, proporcionando momentos educativos, estimulando a participação, garantindo que suas percepções, interesses e necessidades dialogassem com o</p>	<p>Em algumas situações, houve dificuldade em consensuar ideias e propor ações coletivas.</p> <p>Apesar das dinâmicas e formação compartilhadas com as mulheres, o tema gestão da produção abriu espaço para que elas demonstrassem suas dúvidas e ansiedade quanto ao recebimento do fomento à produção.</p> <p>A maioria das tarefas domésticas é realizada somente</p>	<p>Interação com o espaço social e produtivo, fortalecendo a autonomia das mulheres para que elas possam gerenciar suas próprias relações de interdependência.</p>

			<p>objetivo da atividade, auxiliando na reflexão e resgate da importância da realização de atividades no coletivo, como também contribuir com processos organizativos e de gestão do grupo de mulheres beneficiárias.</p> <p>Além disso, foram trabalhados os seguintes temas: Identidade de grupo, auto-organização, gestão da produção e teatro do oprimido.</p>	<p>pelas mulheres, considerando que esse trabalho é pouco valorizado e invisibilizado pela família, comunidade e sociedade. A não valorização do trabalho das mulheres dificulta a autonomia econômica das mulheres, além de não viabilizar a saída destas de casa para estudar, capacitar-se, realizar atividades de lazer, participar de reuniões e assembleias.</p>	
Atividade 6: Oficina de Gênero e Políticas Públicas.	<ul style="list-style-type: none"> • Gerar um olhar crítico para a realidade de opressão e submissão em que ainda hoje vivem as mulheres. • Conhecer quais as políticas públicas para o campo que atendem aos interesses das mulheres, agricultoras rurais da agricultura familiar e como 	<p>Foram desenvolvidas dinâmicas e atividades de grupo adaptadas ao contexto rural, estimulando a participação, garantindo que as percepções, interesses e necessidades das mulheres rurais dialogassem com o objetivo da atividade.</p> <p>Foram abordados os seguintes assuntos: Construção Social dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens; relações de gênero; a</p>	<p>Durante o debate, foi possível perceber que as mulheres apresentaram uma certa dificuldade sobre o conceito de política, fazendo uma associação aos gestores da política (prefeitos, vereadores, deputados). Também, constatou-se que elas sentem dificuldades em relação à divisão das tarefas domésticas, o</p>	<p>Dialogou -se e despertou-se a percepção crítica das mulheres, partindo da análise de gênero, observando a diversidade de relações sociais existentes, a relação com o cotidiano do trabalho, da família, da comunidade; buscando questionar as relações de dominação e subordinação de gênero.</p> <p>Contribuiu-se com as mulheres, tornando possível o seu emponderamento com maior autonomia para decidir sobre suas vidas: seu trabalho,</p>	

		<p>acessá-las.</p>	<p>mulher antigamente e a mulher hoje; violência contra a mulher e lei Maria da Penha; políticas públicas específica para mulheres e a Marcha das Margaridas.</p> <p>Dinâmicas participativas utilizadas: Dinâmica do Repolho. Ver Apêndice C.</p>	<p>desgaste físico e mental, sobrecarga de trabalho, falta de tempo para participar de outras atividades e falta de remuneração.</p>	<p>sua renda e seu corpo. Apresentaram-se as políticas públicas específicas para o atendimento às necessidades das mulheres do campo e as alternativas relacionadas a lutas e conquistas de direitos (como exemplo a participação e formação para a Marcha das Margaridas em 2015) .</p> <p>As mulheres foram mobilizadas e motivadas a participarem da Marcha das Margaridas. Dessa forma, seis mulheres conseguiram participar da Marcha em 2015.</p>
	<p>Atividade 8: Oficinas de avaliação e monitoramento parcial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fazer um resgate mnemônico das atividades realizadas desde o ano de 2013, quando se inicia o projeto, até o ano de 2015. Refletir sobre a aprendizagem acerca dos temas trabalhados. Identificar as principais mudanças ocorridas tanto individual quanto coletivamente. 	<p>Utilizou-se a metodologia participativa, tanto para valorizar o saber das mulheres do campo como para que elas pudessem colocar suas questões no centro das discussões durante todo o processo.</p> <p>Dinâmicas participativas utilizadas: Linha do Tempo; Mandala dos Quatro Elementos; Dinâmica do Papel Amassado e do Quebra-Cabeça (Ver Apêndice C).</p>	<p>As atividades foram desenvolvidas conforme o esperado.</p>	<p>Foi possível fazer uma avaliação sobre os resultados desta assessoria até o ano de 2015. Esta avaliação considerou os seguintes indicadores: Em casa, a vida das mulheres mudou; As mulheres se sentem com autonomia e liberdade para tomar suas decisões.</p> <p>A renda que cada mulher produz para seu trabalho é suficiente para o que ela precisa. A mulher reconhece que também exerce um trabalho produtivo.</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o compromisso e a participação das mulheres nas demais atividades do projeto. 			
	<p>Atividade 10: Oficina prática para elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o Conceito de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). • Apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fazendo a relação com a SSAN e com as possibilidades de melhoria da qualidade de vida das mulheres, através do consumo e comercialização de produtos agroecológicos. 	<p>Para refletir e aprofundar a discussão sobre o tema, trabalhou-se com cartazes, tarjetas, vídeos, dramatização e gráficos sobre a pirâmide alimentar. Além de se realizarem trabalhos em grupos.</p>	<p>Identificou-se que as mulheres não se instigam para participar destes programas por medo de não conseguirem produzir suficiente e também pela falta de compromisso das Prefeituras em pagar pelo produto fornecido.</p> <p>Elas ainda não chegaram ao nível de organização e de produção para que possam formar uma feira dentro da própria comunidade.</p> <p>Segundo as mulheres, as dificuldades enfrentadas com a falta água ainda são um fator que limita a produção.</p> <p>A pouca divulgação</p>	<p>A Equipe Técnica viabilizou a ida das mulheres às reuniões necessárias para cadastro no PNAE.</p> <p>Seis projetos para fornecimento de ovos, hortaliças e bolos para o PNAE foram elaborados e enviados para as prefeituras de Caridade. É válido ressaltar que não foi possível acompanhar o processo da compra e venda destes produtos, pois a assessoria contratada para dois anos já havia sido concluída e já não havia mais recursos para acompanhar este processo.</p>

				<p>das Chamadas Públicas também é um dos fatores de não participação das mulheres nesses programas federais, pois, não recebem informações suficientes para se sentirem conhecedoras dos órgãos responsáveis e isso limita muito a participação delas.</p>	
	<p>Atividade 13: Seminário Final de Avaliação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o processo vivido, identificar as principais transformações na vida pessoal e na produção das mulheres assistidas e concluir as atividades do projeto. 	<p>Foram realizadas reuniões coletivas em cada comunidade assistida. Utilizou-se de dinâmicas participativas para avaliar a execução do projeto.</p>	<p>O principal fator citado nas avaliações desta atividade foi a descontinuidade do projeto.</p>	<p>As mulheres identificaram algumas transformações/aprendizados alcançados pela assessoria (esses aprendizados serão descritos no capítulo cinco desta pesquisa). Dentre eles, um maior envolvimento nas atividades da associação, sindicato, cooperativa e conselhos. Melhoraram a renda à medida que melhoraram a produção agrícola. Assim como a melhoria na comunicação com as técnicas e com outras mulheres.</p>

AÇÃO	<p>Atividade 5: Acompanhamento técnico para elaboração dos projetos produtivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar os projetos produtivos 	<p>Cada projeto foi elaborado e orçado para um valor de R\$ 2400,00 que seria dividido em duas parcelas. A primeira utilizada para investimento e compra de equipamentos e a segunda para manutenção da produção de acordo com as necessidades e contexto socioeconômico de cada mulher.</p> <p>Priorizou-se a diversidade da produção, segundo os princípios da agroecologia.</p>	<p>Em cada município foi realizada uma consulta previa nos estabelecimentos para levantamento de preços e produtos da região. Esta etapa não estava prevista na chamada. O que gerou um trabalho extra projeto de recursos humanos e financeiros.</p>	<p>239 projetos produtivos foram construídos de forma personalizada, considerando as afinidades com a produção agrícola e o contexto socioeconômico de cada mulher.</p>
	<p>Atividade 7: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do primeiro laudo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento à produção e monitoramento do uso do recurso (fomento). 	<p>Foram realizadas visitas técnicas individuais a cada agroecossistema, para orientar as mulheres sobre sua produção e conferir cupons fiscais e recibos referente ao que foi adquirido com a primeira parcela do fomento.</p>	<p>Mulheres que nunca fizeram a gestão de um projeto demonstraram dificuldades em administrar a burocracia através da aquisição de materiais e comprovantes fiscais;</p> <p>Muitas mulheres, por terem dificuldades de ler e escrever, não conseguiram fazer um controle/ anotações sobre o</p>	<p>Os equipamento e instalações foram adquiridos ou construídos conforme orientações técnicas e acordos com a beneficiária.</p>

				<p>uso do fomento.</p> <p>Em alguns casos, identificou-se, desvio do dinheiro para outros fins.</p> <p>Identificaram-se quatro casos em que outra pessoa da família (pai e ou esposo) se apropriou do recurso, deixando a mulher sem autonomia sobre o uso.</p> <p>Algumas mulheres receberam a primeira parcela do fomento com atraso devido às pendências em seus documentos (NIS, CadÚnico, CPF, DAP).</p>	
	<p>Atividade 9: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos produtivos para emissão do segundo laudo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento à produção e monitoramento do uso do recurso (fomento). 	<p>Foram realizadas visitas técnicas individuais a cada agroecossistema, para orientar as mulheres sobre sua produção e conferir cupons fiscais e recibos referentes ao que foi adquirido com a primeira parcela do fomento.</p>	<p>As mulheres que ainda não haviam recebido o fomento estavam em grande expectativa. Como esta atividade aconteceu paralela às das oficinas de formação, era frequente às mulheres interromper o seguimento das</p>	<p>Algumas pendências identificadas na visita técnica anterior foram solucionadas nesta visita.</p>

				oficinas, para perguntar sobre o fomento que ainda não haviam recebido.	
	Atividade 11: Atividades coletivas para troca de vivências sobre os projetos produtivos.	<ul style="list-style-type: none"> Possibilitar às mulheres que vivem na comunidade conhecer como são produzidos os quintais umas das outras, a partir da visita a um quintal de referência, acordado pelo grupo, de modo que pudessem trocar experiências no campo da produção, da organização, articulação e da metodologia de trabalho. 	<p>A metodologia da atividade foi dividida em quatro partes: num primeiro momento, o grupo visita um quintal, com um roteiro previamente elaborado, para facilitar a observação de cada beneficiária em relação ao que seria visto.</p> <p>O roteiro continha as seguintes perguntas norteadoras: O que tem no quintal delas que não tem no meu? Porque é importante conhecer o quintal das outras; O que aprendi com essa visita; O que eu levo de aprendizagem para experimentar no meu quintal; O que eu vi nos quintais visitados, que eu acho que poderia ser melhorado?</p> <p>Na chegada, a responsável pelo quintal fazia uma apresentação sobre sua rotina diária e sobre o que existe em seu quintal.</p> <p>Num segundo momento, o grupo fazia uma roda de</p>	Não foram registradas dificuldades nos relatórios institucionais nem nos cadernos de campo das técnicas.	Esta atividade possibilitou que as mulheres despertassem para novas práticas e técnicas da produção agroecológica. Os quintais visitados foram melhorados com base nas sugestões e considerações feitas por todas as participantes. E ao final foram construídas composteiras, biofertilizantes e caldas de <i>neem</i> para controle de insetos, fungos e bactérias na produção agrícola.

			<p>conversa para socializar o que cada uma observou no quintal visitado, tirar dúvidas e fazer proposições conforme suas experiências.</p> <p>Num terceiro momento, havia uma atividade prática com demonstrativo sobre como preparar algum material que contribua com um manejo adequado da produção, considerando as demandas das mulheres durante as oficinas de avaliação e monitoramento. Para tanto, preparou-se uma cartilha adaptada de material já produzido pelo Esplar (ver Anexo A).</p> <p>Num quarto momento, as mulheres se dividiam em grupos para responder às questões do roteiro de visita. Para finalizar o dia, era exibido um vídeo sobre os malefícios dos agrotóxicos na produção de alimentos.</p>		
Atividade 12: Visitas técnicas individuais para acompanhamento / monitoramento dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento à produção e monitoramento do uso do recurso (fomento). 	Foram realizadas visitas técnicas individuais a cada agroecossistema, para orientar as mulheres sobre sua produção e conferir cupons fiscais e recibos	Em alguns casos, a inadequada utilização do fomento resultou na inaptidão da beneficiária para	As mulheres apresentaram uma significativa melhoria na produção de itens como: aves poedeiras, frangos de corte, caprinos, ovinos, suínos, hortaliças e frutíferas. Isto	

	produtivos para emissão do terceiro laudo.		referentes ao que foi adquirido com a segunda parcela do fomento.	receber a segunda parcela. Ainda assim, o assessoramento foi realizado pelas técnicas.	contribuiu para a segurança alimentar da família, por garantir que elas tivessem alimento de qualidade acessíveis, pois eram produzidos por elas mesmas. Além de melhorar a renda com a venda de parte destes produtos.
--	--	--	---	--	---

Fonte: Adaptado de ESPLAR (2015)

Considerando os estudos de Malhotra et al (2002) e analisando o quadro supracitado, observamos que as mulheres assistidas por essa ATER específica através das suas participações nas atividades coletivas e nas visitas técnicas individuais foram fortalecidas no âmbito do empoderamento psicológico, político, econômico sociocultural e interpessoal (Quadro 5).

Quadro 5 – Dimensões do Empoderamento das Mulheres

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
PSICOLÓGICA	Refere-se à autoestima, ao bem-estar psicológico, à capacidade de denúncia de injustiças e potencial de mobilização.
LEGAL/POLÍTICA	Refere-se ao conhecimento sobre seus direitos e o acesso a políticas públicas e sua autoorganização.
ECONÔMICA	A mulher controla o rendimento e os recursos da família. Refere-se também ao acesso da mulher ao emprego e ao fomento.
SOCIOCULTURAL	Refere-se à liberdade de movimento, visibilidade e acesso aos espaços públicos, participação em grupos extrafamiliares e redes sociais, além de mudança nas normas patriarcais.
FAMILIAR/INTERPESSOAL	Tomadas de decisões sobre o trabalho reprodutivo, decisões sobre a escolha e permanência de seu (suas) parceiros (as) em sua vida.

Fonte: Adaptado de Malhotra (2002).

a) Empoderamento psicológico

O Empoderamento psicológico feminino consiste no ato de as mulheres apresentarem a necessidade de crescer pessoalmente e de se desenvolverem por meio da autoconfiança, autoestima e bem-estar. De acordo com Lisboa (2007, p. 642),

A dimensão psicológica do empoderamento por sua vez se origina da capacidade da consciência dos indivíduos de apresentarem força com necessidade de crescer e se desenvolver por meio da autoconfiança e motivação. Está relacionada ao poder pessoal, cuja capacidade das pessoas de avançarem na conquista da autonomia e emancipação.

Tomando como exemplo as relações de poder estabelecidas pelo sistema patriarcal, tem-se a condição de inferioridade das mulheres em relação aos homens. Isto gera,

além de outros problemas, a naturalização das mais diversas formas de violência, inclusive a negação de direitos fundamentais à vida. Com essa relação assimétrica de poder, as mulheres ficam, vulneráveis às condições de culpa, sobrecarga de trabalho, invisibilidade e aos papéis sociais atribuídos injustamente a elas. Essa situação implica em um forte abalo de sua autoestima, pois as críticas, as cobranças sobre si mesmas, as humilhações, as desvalorizações, as perdas passam a ser consideradas naturais e comuns. Essas são situações precipitadoras e ou mantenedoras da baixa autoestima e da insegurança para lidar com inúmeras situações cotidianas.

As participações das mulheres nas atividades dessa ATER analisada contribuíram para a melhoria de sua autoestima. Isso se deveu a duas ações conjuntas, a primeira delas é que estavam previstos na Chamada Pública ações de conscientização sobre as desigualdades de gênero. A outra ação trata do trabalho executado pela equipe técnica que, além de acolhedor e valorizador de todos os saberes foi comprometido com os pilares do Feminismo, visto que a metodologia de trabalho do Esplar busca dialogar com a metodologia feminista. Com a promoção da conscientização das mulheres beneficiárias sobre exploração e opressão sofridas cotidianamente, elas buscavam formas de reações individuais e coletivas, que são medidas as quais denotaram o início de resistência ao sistema opressor e, conseqüentemente, isso conduziu as mulheres a um caminho mais libertador e fortalecedor da autoestima.

Identificamos que as mulheres passaram a se expressar mais nas reuniões através dos debates construídos coletivamente; passaram a ter um maior sentimento de pertença pela produção de alimentos saudáveis; fortaleceram suas identidades enquanto agricultoras; avaliavam de forma positiva sua participação nas reuniões; demonstravam maior independência em relação às tomadas de decisão sobre si mesmas. Como percebido por Dona Diana²³ da Comunidade Cajazeiras: *Esse projeto de assistência técnica, ele vem pra melhorar a produção, pra gente receber mais orientação e para ensinar as mulheres a se unirem*, complementando com a fala da Dona Marilene, também da mesma comunidade: *Eu estou muito feliz com meu quintal, minha casa está linda*. Fazendo uma breve análise desses discursos entendemos que Dona Clara traz à tona o processo de conscientização construído pelo trabalho da ATER, e Dona Marilene completa falando sobre o quão está satisfeita, e que o termo ‘casa’, aqui, pode não se referir somente à estrutura de moradia, mas ao eu interior. A casa é o espaço privado ocupado pela agricultora e, nele, ela projeta seu eu satisfeito. O relato da Maria agricultora da comunidade Águas Belas, também registra o quão a assessoria e seus

²³ Para manter o anonimato das declarações, os depoimentos foram identificados com nomes fictícios.

produtos trouxeram bem-estar para ela: *Esse projeto mudou muita coisa. Quando eu levanto de manhã é uma terapia cuidar dos animais.*

Ambas as características, conscientização e bem-estar, fortalecem a autoestima. Além disso, registrou-se ainda falas que também representam esse fortalecimento do empoderamento psicológico. Como exemplo, usamos as falas das agricultoras. Uma delas, da comunidade Muquém ao participar da dinâmica do papel amassado (ver Apêndice C) que focava na reflexão sobre as transformações ocorridas em suas vidas, considerando o ano de 2013 (ano de início do projeto) até o ano de 2015 (momento em que se fazia a avaliação parcial das atividades) foi a seguinte: *A gente não pensa mais do mesmo jeito porque ficamos mais esclarecidas sobre o que nós produz, sobre as leis. Me sinto mais forte, mais poderosa, mais feliz. Um sonho realizado. Me acho importante. A gente pode dizer que as coisas se transformaram para melhor.* A outra fala registrada foi: *No meu papel vejo sabedoria e experiência; Saber é se dar valor; Isso representa o que a gente tinha e não sabia usar; Eu era agroecológica e nem sabia; Me sinto mais realizada,* de uma agricultora da comunidade Poço. Além desses discursos, identificamos falas e sentimentos de mulheres que também representaram a melhoria da autoestima com essa assessoria. Com a melhoria da autoestima, as mulheres passam a fortalecer a sua autonomia e autoconfiança. Essas características contribuem para o ‘empoderar-se’ de cada uma delas.

Assim, a dinâmica participativa, elaborada para entender o nível da autonomia das mulheres, utilizada na oficina de avaliação e monitoramento parcial das atividades, foi fundamental para que se chegasse a essas conclusões. O passo a passo da dinâmica é possível conferir no Apêndice C, com o seguinte título: Dinâmica sobre a Autonomia das Mulheres.

b) Empoderamento Político e Grupal

O Empoderamento Político e Grupal trata da ocupação dos espaços públicos de decisão, no caso das mulheres, e o engajamento em diversos grupos que exercem o controle social. À luz de Costa (2008, p. 8), “ [...] o componente político do empoderamento supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais. Isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais.”

Considerando essa dimensão do empoderamento, enquanto uma ação coletiva e individual de fortalecimento e conscientização sobre os direitos sociais, o que possibilita a emancipação individual e a superação da dependência social e dominação política do sistema capitalista e patriarcal, faz-se essencial ressaltar que as mulheres se tornem empoderadas por meio da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais (COSTA, 2008). De acordo com Kleba e Wendausen (2009), na supracitada dimensão do empoderamento, o

desenvolvimento de competências e da capacidade de enfrentar situações difíceis ocorre nos espaços da micropolítica cotidiana e é fortalecido no espaço da política macro, à medida que as pessoas se apropriam de habilidades de participação democrática e do poder político de decisão.

A maioria das mulheres a que esta pesquisa se refere não tinha conhecimento sobre as políticas públicas existentes em seus municípios, nem inserção nos espaços políticos, em especial, os STTRs. Além disto, tem dificuldade de se articular com organizações de mulheres ou de se mobilizar para vivenciar experiências de grupos de mulheres. Essa ausência contribui para que não valorizem ações coletivas. Com base nisso e considerando os dois anos de atuação do projeto e desenvolvimento das atividades, concluímos que é impossível mudar em curto tempo uma cultura de base capitalista viciada no individualismo.

Apesar disso, notamos que ao longo das atividades desenvolvidas durante a ATER, parte das mulheres conscientizavam-se da importância de se unirem e se fortalecerem para resolver problemas da comunidade. Algumas mulheres conscientizaram-se da importância de refletir sobre os problemas mais estruturais do sistema capitalista e patriarcal, passando a ter um olhar mais questionador sobre o cotidiano. Todavia, somente 2,91% das mulheres assistidas por esta ATER ocuparam de fato espaços de decisões em seu município (como a direção de uma cooperativa fornecedora de produtos advindos da agricultura familiar, no município de Canindé – CE; a participação no conselho escolar; a candidatura à vereadora e a militância nos sindicatos). Esse baixo percentual deveu-se, principalmente, ao fato de que ainda é difícil, para a maioria das mulheres, dividirem as tarefas domésticas com os demais membros da família, considerando que os trabalhos, de modo geral, desenvolvidos por mulheres é pouco valorizado e é invisibilizado pela família, pela comunidade e sociedade. Essa não valorização do trabalho das mulheres dificulta-lhes a autonomia econômica e política (ESPLAR, 2015c), além de não viabilizar a saída delas de casa para estudar, para se capacitar, para realizar atividades de lazer e para participar de instâncias locais de controle social. Apesar do baixo percentual, esse é um dado relevante e que deve ser valorizado diante da dificuldade das agricultoras em conhecer, disputar e ocupar espaços públicos decisórios.

c) Empoderamento Econômico

Para Fernandes *et al.* (2016) o empoderamento econômico é caracterizado pelo ganho participativo por meio de renda própria para a produção familiar e o controle sobre os ativos produtivos e bens. Para Costa (2008), além de propiciar o acesso da mulher ao mercado de trabalho, traz a independência econômica, influenciando no empoderamento psicológico. Para Malhotra (2002 *apud* FERNANDES 2016), nessa dimensão, o empoderamento da

mulher possibilita ter o controle aos recursos da família e proporciona o acesso ao crédito e ao emprego.

Observamos que o empoderamento econômico foi o avanço mais facilmente identificado durante os dois anos da assessoria. Identificamos que um fator importante nesta Chamada foi a utilização do fomento de R\$ 2.400,00 para investimento na produção agropecuária, o que representou significativa mudança na renda das mulheres. Houve melhoria considerável na estruturação de muitos quintais, em especial, no trato com os animais, na produção de frutas e de ovos (ESPLAR, 2015b). Em alguns casos, não havia, antes do projeto, a criação de animais dentro de uma estrutura adequada, o que foi possibilitado a partir deste fomento. A produção de ovos caipiras e o cultivo de hortaliças aumentaram em mais de 100% na maioria dos quintais assistidos. Além de contribuir com o aumento da renda, a melhoria da produção contribuiu também para a Segurança Alimentar das famílias e, a partir de sua produção passam a ter acesso ao alimento saudável. Dona Laura da comunidade Laranjeiras afirmou que: *Estou conseguindo tirar tudo do meu quintal, não estou comprando nada*, falando sobre o quão sua produção aumentou, e tem servido para suprir parte das necessidades alimentares e nutricionais da família. Nesse mesmo sentido, Dona Antônia, da comunidade Águas Belas, fala que: *Ave Maria esse fomento serviu demais, tão cedo no mundo não compro uma mistura* (carne e ovos). E Ana Cláudia, também da comunidade Águas Belas reafirma quando diz que: *Esse projeto fez diferença, porque antes eu não comprava caipira, agora eu tenho como me manter e ainda tenho lucro, porque eu como e ainda posso vender*.

Quanto à transição agroecológica, as agricultoras passaram a adotar técnicas e tecnologias que dialogam com os princípios da agroecologia. A agricultora Francisca, da comunidade Boa Esperança, ao participar da oficina prática de compostagem, fez as seguintes observações: *Eu já tinha visto cocô de vaca e de galinha como adubo, mas esse tanto de coisa que a gente colocou aí eu não tinha visto, achei muito interessante*. Nesta mesma atividade observamos também, com base nos relatos, que as mulheres eram criativas no que diz respeito à utilização dos meios em seu entorno, isso porque a equipe técnica trazia algumas definições sobre a construção da composteira e as mulheres iam adequando ao que elas tinham de forma mais acessível no arredor de casa ou na comunidade. Diminuíram a utilização de agrotóxicos na produção de hortaliças e frutas, substituindo os antibióticos, antes utilizados na produção animal, por outros métodos alternativos e fitoterápicos construídos, artesanalmente, por elas mesmas, sob orientação técnica. Houve também o investimento nos cuidados e na prevenção de doenças dos animais. Buscou-se receitas e orientações a luz dos conhecimentos gerados

com a experiência tanto dos familiares antecedentes, quanto de experimentações realizadas com a equipe técnica durante a vigência do projeto.

Quanto ao uso da água para produção, identificamos que por esse ser um recurso naturalmente escasso no semiárido, as mulheres, em seu cotidiano, já fazem um uso mais racional. Apesar disto, observamos que, ao longo do processo, parte das mulheres passaram a adotar outras técnicas de reaproveitamento da água, inicialmente orientadas pelas técnicas de ATER (como a reutilização da água, cinza para aguar as plantas frutíferas mais resistentes, o canteiro econômico/ecológico, o plantio de espécies abaixo dos canteiros etc.), pois assim aproveitavam a água que cai.

Observamos nos relatórios algumas experiências exitosas no que se refere à produção, consumo e venda de produtos agroecológicos, Dona Auxiliadora, da comunidade Cajazeiras, é exemplo de uma dessas experiências. Ela compartilhou seu modo de vida e forma de produção numa matéria para o jornal cearense intitulado O Povo²⁴ (Anexo B).

d) Empoderamento sociocultural

As mulheres assistidas por esta ATER tiveram a oportunidade de conhecer e debater sobre grandes questões imbricadas no sistema patriarcal, como exemplo: saber que elas possuem direitos iguais aos dos homens, que seus trabalhos nos quintais ou nos roçados devem ser valorizados e não podem ser limitados aos papéis de gênero que a sociedade impõe, que não é uma obrigação única delas cuidar da casa, dos filhos e do marido, uma vez que esses afazeres são de igual responsabilidade para homens e mulheres, que nenhuma mulher é propriedade de ninguém, que elas devem ter autonomia sobre seu corpo e suas decisões, que qualquer ato sexual sem consentimento é estupro, que a vítima não é culpada, que a representação da mulher na mídia estereotipa as mulheres e as desumanizam, que papéis de gênero são construções sociais e não verdades naturais e universais, e que amar o próprio corpo e se sentir bem com a própria aparência não deve depender dos padrões de beleza construídos por uma sociedade racista.

Assim, observamos que a assessoria oportunizou debates sobre estes e outros assuntos considerados tabus. As mulheres compartilhavam e colocavam em questão situações que vivenciavam cotidianamente e no coletivo, e também aquelas as quais iam sendo refletidas. A equipe técnica buscava sanar situações de julgamento prévio sobre o que estava

²⁴ Para maiores informações acessar: <https://www.opovo.com.br/jornal/especiais/grandessertoesaftos/2017/05/um-viver-severino-que-se-fabrica.html>.

sendo dito, com a finalidade de evitar comentários preconceituosos, machistas e patriarcais, favorecendo um ensaio coletivo sobre a sororidade.

Outro aspecto observado foi que, a partir da assessoria, essas mulheres passaram a dar mais valor à identidade de agricultora, valorizaram mais seus trabalhos. Inclusive, maridos, filhos e a vizinhança comentavam sobre a construção deste empoderamento. Rosana, da comunidade Japuara, falou que *o que eu aprendo aqui, o que dá, eu levo pra dentro de casa, meu marido não compra mais alimento com o T* (sobre o símbolo da transgenia nos rótulos de alguns alimentos) *e meu filho não come mais xilito*. Já a Tânia, também da mesma comunidade, compartilhou que *meu marido pergunta o que que a gente tanto conversa, e eu digo a ele que é sobre as políticas e nossos direitos e isso já serve de alerta*. Mara, também da comunidade Japuara, valoriza sua produção quando diz: *nós somos empresárias. Empresárias das galinhas*. Essas e tantas outras falas registradas nos relatórios institucionais do Esplar registram a construção deste empoderamento sociocultural que para Malhotra *et al* (2002) está alicerçado na liberdade de movimento das mulheres, visibilidade e acesso aos espaços públicos, além de mudança nas normas patriarcais.

e) Empoderamento Familiar/Interpessoal

Apesar de ter sido registrada, em muitos casos, a dificuldade de colocar em prática os aprendizados vivenciados nas atividades de formação, principalmente no âmbito familiar, em que as situações de violência mais ocorrem, mesmo assim, ao longo do processo observamos que as mulheres passaram a se questionar mais sobre a situação em que vivem, como também foi registrado alguns relatos em que elas passaram a ser mais incisivas e imponentes sobre suas decisões.

Contudo, ainda existe uma grande fragilidade no que diz respeito ao enfrentamento de todas as questões e situações que o sistema patriarcal, materialista, capitalista proporciona na vida de todas as mulheres, sobretudo na vida das mulheres agricultoras negras, e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Considerando o tempo ínfimo de uma assessoria de dois anos e com uma série de outras limitações, é muito difícil confirmar e registrar a construção do empoderamento familiar e interpessoal das mulheres assistidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nova forma de fazer ATER, que considera questões ambientais, sociais e econômicas de forma sistêmica, representa um grande avanço no âmbito das políticas de Estado, que passa de uma configuração generalista, uma vez que considerava a família enquanto sujeito da ATER, e, a partir de 2010, considerou especificidades de diferentes categorias – mulheres, indígenas, comunidades quilombolas e jovens.

Contudo, esse avanço possibilitou novos desafios, dentre os quais se menciona, a metodologia de trabalho das instituições prestadoras dos serviços de ATER, bem como seus profissionais agentes de ATER que, possivelmente, romperam com a formação tecnicista difundida na maioria das universidades, faculdades e escolas técnicas, sendo necessário que esses profissionais se conscientizassem sobre como acontecem as relações de gênero no campo, dando o devido valor às produções de agricultores e agricultoras e atuando na promoção da igualdade de direitos entre eles, dialogando com as novas diretrizes da PNATER, que exigem às entidades executoras o trabalho de transversalidade relacionada a raça, etnia, gênero e geração.

Apesar das Chamadas Públicas de ATER requererem, preferencialmente, profissionais das ciências agrárias, existe certa dificuldade quanto ao cumprimento do que está posto na PNATER, no que diz respeito à composição da equipe de ATER durante a execução dos projetos, pois é necessário buscar profissionais com um trabalho menos especializado, e mais holístico, sobretudo comprometido com os princípios da Agroecologia.

Outra questão relevante nesse contexto de reformulação da PNATER é a busca pela intersectorialidade das políticas públicas, compreendendo a intersectorialidade enquanto uma nova lógica de gestão para a superação da forma fragmentada como as políticas são executadas (INOJOSA, 2001).

Com intuito de enfrentar a complexidade dos problemas sociais contemporâneos, é imprescindível articular programas, projetos e ações específicas. No caso da ATER Específica para Mulheres, buscou-se, através dela, apresentar, viabilizar e potencializar o acesso a outras políticas e programas. A exemplo, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o PNDTR, o PNAE, o PAA, o PRONAF e o Programa de Organização Produtiva (POP). É válido ressaltar que existem grandes desafios na consolidação desta intersectorialidade, tanto dentro do Governo quanto no âmbito da execução da Política, quando chega na esfera de gestão municipal, seja a prefeitura ou ONGs. A formação profissional ineficiente, os desafios do ciclo de formulação e implementação das políticas públicas, a

disputa ideológica por diferentes modelos de sociedade, a corrupção na macro e na micropolítica, a burocracia Estatal, as fragilidades do controle social contemporâneo, a baixa participação social são aspectos que dificultam a contribuição para a garantia da intersetorialidade²⁵.

Quanto à ATER Específica para as Mulheres Rurais, observamos que, desde a formulação da política até sua execução no âmbito da institucionalidade, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, por meio dos movimentos feministas e da Marcha das Margaridas, trouxeram para a esfera do Governo²⁶ a sua importância econômica, ecológica e social.

A problematização da divisão sexual do trabalho e do trabalho reprodutivo permitiu que, nas Chamadas Públicas de 2013 e 2016, estivessem previstos recursos para garantir a recreação infantil. Isto foi essencial para que as mulheres pudessem participar das atividades coletivas, com a segurança de que seus filhos estavam com uma pessoa adequada ao trabalho de recreação das crianças, num local próximo ao espaço onde ocorriam as reuniões.

Destacamos, a importância do fomento às atividades produtivas das mulheres, pois foi registrada, nos relatórios institucionais do Esplar, a alegria das mulheres em receber esse recurso. Muitas delas achavam que nunca iriam conseguir desenvolver algumas atividades produtivas em seu quintal, por não ter condições financeiras para darem o primeiro passo. Nos últimos acompanhamentos técnicos registrados, observou-se que algumas mulheres triplicaram sua produção, consumo e venda de produtos como ovos e hortaliças.

Ao longo das atividades do projeto, foi observado que a metodologia do trabalho das técnicas de campo (metodologia dialógica e participativa) propiciou um ambiente acolhedor nas reuniões coletivas, fazendo com que as mulheres tivessem mais segurança para se expressarem e debaterem, além da construção coletiva de saberes, em que o saber e o falar de cada agricultora era respeitado e valorizado, e os temas abordados nas reuniões eram pertinentes ao cotidiano vivido por elas, gerando identificação com o conteúdo discutido. Outra constatação é a de que as narrativas das agricultoras registradas nos relatórios também nos permitiram compreender que foi possível ampliar e ressignificar o sentido de produzir alimentos, que, para além do autoconsumo e venda, serviam para as trocas solidárias entre familiares na vizinhança. A soberania alimentar, as práticas agroecológicas, a sororidade e

²⁵ Para maiores informações sobre o desafio da intersetorialidade acessar: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n4/0103-7331-physis-27-04-01265.pdf>>.

²⁶ Registramos a temporalidade desse trabalho que considerou os anos de 2009 à 2015, nesse caso, a palavra Governo refere-se à gestão do PT.

ocupação dos espaços públicos pelas mulheres também estavam no centro das ações dessa ATER.

Não obstante isso, o projeto Agroecologia e Feminismo, fruto da Chamada Pública de ATER Específica para Mulheres nº3/2013, teve alguns problemas de difícil superação, principalmente quando se avalia seu período de execução, de somente dois anos. Dentre os problemas, destacamos a dificuldade de romper com a cultura machista, materialista e individualista imbricadas no sistema capitalista patriarcal. Isto se refletiu em alguns aspectos, como o fato de, ao final do projeto, o nível de participação das mulheres já não era o mesmo registrado ao início. O fomento representou uma aquisição material e momentânea para algumas mulheres que não conseguiram fazer uma boa gestão do recurso. Algumas delas, em determinados momentos, não manifestavam interesse sobre a reflexão dos temas abordados nas atividades coletivas e registraram uma grande dificuldade em formar grupos de mulheres e consolidar sua auto-organização.

Ainda assim, essas questões apontadas enquanto problemas desafiaram a equipe técnica, que era formada, exclusivamente, por mulheres – e isso foi um diferencial a superar. Insistiu-se no bom uso do fomento, motivou-se e viabilizou-se a ida de algumas agricultoras à Marcha das Margaridas, que aconteceu em Brasília – DF, em agosto de 2015; promoveram-se intercâmbios de experiências nos quintais, com a finalidade de estimular as mulheres a perceberem a importância de não estarem isoladas e a chamar a atenção para a possibilidade de novas experimentações agroecológicas em seus agroecossistemas.

Contudo, é necessário pensar mecanismos que contribuam para que as mulheres camponesas superem sua frágil organização e ausência de articulação. Em especial, superar a cultura do individualismo e da felicidade material que cerceiam a capacidade de pensar na sustentabilidade da proposta e no seu potencial tanto de promover aumento da renda como de ser influenciadora de uma ação coletiva (ESPLAR, 2015).

Diante das explanações e observações construídas ao longo de nossa escrita, podemos classificar esta pesquisa como um Ato Político devido à escolha do objeto de estudo se tratar de uma Política tão peculiar e de suas implicações na vida das mulheres rurais. Vale ressaltar que essa execução aconteceu na gestão dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2011) e da Presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2014 e 2015 - 2016) como também subsidiar possíveis estudos que denunciem o cenário político mundial. Especificamente no Brasil tomou-se visibilidade em 2016 com o *impeachment* da Presidenta

Dilma Rousseff, ocasionando cortes absurdos²⁷ de recursos humanos e financeiros das políticas sociais, privatizações, e a desintegração dos principais ministérios executores das políticas aqui mencionadas.

Mesmo diante dessa conjuntura, constatamos a ocorrência das significativas mudanças positivas nos arranjos da Chamada Pública de ATER Específica para Mulheres, lançada para o Estado do Ceará entre 2009 e 2016. Todavia, nesse último ano, houve apenas o lançamento da Chamada de 2016, ficando impossibilitada sua execução, uma vez que o Governo vigente considerou que as Instituições proponentes não estavam habilitadas.

Aqui dialogamos com as reflexões de Santos (2017) em sua pesquisa sobre a Política de ATER Específica para Mulheres no Sertão do Pajeú – PE, em que, citando Oliveira (2001, p. 21), diz que “o ataque aos direitos adquiridos é um ataque ao próprio direito”. E, infelizmente, esse é o cenário político do Brasil atual, em que houve todo um processo de construção e acesso aos direitos durante vários anos, os quais foram desconstruídos e eximidos em poucos meses do Governo interino de Michel Temer (2016 até o presente momento), caracterizando retrocessos, sobretudo para as políticas sociais, e um ataque estarrecedor aos direitos humanos.

Nesta pesquisa ousamos usar as contribuições do feminismo e da agroecologia, através de uma experiência executada e enraizada em uma política que considera questões ambientais, sociais e econômicas - a PNATER, enquanto uma alternativa de rompimento com as estruturas alicerçadas nas desigualdades sociais, que, mesmo apresentando algumas fragilidades mostrou-se exitosa e peculiar no que diz respeito ao empoderamento, em suas diferentes dimensões, das mulheres camponesas.

As mulheres trabalhadoras rurais, camponesas têm vivenciado profundas transformações ao tomarem consciência de sua importância para a Soberania Alimentar. Parte delas tem se organizado politicamente, tem assumido novas posições nos espaços públicos de decisões, tem se articulado em movimentos sociais, fóruns e redes, construindo a trajetória do feminismo camponês, registrando a luta, as resistências e suas conquistas. Através da produção agroecológica, elas têm mostrado um modelo de produção que valoriza o saber das experiências; têm produzido alimentos saudáveis, porque se preocupam com a saúde da família, tencionando e valorizando o trabalho produtivo delas mesmas. São elas também que

²⁷ Para o ano de 2018 a previsão de cortes orçamentários para a Reforma Agrária, ATER, PAA e PNAE giraram em torno de 80% a menos em relação ao Plano Plurianual 2011 – 2014. Para maiores informações, acessar: <http://contrafrasil.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/apresentacao-ploa-2018-e-os-cortes-drasticos-nos-programas-para-o-rural.pdf>.

estão questionando o modelo de sociedade que ameaça a sustentabilidade humana na sua complexidade.

Além das reflexões, este estudo nos indica que é possível ter uma sociedade mais justa e consciente sobre seus direitos por meio das políticas públicas construídas e implementadas, sobretudo, em um Governo comprometido com a igualdade de gênero, com a soberania popular, com o direito a terra, a uma alimentação adequada e a uma vida digna para homens e mulheres do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS

- ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. Flávia Londres, Gustavo Martins, Paulo Petersen (rg.). **Olhares Agroecológicos: Análise econômico ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros**. 1 ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 192 p. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/06/livro_OLHARESAGROECOLOGICOS_web-4.pdf. Acesso em: 28 de set. de 2018.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de. GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v.21, p.43-56, janeiro, 2007. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 01 de out. de 2018.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 3, n. 2, 1995. p. 458-463. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>. Acesso em: 11 de out. de 2017.
- BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n.2, p. 601-607, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643>. Acesso em: 11 de jan. de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf. Acesso em: 24 de jul. de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 08 de out. de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas**. Chamamento Público de Projetos – 2009, apoio financeiro à projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres trabalhadoras rurais, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/proex/Download/Edital-MDA-ATER-Mulheres.pdf>. Acesso em: 16 de fev. de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais**. ATER para mulheres rurais. Palestra ministrada por Caroline Molina. Brasília, 2014a. Disponível em: file:///C:/Users/Pesquisa%20SAN/Downloads/Panel_3_Brasi_gobierno.pdf. Acesso em: 30 de out. de 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas**. Chamada Pública Nº3/2013/DPMQR/MDA, referente ao chamamento público para contratação e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres rurais em territórios da cidadania, nos Estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Paraná e Rio Grande do Norte. Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria do Governo. **Brasil Sem Miséria**. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatórios do Plano Brasil Sem Miséria**. Relatórios gerados em 12 de maio de 2016, para o Estado do Ceará. P. 69. Brasília, 2016. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=78. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas**. Chamada Pública Nº1/2016/DPMRQ/MDA. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamada%20P%C3%ABlica%2001-2016%20-%20ATER%20MULHERES.pdf>. Acesso em: 28 de ago. de 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de ATER**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnATER>. Acesso em: 21 de jul. de 2017.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. *In*: SCOTT, P. CORDEIRO, R. MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Pesquisa%20SAN/Downloads/Artigo%20522.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014. 276p.

CONTAG, Diretoria da. **Sistema Confederativo CONTAG reage à cortes no orçamento para a agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2017/09/27/sistema-confederativo-contag-reage-a-cortes-no-orcamento-para-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 05 de nov. de 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *In*: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

CAPORAL, Francisco Roberto; Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, v. 4, n. 1, p.23-33, set. 2011. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/R-Agroec12-11_05_Opiniao-Lei_ATER.pdf. Acesso em: 24 de jul. de 2018.

CARMO, Michelly Eustaquia do; GUIZARDI, Francini Lubi. **Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte**. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2017. p. 1265-1286. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n4/0103-7331-physis-27-04-01265.pdf>. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

CARVALHO, Horácio Martins. Agricultura camponesa. *In:* CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão Popular. 2012. p. 28-34. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *In:* **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 2008, Vol 24 n. 2, p. 171-180. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/05>. Acesso em: 09 de ago. de 2018.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. CREA-PR: Curitiba, 2008. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 14 de jun. de 2018.

COSTA, Michelly Aragão Guimarães. **Assessoria da casa da mulher do nordeste: reconfigurando as relações de gênero com as agricultoras no Sertão do Pajeú - PE**. 2014. 168p f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Recife, 2014. Disponível em: http://www.tede.ufrpe.br/tde_arquivos/3/TDE-2014-12-17T114101Z-1967/Publico/Michelly%20Aragao%20Guimaraes%20Costa.pdf. Acesso em: 21 de jul. de 2017.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manual d'expertise**. Paris: Karthala et CTA, 1996. 354p.

INSTITUTO DE ECO DESENVOLVIMENTO (ECOD). **O que é sustentabilidade?** Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/ecod-basico-sustentabilidade>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização capitalista. *In:* ASSIS, Glaucia de; MINELLA, Luzinete Simões; FUNK, Susana Borneo (org.). **Entrelugares e Mobilidades: desafios feministas**. v. 3, Tubarões: Copiarte, 2014. p. 249-268. Disponível em: <http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/Desafios%20feministas%20vol.3%20Entr%20imagens%20e%20mobilidades.pdf>. Acesso em: 05 de out. de 2017.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. *In:* NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p.237-235. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 27 de jul. de 2018.

ESPLAR CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Quem somos?** Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://ESPLAR.com.br/o-ESPLAR/quem-somos#.WcVMtzXlrMw>. Acesso em: 22 de set. de 2017.

ESPLAR CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Relatório da oficina de avaliação e monitoramento parcial: ATER para mulheres PBSM. Comunidade Poço – Canindé**. Grupo de Referência: Mulheres acompanhadas pela Chamada Pública nº03/2013/DPMRQ/MDA–

Lote 2/CE – Sertões de Canindé. Contrato N° SM.CE.0000106-13. Entidade Executora: ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria. Enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, 2015a.

ESPLAR CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Relatórios da oficina de socialização dos diagnósticos:** ATER para mulheres PBSM. Grupo de Referência: Mulheres acompanhadas pela Chamada Pública nº03/2013/DPMRQ/MDA– Lote 2/CE – Sertões de Canindé. Contrato N° SM.CE.0000106-13. Entidade Executora: ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria. Enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, Fortaleza, 2013a.

ESPLAR CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Relatórios da oficina de organização coletiva de grupo / gestão da produção:** ATER para Mulheres PBSM. Grupo de Referência: Mulheres acompanhadas pela Chamada Pública nº03/2013/DPMRQ/MDA– Lote 2/CE – Sertões de Canindé. Contrato N° SM.CE.0000106-13. Entidade Executora: ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria. Enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, Fortaleza, 2013b.

ESPLAR CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Relatórios da oficina para elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE:** ATER para Mulheres PBSM. Grupo de Referência: Mulheres acompanhadas pela Chamada Pública nº03/2013/DPMRQ/MDA– Lote 2/CE – Sertões de Canindé. Contrato N° SM.CE.0000106-13. Entidade Executora: ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria. Enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, Fortaleza, 2015b.

ESPLAR CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Relatórios da oficina de intercâmbio para troca de experiências sobre os quintais produtivos:** ATER para mulheres PBSM. Grupo de Referência: Mulheres acompanhadas pela Chamada Pública nº03/2013/DPMRQ/MDA– Lote 2/CE – Sertões de Canindé. Contrato N° SM.CE.0000106-13. Entidade Executora: ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria. Enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, Fortaleza, 2015c.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho; ALENCAR, Francisco Amaro Gonçalves; JUVENCIO, Sara Maria Spinosa. Residência Agrária Ceará: construindo caminhos, compartilhando conhecimentos. *In: Primeiro encontro de pesquisas e práticas em educação do campo da Paraíba*. Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2001/05.pdf>. Acesso em: 09 de ago. de 2018.

FERNANDES, Taize dos Santos. LOPES, Gisele Silveira Coelho. WATANABE, Melissa. YAMAGUCHI, Cristina Keiko. GODOI, Christiane Kleinubing. Dimensões do empoderamento feminino: autonomia e ou dependência? **Revista Alcance**, v.23, n.3, p. 391-413, Florianópolis, set. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Pesquisa%20SAN/Desktop/8987-26158-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

FERREIRA, Virgínia. O feminismo na pós modernidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v.1, n. 24, p. 93-105, mar. 1988. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10822/1/Feminismo%20na%20P%C3%B3s-modernidade.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2018.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘‘pós-socialista’’. Tradução de Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14, p. 231-239, 2006. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 23 de ago. de 2017.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico**: diagnóstico de sistemas agrários.

Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, 1999. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/guia_metodologico.pdf. Acesso em: 25 de set. de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2017.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso à políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Paraíba, n. 8, p. 1-28, 2006. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>. Acesso em: 13 de out. de 2017.

HORA, Karla. **Palestra mecanismos MDA**. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/48a-reuniao/palestra-2-mecanismo-mda.pdf/view>. Acesso em: 23 de ago. de 2017.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**. São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em:

http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização da política.

Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.18, n.4, p. 733 – 743, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Pesquisa%20SAN/Downloads/29498-34289-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 de jun. de 2018.

LANDERDAHL, Maria Celeste; VIEIRA, Letícia Becker; PADOIN, Stela Maris de Mello.

Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Revista Pesquisa Research Investigación**. Santa Maria, v.17, n.2, a.15. p. 306-312. Jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a15.pdf>.

Acesso em: 09 de ago. de 2018.

LISBOA. Tereza Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**. ISSN 1982 – 4602, 2007. UFSC, Florianópolis: Lisboa, 2007. Disponível em:

http://www.sociologia.ufsc.br/npms/teresa_kleba_lisboa.pdf. Acesso em: 14 de jun. de 2018.

LOPES, Renato Simplício. **A Extensão Rural e Assistência Técnica (ATER) no Brasil: um compromisso com o futuro**. Brasília: Embrater, 1989. 32p.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth.; BOENDER, Carol. **Measuring women's empowerment as a variable in international development**. World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives. 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTEMPOWERMENT/Resources/486312-1095970750368/529763-1095970803335/malhotra.pdf>. Acesso em: 09 de jul. de 2018.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: Unesp, 1987. 568 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/lovois-de-andrade-miguel-1/mazoyer-m-roudart-l-historia-das-agriculturas-no-mundo-do-neolitico-a-crise-contemporanea-brasilia-nead-mda-sao-paulo-editora-unesp-2010-568-p-il>. Acesso em: 25 de set. de 2017.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação dos sistemas agrários. Serie Educação a Distância**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/SistemasAgrarios.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST Lutas e Conquistas. **Reforma agrária por justiça social e soberania alimentar**. Produzida pela Secretaria Nacional do MST. São Paulo: 2ª edição, 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20-%20MST,%202010.pdf>. Acesso em: 01 de dez. de 2017.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Srvolo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niteroi. Alternativa, 2013, 431p. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 02 de out. de 2018.

NOBRE, Miriam. **Relações de gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso em: 25 de jul. de 2018.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE CAPACIDADES HUMANAS. **Sobre Amartya Sen**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://capacidadeshumanas.org/sobre-amartya-sen/>. Acesso em: 27 de out. de 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, 2001. 40 p. Programa Gestão Pública e Cidade/FGV.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal. **Textos para discussão 48**. ISSN 1983 - 0645. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

PETERSEN, Paulo. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%E7%E3o_futuro.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 de dez. de 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminism, history and power. **Revista de Sociologia e Política**. v. 18, n. 36, p. 15 - 23, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 11 de jan. de 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <http://edepot.wur.nl/424203>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. *In: International workshop empowerment and right based approach in fighting poverty together*. Documento de apoio. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc>. Acesso em: 09 de ago. de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf. Acesso em: 27 de jul. de 2018.

SANTILLI, Juliana. A lei de sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.7, n.2, p. 457-475, maio-ago. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3940/394034997009.pdf>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

SANTOS, Graciete Gonçalves dos Santos. As mulheres na política e a política na vida das mulheres: olhares sobre a assistência técnica e extensão rural mulher no Sertão do Pajeú – PE. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da UFRPE, Pernambuco, 2017.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando empoderamento na perspectiva feminista. **I Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres – Projeto TEMPO**. NEIM/UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 07 de ago. de 2018.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação -ação de intervenção social. **Revista Feminismos**. Bahia. v. 1. n.3. 2013. Disponível em:

<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/75/73>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/MULHERES_E_AGROECOLOGIA_TRANSFORMANDO_O_CAMPO_AS_FLORESTAS_E_AS_PESSOAS_0.pdf. Acesso em: 01 de out. de 2018.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda Aparecida. **Gênero e geração em contextos rurais**. Recife: Mulheres, 2010. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc>. Acesso em: 11 de out. de 2017.

WAGNER, Saionara Araújo. Métodos de comunicação e participação nas atividades de extensão rural. **Secretaria de Educação à Distância**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sead/servicos-ead/publicacoes-1/pdf/Metodos_de_Comunicacao_e_Participacao_derad024.pdf. Acesso em: 30 de out. de 2017.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Prefácio. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 9-14. Disponível em:
https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 06 de ago. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto de pesquisa ATER, feminismo e agroecologia**: olhares e sentidos sobre a política vivida.

APÊNDICE A - PROPONDO OUTRA METODOLOGIA PARA DIAGNOSTICAR AGROECOSSISTEMAS

A fim de contribuir com a melhoria na elaboração dos diagnósticos que são realizados a cada início de assessoria, compartilhamos aqui uma alternativa a esse modelo de diagnóstico que utilizou um Instrumental de inúmeras perguntas para retratar uma realidade.

Existem outras metodologias já registradas na literatura como, por exemplo, a Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários (ADSA) que foi fundamentada pela Teoria da Evolução da Agricultura proposta por Mazoyer e Roudart (1987) e discutida por Dufumier (1996), o qual afirmou que os projetos de desenvolvimento agrícola devem levar em conta a complexidade dos sistemas de produção sem ignorar os objetivos econômicos dos agricultores. A ADSA faz um levantamento das condições ecológicas, sociais e econômicas de uma determinada região, baseado num método que inicia com informações mais gerais e que vai se afinando à informações mais particulares, até chegar num ponto específico de estudo que, para este caso, poderia ser: a vida da mulher. Esse modelo busca integrar tanto a complexidade social quanto a complexidade ecológica. Para a construção desse tipo de diagnóstico é preciso considerar inicialmente questões relacionadas à comunidade e posteriormente relacionadas ao indivíduo/ agroecossistema.

Em 1995, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de uma convênio com a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), construiu um guia metodológico que se propunha a realizar o diagnóstico de uma comunidade à partir dos princípios da ADSA. As principais etapas desse método são: caminhada transversal para análise global da região e construção do zoneamento agroecológico, construção de uma tipologia das famílias/indivíduos que se quer diagnosticar; caracterização dos sistemas de produção; a avaliação econômica destes sistemas e ao final é feita uma discussão dos resultados com os atores envolvidos para validação do diagnóstico. O limitante desse tipo de diagnóstico é que requer um tempo maior, e a necessidade de um profissional que tenha uma visão sistêmica de todo o agroecossistema e que domine as técnicas necessárias à realização de oficinas participativas, o que vai na contramão das características das chamadas de ATER, que como já citado, tem um curto período de tempo para execução. Além disto, requer um

diferencial na formação da equipe técnica, por ser necessário profissionais de diversas áreas. Para mais informações acessar o guia²⁸.

²⁸ Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários: Guia Metodológico. Disponível em: http://www.inra.gov.br/media/reforma_agraria/guia_metodologico.pdf. Acesso em: 16 de fev. de 2018.

APÊNDICE B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA ATER ESPECÍFICA PARA MULHERES REALIZADA NO TERRITÓRIO SERTÕES DE CANINDÉ-CE.



Mulheres da comunidade Laranjeiras, no município de Itatira – CE, participando da dinâmica da “árvore dos sonhos”.



Mulheres da comunidade Laranjeiras, no município de Itatira – CE, participando da dinâmica da “relógio do homem e da mulher”.



Mulheres da comunidade Pajeú, no município de Paramoti – CE, participando da dinâmica da dos “agroecossistemas”.



Mulheres da comunidade Laranjeiras, no município de Itatira – CE, aguardando o início da reunião.



Mulheres da comunidade Longá, no município de Canindé – CE, cantando a música da Marcha das Margaridas.



Reunião participativa na comunidade Japuaara, no município de Canindé – CE,



Mulheres da comunidade Várzea Comprida, no município de Caridade – CE, em trabalho de grupo sobre o tema: Divisão Sexual do Trabalho.



Mulheres da comunidade Cajazeiras, no município de Madalena – CE, em trabalho de grupo sobre o tema: Divisão Sexual do Trabalho.



Mulheres da comunidade Muquém, no município de Paramoti – CE, lendo a cartilha sobre a Lei Maria da Penha.



Mulheres da comunidade Pajeú, no município de Paramoti – CE, lendo a cartilha sobre a Lei Maria da Penha.



Exposição dialogada sobre a Lei Maria da Penha, na comunidade Pajeú, no município de Paramoti – CE.



Apresentação de trabalho de grupo sobre o tema: Divisão Sexual do Trabalho. Mulheres da comunidade Boa Esperança, no município de Caridade – CE.



Apresentação dialogada sobre o manejo da produção agroecológica. Reunião na comunidade Várzea Comprida, no município de Caridade – CE.



Apresentação do trabalho de grupo sobre violência contra a mulher. Destaque para o nome do grupo: “As super poderosas”. Mulheres da comunidade Poço, no município de Canindé –CE.



Apresentação do trabalho de grupo sobre acesso às Políticas Públicas. Mulheres da comunidade Poço, no município de Canindé –CE.



Leitura de um estudo de caso sobre importância da auto-organização. Mulheres da comunidade Águas Belas, no município de Boa Viagem – CE.



Reunião na comunidade Poço, no município de Canindé – CE.



Crianças da Comunidade Várzea Comprida, no município de Caridade – CE, durante a atividade de Recreação Infantil.

APÊNDICE C – DINÂMICAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS NAS OFICINAS

Apresentação

As oficinas de formação do Projeto Agroecologia e Feminismo, executado através da chamada pública de ATER Específica para Mulheres Rurais nº3/2013 do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram construídas baseada em um trabalho que buscasse contribuir com a promoção da autonomia das mulheres rurais, seu fortalecimento auto-organizativo, para isto utilizou uma metodologia de trabalho crítica e transformadora, considerando a importância de ouvir os saberes compartilhados por cada sujeito envolvido no processo e valorizar o diálogo e a troca de saberes.

Este documento apresenta algumas dinâmicas utilizadas nesse trabalho de ATER, sobretudo, inspirado na seguinte questão: “como tratar de temas como agroecologia, feminismo, senso de grupo, patriarcado e auto-organização com mulheres rurais de diferentes idades, em diferentes contextos socioeducativos? ”. Tratar destes assuntos complexos com este público específico foi um grande desafio abraçado pela equipe técnica de ATER. Não poderia deixar de ser registrada toda a dinâmica deste processo, de criação e execução, pois cada dinâmica mediada buscava proporcionar momentos educativos, estimular a participação das mulheres e garantir que suas percepções e necessidades dialogassem com o objetivo de cada oficina realizada.

Algumas das metodologias aqui descritas já são conhecidas e de domínio público, outras foram criadas e aperfeiçoadas pela equipe técnica.

TEIA

Objetivo:

Dinâmica de apresentação, utilizada também para reforçar a importância de cada mulher participar das atividades do projeto, à medida que cada uma contribui à sua forma com o coletivo. Se pelo menos uma desistir ou não fazer sua parte, a teia/rede se desfaz, o que acaba por prejudicar as atividades do coletivo.

O que precisa?

Um novelo de barbante.

Como fazer?

Disponibilizar as participantes em círculo. O novelo de barbante é arremessado a uma delas, ficando sua ponta de posse da facilitadora que orientará as mulheres do grupo a se apresentarem, dizendo nome, de onde vem (no caso de duas comunidades participantes) e expressem a expectativa para o dia, a facilitadora se apresenta e joga o novelo para outra mulher à sua frente, de forma que ao final todas as mulheres estarão segurando um pedaço do barbante e formando uma grande teia com partes do barbante entrelaçadas. Após a teia formada, ela representa o coletivo, as

interligações de cada uma. Para refletir sobre a falta de participação no coletivo, pedir para que algumas mulheres soltem o barbante, o que acabará danificando a teia. Ao final, enfatizar a importância da teia se manter firme e completa.

Ilustrações:



Figura 1: Dinâmica da Teia realizada na Comunidade Japuaara, município de Canindé – CE.



Figura 2: Dinâmica da Teia realizada na Comunidade Jantar, município de Boa Viagem – CE.



Figura 3: Dinâmica da Teia realizada na Comunidade Poço, município de Canindé – CE.

ÁRVORE DOS SONHOS

Objetivo:

Dinâmica utilizada para problematizar situações e refletir sobre resolução de problemas.

O que precisa?

E.V.A da cor verde e marrom, para construir o desenho de uma árvore.

Tarjetas de três cores diferentes.

Pincel piloto para escrever nas tarjetas.

Fita gomada

Como fazer?

Escrever nas tarjetas os principais anseios das mulheres que se referem à sua comunidade e colar com a fita gomada na copa da árvore. A copa da árvore que é composta de folhas, flores e frutos, nesta metodologia simboliza o lugar onde queremos chegar. A raiz da árvore simboliza a situação atual, é a parte da árvore que busca nutrientes, que pode estar em um solo pobre (cheio de deficiências ou carências) ou em um solo rico (bem adubado). Nas raízes serão fixadas tarjetas com palavras que simbolizem como está a situação da comunidade hoje, identificando as

principais fortalezas e os entraves à realização dos anseios. O caule é a parte que sustenta a árvore e conduz os nutrientes até a copa, desta forma, deverá ser feita uma problematização sobre o que foi colocado nas raízes e coletivamente deverão ser apontados os caminhos, e primeiros passos necessários à realização destes anseios. Novamente levantar palavras chaves que representem soluções aos problemas e afixá-las próximo ao caule.

Ilustrações:



Figura 4: Representação final da Árvore dos Sonhos construída com as Mulheres da Comunidade Campos, no município de Canindé –



Figura 5: Mulheres da Comunidade Jantar, município de Boa Viagem - CE, após a dinâmica da Árvore dos Sonhos (afixada no chão).

RELÓGIO DA MULHER

Objetivo:

Dinâmica utilizada para refletir e conscientizar as mulheres sobre a construção social dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Os temas a serem trabalhados são: Divisão sexual do trabalho e trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

O que precisa?

Papel madeira e pinceis coloridos.

Como fazer?

Divide-se as mulheres em grupos de no máximo 5 pessoas. Cada grupo receberá uma folha de papel madeira e dois pinceis (um de cada cor). Pede-se a cada grupo que escreva na folha as atividades realizadas por homens e mulheres em um dia comum, desde a hora que acorda até a hora de dormir. A facilitadora deverá explicar a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, para que as mulheres em seus grupos já tenham esta percepção dos tipos de trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres. Cada grupo apresenta o que sistematizou. Ao final construir a reflexão sobre os temas à serem trabalhados baseados nas seguintes perguntas: Quem levanta mais cedo? Quem vai dormir mais tarde? Quem

faz mais o trabalho reprodutivo? De qual tempo livre as mulheres e os homens dispõem? Por quantas horas do dia trabalham as mulheres e os homens? Existe diferença entre trabalho de homem e de mulher?

Ilustrações:



Figura 6: Mulheres da Comunidade Várzea Comprida, no município de Caridade. Divididas em grupos para Dinâmica do Relógio.

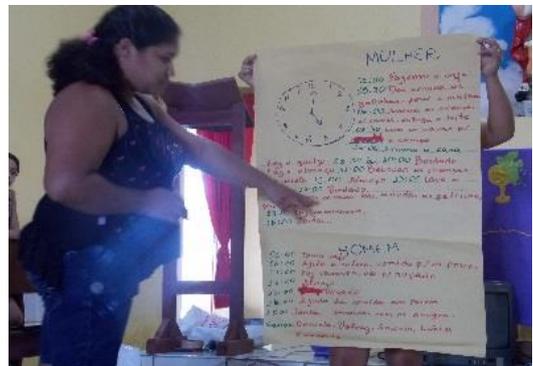


Figura 7: Mulheres da Comunidade Várzea Comprida, no município de Caridade apresentando os cartazes produzidos na Dinâmica do Relógio.

PAPEL AMASSADO

Objetivo:

Refletir sobre o antes e depois de determinado processo vivido, identificando as principais transformações ocorridas.

O que precisa?

Um papel ofício em branco para cada participante.

Como fazer?

Distribuir uma folha de papel ofício para cada participante (pode ser folhas de rascunho). A facilitadora da dinâmica pedirá que cada mulher escreva seu nome na folha, irá também construir uma analogia entre o papel e o ser. Cada papel representa própria pessoa. Após a construção desta analogia a facilitadora deverá solicitar que cada mulher amasse seu papel. E posteriormente dizer que cada ruga do papel amassado representa um processo vivido, aprendizados, construções. Neste momento, o coletivo deverá ser instigado a refletir sobre as mudanças que ocorreram durante o processo vivido.

Ilustrações:



Figura 8: Agricultora da Comunidade Poço, localizada no município de Canindé - CE. escrevendo seu nome no



Figura 9: Facilitadora explicando o que o papel representa na dinâmica do Papel Amassado que aconteceu na Comunidade Poço, localizada no município



Figura 10: Agricultoras da Comunidade Poço, localizada no município de Canindé - CE, com o papel amassado, refletindo sobre as transformações ocorridas durante a

AUTONOMIA DAS MULHERES

Objetivo:

Identificar se as mulheres estão conseguindo exercitar sua autonomia.

O que precisa?

Três cartazes com as seguintes frases: “Sim”, “Não” e “Em parte”. E um formulário de perguntas que se relacionem ao que se quer compreender, avaliar ou refletir dos sujeitos envolvidos.

Como fazer?

Dentro da mesma sala, dispor em cantos diferente cada um dos três cartazes (com as frases “Sim”, “Não” e “Em parte”), sendo um cartaz para cada local. A ideia é que todas as mulheres estejam reunidas no centro da sala, posteriormente a facilitadora irá fazer uma pergunta e estas mulheres devem se direcionar ao canto em que se encontra sua resposta pessoal. As perguntas utilizadas nesta dinâmica foram: Minha vida em casa melhorou? Me sinto com autonomia e liberdade para tomar decisões? O dinheiro que ganho com o que produzo está dando para guardar uma

parte? A renda que produzo com meu trabalho é suficiente para o que eu preciso? Tudo que faço é trabalho?

O que este projeto trouxe eu já sabia?

A ideia é que as mulheres se desloquem para o local em que está suas respostas e que seja feito diálogo sobre o porquê da escolha da referida resposta.

Ilustração



Figura 11: Mulheres da Comunidade Poço na Dinâmica Sobre a Autonomia das mulheres.



Figura 12: Mulheres da Comunidade Cajazeiras na Dinâmica Sobre a Autonomia das mulheres.

ANEXO A – CARTILHA DICAS PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL



ATER MULHERES – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

ESPLAR - CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA

COORDENAÇÃO: Magnólia Said

EQUIPE TÉCNICA:

Ana Cristina Souza de Lima – Eng. Agrônoma

Naila Saskia Melo Andrade - Zootecnista

Rafaelle Virino de Lima – Eng. Agrônoma

SETOR ADMINISTRATIVO

Lena Saraiva Leão

JUNHO

2015

COMPOSTAGEM

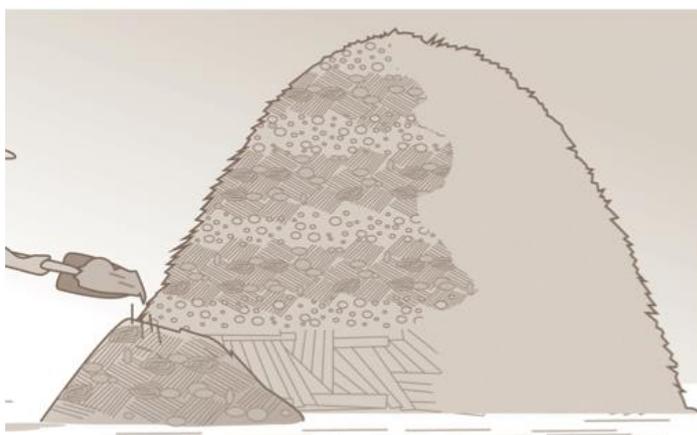
O QUE É COMPOSTAGEM

É a decomposição de alguns resíduos orgânicos, resultando em um adubo orgânico rico em nutrientes para as plantas.

É IMPORTANTE FAZER para dar mais nutrientes às plantas e como alternativa aos fertilizantes químicos.

O **local** onde é feita a compostagem é chamado de composteira.

Composteira em leiras:



Onde fazer - O local deve ser em terreno um pouco inclinado, numa área limpa (capinada e retirado os entulhos), protegido de ventos fortes, onde no período da tarde pegue sombra e longe de animais.

ATENÇÃO

Se não houver sombra, proteja o composto da chuva e do sol com palhas ou sombrite.

O QUE PODE E O QUE NÃO PODE TER NA COMPOSTAGEM

PODE:

Restos vegetais dos plantios: raízes arrancadas, canteiro, cultivo de milho, feijão, capim, restos de podas, folhas, palhas secas, galhos, vegetais crus.

Caixa para ovos, jornal, serragem de madeira, papelão, cinzas do fogão.

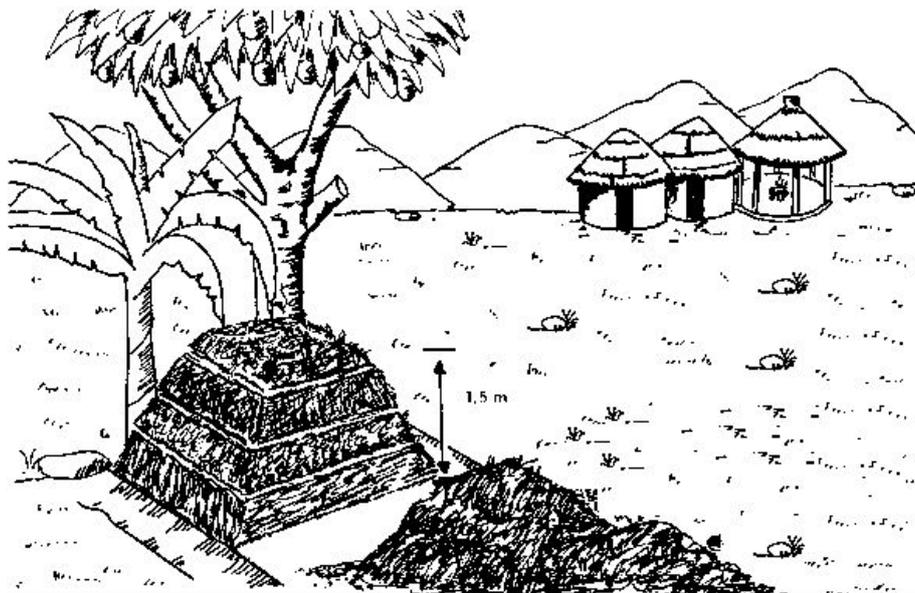
Restos de alimentação: cascas de ovos, cascas de frutas, pó de café, restos e migalhas de pães e biscoitos.

NÃO PODE:

Fezes e urina humanas, NENHUM tipo de produto químico, ossos e espinhas, restos de carne e peixe, papel higiênico e fraldas descartáveis, cinzas e bitucas de cigarro, gordura e derivados do leite, madeiras envernizadas, vidro, metal, plástico, óleo, tinta, papel plastificado, couro, borracha e tecido.

O PASSO A PASSO:

- Depois de escolher o local, coloca-se a porção vegetal grosseira e depois coloca o esterco misturado aos demais resíduos orgânicos. Utilize pás e enxadas para a mistura. Coloque uma camada de 1 palmo do material vegetal seco;
- Coloque em camadas alternadas dos materiais que irão fazer parte do composto;
- Nivele o monte de composto;
- Regue para manter a umidade adequada





FAÇA O TESTE

Esprema uma quantidade do material. Se a mão ficar úmida, mas não escorrer e apenas pingar, é a quantidade de água correta!!!

ATENÇÃO!!!

Sempre utilizar luvas quando for manusear a compostagem.

OBSERVAÇÃO

Nos primeiros 15 dias, devido à alta atividade dos micro-organismos, a temperatura da compostagem pode atingir mais de 70°C.

É IMPORTANTE manter sempre aerada, ou seja, permitir a entrada de ar. Geralmente, utiliza-se ciscadores para essa tarefa.

TEMPO DA COMPOSTAGEM:

O tempo pode variar devido a diversos fatores: exposição à chuva, sol, temperatura, tamanho do material.

Quanto menor, mais rápido a compostagem fica pronta. Por isso, recomenda-se que os materiais maiores sejam picotados com auxílio de facão ou máquina forrageira. Mas, de forma geral, se a umidade, a temperatura e aeração forem ideais, a compostagem estará pronta de 3 a 4 meses.

RESOLVENDO PROBLEMAS

SINTOMA	PROBLEMA	SOLUÇÃO
Cheiro de amônia	Excesso de materiais verdes (restos vegetais frescos)	Adicione mais materiais marrons (folhas e galhos secos)
Cheiro de ovo estragado	Palha muito úmida ou compacta	Revire o material. Adicione mais materiais marrons
Decomposição lenta	Material muito seco ou pilha muito pequena. Pode ser falta de materiais verdes.	Adicione água, faça uma pilha maior. Acrescente materiais verdes.
Ratos	Uso de material errado	Não use peixe, carne ou pedaços de gorduras
Vapor	Excesso de materiais verdes ou a pilha está muito grande	Adicione materiais marrons e reduza o tamanho da pilha

BIOFERTILIZANTES

BIOFERTILIZANTE DE URINA DE VACA:

PROTEGE CONTRA PRAGAS E DOENÇAS E AUMENTA A PRODUÇÃO

A urina de vaca contém substâncias que fortificam as plantas e aumentam a resistência contra pragas e doenças.

Colha **URINA DE VACA QUE ESTEJA PRODUZINDO LEITE**, coloque numa vasilha tampada e deixe fermentando durante, pelo menos, 3 dias. A partir daí, estará pronto para ser usado. Quanto mais velha a urina, melhores serão os resultados.

As aplicações devem ser feitas com o pulverizador, numa dosagem de **200ml (1 COPO) PARA 20 LITROS D'ÁGUA**. Para melhores resultados, as plantas devem ser bem banhadas pelo jato do pulverizador.

Recomenda-se pulverizar a cada semana, durante o período de crescimento das plantas e durante a floração e frutificação.

O biofertilizante pode ser feito com a **URINA DE CABRA QUE ESTEJA PRODUZINDO LEITE**. O resultado é o mesmo do que é feito com urina de vaca. Muda apenas a dosagem, que é de **100ml DE URINA PARA 20 LITROS D'ÁGUA**, porque a urina da cabra é mais rica em nitrogênio que da vaca.

Não esqueça: a urina deve ser colhida de vaca ou de cabra **que esteja produzindo leite**, porque, nessa fase, ocorre a produção de hormônios e outras substâncias que agem sobre a nutrição e a defesa das plantas.

CALDA NUTRITIVA OU BIOFERTILIZANTE PARA ADUBAÇÃO FOLIAR

Trata-se de um tipo de fortificante que ajuda a saúde das plantas, diminuindo as possibilidades de serem atacadas por pragas e doenças.

A preparação da calda leva mais ou menos **25 dias**. Durante esse período, **a cada 5 dias**, são colocados num tambor, os diferentes elementos que compõem a calda.

COMO FAZER:

1º DIA - Num tambor de 200 LITROS, colocar 12 QUILOS de esterco fresco de gado e 1 QUILO de rapadura raspada. Completar com água de chuva até a metade do vasilhame e misturar muito bem.

5º DIA - Acrescentar MEIO LITRO de leite ou de soro + 150 GRAMAS de cinza + 2 copos de urina de vaca + MEIO QUILO de rapadura raspada.

10º DIA - Acrescentar MEIO QUILO de rapadura raspada + 150 GRAMAS de cinza + MEIO QUILO de folhas e ramos de brejo, pisado ou de outra planta semelhante + 2 copos de urina de vaca.

15º DIA - Acrescentar UMA COLHER DE SOPA de sangue fresco de animal (galinha, por exemplo) + 150 GRAMAS de cinza (cinza do fogão à lenha) + MEIO QUILO de folhas de marmeleiro ou matapasto, pisado ou de outra planta semelhante + MEIO QUILO de rapadura raspada.

20º DIA - Acrescentar 100 GRAMAS de restos moídos de fígado + 150 GRAMAS de cinza + MEIO QUILO de folhas de catingueira ou jurema, pisada ou de outra planta semelhante + MEIO QUILO de rapadura raspada + 2 copos de urina de vaca.

25º DIA - Acrescentar 8 QUILOS de esterco fresco + 2 copos de urina de vaca e completar o vasilhame com água.

PERÍODO DE REPOUSO

Depois de colocados todos os ingredientes, a calda deverá ficar em repouso por 20 a 30 dias. Nesse período, é bom sempre mexer o conteúdo do tambor com o auxílio de um pedaço de pau, para facilitar uma boa mistura de todos os ingredientes. A calda poderá ser usada a partir de 45 dias desde que foi iniciada a sua preparação.

COMO APLICAR:

Coar muito bem em um pano, 2 LITROS E MEIO da calda e colocar num pulverizador de 20 litros. Em seguida, completar com água e pulverizar as plantas.

A calda poderá ser guardada por muitos meses, sem perder seu efeito nutritivo. É importante manter o tambor sempre vedado com um plástico amarrado na boca.

Durante o verão, quando não é possível conseguir ramos verdes das plantas indicadas para o preparo da calda, você substitui por outras plantas que geralmente são encontradas nos baixios ou junto das fontes d'água.

ATENÇÃO

- 1) A qualidade da água é muito importante na preparação da calda. Evite usar água salobra ou salgada. De preferência, use água de chuva.
- 2) A urina deve ser colhida de vaca que esteja produzindo leite.

**CONTROLE DE INSETOS COM
PRODUTOS DO NIM****PÓ DE FOLHAS SECAS**

- Cortar ramos de nim e colocar para secar à sombra até que as folhas se tornem quebradiças.
- Triturar as folhas secas numa máquina forrageira ou pisar num pilão até obter um pó.
- Pesar 500 gramas desse pó e colocar de molho em dois litros d'água, de um dia para o outro.
- No dia seguinte, coar a calda obtida em um pano, colocar num pulverizador, completando o volume de 20 litros d'água e aplicar.

EXTRATO DE NIM

- O extrato de nim pode também ser preparado à base de folhas verdes.
- Basta triturar 2kg de folhas verdes em uma máquina forrageira ou num liquidificador e deixar de molho em 20 litros de água, de um dia para o outro.

CALDA DE SEMENTES

- Moer 1 quilo de sementes secas de nim.
- Colocar em um saco de pano. amarrar a boca do saco e colocar de molho em uma vasilha com 1 litro d'água.
- Deixar de molho durante 12 horas e em seguida espremer e coar. Obtém-se assim uma calda rica em óleo de nim.
- Noutra vasilha dissolver em água quente, 10 gramas de sabão em barra.
- Em seguida misturar muito bem com a calda de óleo de nim. acrescentar mais água para obter 20 litros necessários para um pulverizador.
- Aplique sobre as plantas infestadas, imediatamente depois de pronto.

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES

1- As aplicações devem ser feitas sempre no final da tarde, pois a luz do sol decompõe os princípios ativos do nim, reduzindo seu efeito sobre os insetos.

2- Experimente usar dosagens diferentes daquelas aqui recomendadas e observe os resultados.

ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Rafaelle Virino de Lima

Lena Saraiva Leão

ESPLAR - CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA

Rua Princesa Isabel, 1968 - Benfica

Fortaleza - CE, 60015-061

(85) 3221-1324

<http://www.Esplar.com.br/>

**ANEXO B – MATÉRIA DO JORNAL O POVO SOBRE DUAS MULHERES
AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE MADALENA – CE, AMBAS
ASSISTIDAS PELA ATER ESPECÍFICA PARA MULHERES DE 2013 E 2015
RESPECTIVAMENTE.**

O POVO

VERSÃO IMPRESSA

Um viver severino que se fabrica

01:30 | 08/05/2017

ANA MARY C. CAVALCANTE REPÓRTER ESPECIAL.

anamary@opovo.com.br



Dona Mariinha fez do quintal um oásis

A saudade era um descampado na comunidade Cajazeiras, interior do município de Madalena (Sertão Central). “Tava com seis anos” que a agricultora Maria Auxiliadora da Silva Lima, 55, não via o “canterim plantado”, o

mamoeiro, o pé de limão: “Olhava aquele alto acolá, parecia que tinham jogado um monte de cinza”.

Era uma tristeza que ia bater no Canindé, a 69 quilômetros dali. O povo do assentamento Monte Orebe viu morrer os açudes de novembro pra dezembro passado. Milho ou feijão não tinham força para vingar. Os animais, moedas de troca, iam definhando. O agricultor João Varela da Costa, 70, nascido na fazenda de onde se fez o assentamento, filho do vaqueiro, assombrou-se com a última seca: “Esse secarou que houve de 58 pra cá, tenho pegado todas. Mas a dos últimos cinco anos foi das piores. Nunca tinha visto esse açude seco e, agora, vi. Secou que rachou”.



Maria Auxiliadora. Com a água veio o canterim

Piçarra adiante, Maria de Fátima Uchoa Souza, 53, a dona Mariinha do sindicato, “viúva, mãe de três filhos, assentada, agricultora”, sempre se desdobrou para continuar a vida naquele fim. “A gente é sertanejo do coração valente, continua trabalhando porque a vida do agricultor é essa mesmo”, vive. “Morar no sertão tem que ter coragem”, emenda.

Se a plantação tradicional não brotou, Mariinha tirou o leite de duas vacas e passou o verão vendendo dindim de fruta. Ou se somou a nove mulheres do assentamento, para ser mais forte, trocar experiências e ajudar a terra seca a parir um quintal de frutas, horta, plantas medicinais e forragens. E ainda mantém, como é possível, uma criação de galinha, porco, bode e gado, para o consumo da fome.

A primeira lição da seca dos últimos tempos, os sertanejos aprendem, é não ficar só esperando a vontade de Deus. É bem verdade que querer tirar a fé do sertanejo é o mesmo que querer tirar a alma do sertão. Mariinha acredita que “a chuva é uma bênção divina”, a mulher de seu João fez promessa para chover e Auxiliadora dobrou os joelhos até Deus se lembrar de mandar chuva. Mas a falta ensina a conviver com a pouca água que o sertão dispõe.

Da vida sertaneja, Auxiliadora tem “mais lembrança de seca. De dias difíceis, de muita luta, de muitas necessidade”. É um viver severino, mas que se fabrica. “A gente tem que se manifestar, trabalhar e perseverar pra ter uma vida digna”, orchestra Mariinha.

Para atravessar a última estiagem, conta, muitos se valeram de auxílios dos governos, como Bolsa Família e Seguro Safra, além da aposentadoria. Poços profundos, carros-pipa e cisternas foram outros sustentos para as pessoas, as plantações e os animais. “Se tiver como armazenar água, você passa a seca e o inverno quase sem muita diferença. A chuva é abundância, mas nós tem que saber conviver com a seca também”, considera Mariinha.

O sertão cria para se querer o suficiente. Plantar e colher. “No campo, é muito bom de se viver. Tem os momentos difíceis, mas, na vida, tudo né muito bom, não. E a gente, agricultor, já é acostumado a viver nesses momentos”, relaciona a sertaneja. Ela, Auxiliadora e João produzem para si e para as feiras de agricultura familiar. Da infância à velhice, foram se adaptando ao tempo no semiárido.

Auxiliadora tentou comercializar galinha, não deu certo. Então, propôs ao filho mais velho a produção e venda de verduras.

Armazenando e regando a água que conseguia do açude ou dos carros-pipa, tem “de tudo, um pouco”: pés de limão, capim santo, hortelã, malvarisco, corama, mastruz, pimenta, pimentão, cheiro verde, mamão. E “mais de 20 mil pés de palma”, sua riqueza: “Na seca, vende muito”.

Em pleno sertão de Canindé, Mariinha também realizou uma transformação: onde só tinha pedra, ela aponta, fez um quintal produtivo. Foi cuidando da terra, abolindo as queimadas e cobrindo o solo com o esterco dos bichos. “Hoje, o que eu plantar nele, ele dá”, assegura.

A vida sertaneja tem seus milagres, compensações e sentimentos. “Meu pai tava aqui desde 42, 43. Dali pra cá, começou a nascer a família, eu me casei com essa paraibana, acostumada aqui mais eu”, completa-se João. É uma vida tão incerta quanto a chuva, mas que, por vezes, acontece. Como naquela manhã de fevereiro, quando voltou a chover. Os bichos se alegraram, remediou-se a saudade.

“Fui pro alpendre e fiquei olhando pra chuva... Me deu vontade de pular, de gritar, de chorar, correr dentro do quintal. Era de alegria porque ia fazer seis anos que ninguém via água”, abraça Auxiliadora. Para a agricultora, a chuva “é comparável a uma pessoa que tá distante, que a gente não tem notícia e volta. É aquela alegria com aquela satisfação de amor”.